

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
PROGRAMA DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR
GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

VAGNER BRAVOS VALADARES

**A EMANCIPAÇÃO DE IPATINGA: A Associação de Amigos de Ipatinga,
o poder público e o processo de configuração territorial**

GOVERNADOR VALADARES

2013

VAGNER BRAVOS VALADARES

**A EMANCIPAÇÃO DE IPATINGA: A Associação de Amigos de Ipatinga,
o poder público e o processo de configuração territorial**

Dissertação para avaliação da banca de
qualificação do Programa de Mestrado em
Gestão Integrada do Território, da Universidade
Vale do Rio Doce.

Temática: Território, Migração e Cultura

Profª.Orientadora: Drª. Patrícia Falco Genovez

GOVERNADOR VALADARES - MG

2013

VAGNER BRAVOS VALADARES

A EMANCIPAÇÃO DE IPATINGA: A Associação de Amigos de Ipatinga, o poder público e o processo de configuração territorial

Dissertação para obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território apresentada ao Programa de Mestrado do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais da Universidade Vale do Rio Doce.

Governador Valadares, de de 2013

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Patrícia Falco Genovez (Orientadora)
Universidade Vale do Rio Doce

Dr. Haruf Salmen Espindola
Universidade Vale do Rio Doce

Dr. José Luiz Cazarotto
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

DEDICATÓRIA

À minha mãe, sem ela, nessa jornada eu não teria tido condições de ter caminhado até aqui.

E, enquanto caminhava, tive em todos os momentos o apoio e a presença da Romilda, minha esposa, e dos meus filhos Filipe e Verônica.

E de forma muito especial e carinhosa, também fui amparado pelo meu primo irmão Dr. Nilton Barnabé.

AGRADECIMENTO

No *continuum* da minha vida Deus tem se revelado multiforme e multipresente. E, nessa diversidade Deus também se traçava na firmeza das orientações da Prof^a. Dr^a. Patrícia, minha “ORIENTADORA”, e, graciosamente Ele se revelava na delicadeza dos resultados que eu conquistava.

Patrícia, um forte abraço, e obrigado por ter investido em mim. Conviver com você me fez ser melhor profissional, mas infinitamente melhor como pessoa.

RESUMO

Esta dissertação enfoca a emancipação de Ipatinga, cidade localizada no Estado de Minas Gerais. Esse evento, ocorrido em 1964, evoca reflexões que tangenciam ao processo de formação histórica do território ipatinguense, relacionando-o não somente à sua sede, Coronel Fabriciano, mas às demais localidades situadas no Vale do Aço. A princípio, considera-se uma estreita relação entre a formação histórica do território e a configuração de territorialidades, manifestadas no processo emancipatório, gerando uma multiterritorialidade. A partir desta multiterritorialidade vislumbra-se, primeiro, o surgimento de uma nova territorialidade externa à formação histórica do território, a USIMINAS; segundo, o redirecionamento das territorialidades já estabelecidas e de suas articulações nos âmbitos federal, estadual e local; terceiro, a formação de novas bases políticas e sociais regionais e locais o papel da Associação de Amigos de Ipatinga (AAI) e do poder público e, quarto, o redirecionamento de antigos territórios, a reconfiguração de novos territórios e a articulação de múltiplos territórios. Utilizando-nos de várias perspectivas e de fontes variadas, o contexto da emancipação foi acessado de forma indireta. Seleciona-se dentre o *corpus* documental disponível um percurso a partir da ótica da mídia, mais especificamente, de dois jornais: “A Verdade Impressa” e “O Canaã”; e, de duas revistas publicadas pela Prefeitura de Ipatinga, e uma terceira pelo Jornal Diário do Aço. São elas, respectivamente: “Ipatinga Ano 20”, “Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens” e “Vale do Aço 2000: um século de história”. Portanto, o tema e o assunto aqui trabalhados encontram-se vinculados à linha de pesquisa “Território, migração e cultura”, do Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território, na medida em que verifica-se, no processo histórico estabelecido, a configuração de um contexto favorável a um intenso conflito de forças entre os sujeitos envolvidos. Assim, a temática referente ao Estudo das Relações de Poder, atrelada à Formação Histórica do Território, pretende acompanhar a formação das estruturas políticas de dominação desse mesmo território, até o surgimento do município de Ipatinga entre os anos de 1954 a 1964.

Palavras-chave: Ipatinga, Emancipação, Formação História do Território, Associação de Amigos de Ipatinga (AAI), Multiterritorialidades, USIMINAS

ABSTRACT

This dissertation has as its main focus the emancipation of Ipatinga, city located in the very heart of the steel center of the Brazilian State of Minas Gerais. This event - held in a Brazilian meaningful time, i. e. 1964 - allows some thoughts on the process deeply rooted in the historical formation of Ipatinga's territory. All this are intertwined not only to the former center of the municipality - Coronel Fabriciano - but also to the other cities of the Steel Valley. As a start point this research sets off the near relationship between historical territory formation and some territorialities configurations that one could find in the emancipation process ending up in a kind of multi-territoriality. From this, one gets as a first step the emergence of a territoriality from outset of the historical formation of Ipatinga's territory, i. e. UNIMINAS steel center; as a second step one could see a kind of turning in the directions of the former territorialities and their nation, state and local political links; new regional and local political and social grounds of the public power deeply related to the Ipatinga's Friends Association (AAI); as a fourth step one has new direction of the former territories, a new figure of the new ones and a multiple territories articulation. The very circumstance of Ipatinga's political emancipation received an oblique approach from several points of views and sources. The documents at hand was mainly print information of course having the press points of view as a backbone. Two periodicals were the most important on this issue: *A Verdade Impressa* (The Printed Truth) and the *O Canaã* (The Canaan). Three reviews: *Ipatinga ano 20* (Ipatinga year 20), *Homens em série: a história de Ipatinga contada pelos seus próprios personagens* (Men in series: an Ipatinga's history from the mouth of its own characters) and *Vale do Aço 2000: um século de história* (Steel valley 2000: a century of history). The last one is a publication of the journal *Diário do Aço* (Steel's Daily) and the others are publications of the Ipatinga's town hall. So the issue and the subject at stake here are deeply related to the research line 'Territory, migration and culture' of the University Master Program Integrated Management of the Territory. This is so because one can see in the historical process of Ipatinga's emancipation the configuration of a fond context directing to an intense political power conflict between the subjects involved. The issue encased in the Research of the Political Power Relations, alongside with the Historical Formation of Territory has as its main target here to go along with the formation of the political ruling

structure of this territory until the constitution of the Ipatinga's municipality from 1954 up to 1964.

Key-words: Ipatinga: Emancipation, Territory Historical Formation, Association of Ipatinga's Friends (AAI), Multi-territorialities, USIMINAS.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Mapa Conceitual: Emancipação de Ipatinga	16
Figura 2	Foto01 –Centro de Ipatinga – década de 60-70.....	61
Figura 3	Foto02 -Bairro Cariru – década de 60/70.....	62
Figura 5	Foto03 –Ilustrando transporte em Ipatinga em 1963.....	89

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1	Posicionamento Municipal dos distritos.....	25
Mapa 2	Contorno da Serra dos Cocais na Região do Vale do Aço.....	27
Mapa 3	Quadrilátero Ferrífero.....	33
Mapa 4	Visualização de Ipatinga em relação às cidades do Quadrilátero Ferrífero....	34
Mapa 5	Extensão territorial, localização e proprietários das fazendas que deram origem à Ipatinga de hoje.....	54
Mapa 6	A evolução urbana de Ipatinga.....	55

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Comparativo da composição da Câmara dos Vereadores.....	74
----------	---------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

AAI	Associação dos Amigos de Ipatinga
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DE ANTÔNIO DIAS A IPATINGA: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE UM TERRITÓRIO	20
2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: POR UMA INTRODUÇÃO CONCEITUAL	21
2.2 CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS: A FORMAÇÃO DE CORONEL FABRICIANO	23
2.3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IPATINGA	31
3. AS MULTITERRITORIALIDADES DO DISTRITO DE IPATINGA	37
3.1 OS IMIGRANTES E A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO: AS PRIMEIRAS REDES	37
3.2 A INSTALAÇÃO DA USIMINAS NO DISTRITO DE IPATINGA	45
3.2.1 Territorialidades em fluxo: remodelações do espaço e do tempo	49
3.2.2 A Usiminas: produção de aço e de múltiplos territórios	52
4 A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE IPATINGA – AAI E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO	65
4.1 O PLEITO MUNICIPAL DE 1962: A AAI E O ACESSO À POLÍTICA	70
4.2 O PRIMEIRO PASSO PARA A EMANCIPAÇÃO: AS ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS	77
4.3 O VETO DO GOVERNADOR: IPATINGA IMERSA NO CENÁRIO NACIONAL	83
4.4 EM MEIO ÀS TENTATIVAS DE EMANCIPAÇÃO, UM MASSACRE: CAOS E VIOLÊNCIA NO DISTRITO	86
4.5 REESTRUTURAÇÃO DAS REDES DE PODER: ENFIM, A EMANCIPAÇÃO	99
5 CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXO 01 – FOTOS DE IPATINGA ENTRE 1952 – 1962	118
ANEXO 02 – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL: Lei 28/47	121
ANEXO 03 - ETABELECIMENTO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ESTADO	122
ANEXO 04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO DAS CIDADES AQUINHOADAS COM CONVÊNIOS NO GOVERNO DE MAGALHÃES PINTO	126
ANEXO 05 – OS MAUS TRATOS A QUE FORAM SUBMETIDOS OS OPERÁRIOS NA ÁREA DA USIMINAS	127
ANEXO 06 – CARTA ENVIADA ÀS COMISSÕES PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE IPATINGA E TIMÓTEO POR MAGALHÃES PINTO	129

1 INTRODUÇÃO

A emancipação de Ipatinga, ocorrida em 29 de abril de 1964, foi o resultado de um movimento cujas causas é possível questionarmos em nossos dias. Trata-se de uma disputa territorial que envolveu o então Arraial e depois Distrito de Ipatinga, iniciada em 1954, com desfecho em 1964. O período compreende as transformações políticas e econômicas pelas quais passava o país, e é significativo pelo fato de o território deste Distrito ter sido escolhido para sediar o maior complexo siderúrgico já construído na América Latina.

O recorte também nos permite apreender o processo de mudança pelo qual este território passou: de um mero Distrito, até os anos iniciais da década de 1950, transformou-se em um objeto de interesse entre políticos regionais, o governo do Estado de Minas Gerais e o Governo Federal após o anúncio da construção da Usiminas, entre os anos de 1956 e 1957.

Por se tratar de um período relativamente recente e pouco estudado pela historiografia, a emancipação de Ipatinga se configura como um objeto privilegiado não só academicamente. Trata-se de um período da história desta cidade que ainda não teve um amplo esforço de análise. Há que se considerar que todo o processo foi marcado por disputas políticas intensas, registrando-se, inclusive, o massacre dos operários da Usiminas em 1963. Talvez, por essas especificidades, e pelas dificuldades de coleta de testemunhos que implicariam questões políticas ainda atuais, o tema tenha sido “amnesiado” tanto na historiografia quanto na memória social.

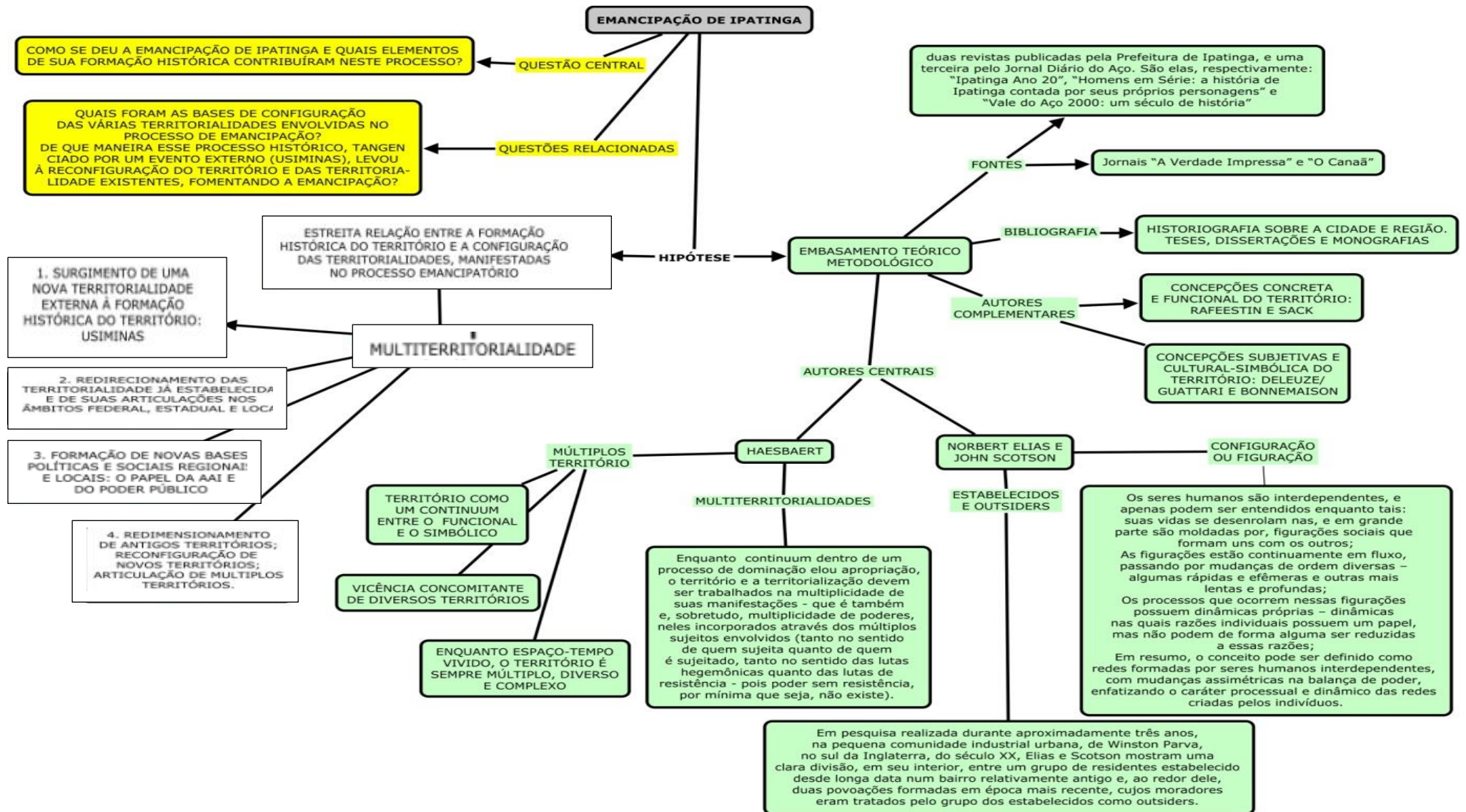
Acessar o contexto e o clima da época se torna um desafio à parte, não só pelas dificuldades de coleta e organização das fontes relativas ao processo, mas também pelo fato de ainda pairar um certo espectro de censura e medo sobre aquelas testemunhas oculares que poderiam revelar nuances significativas de todo o processo. O acesso ao calor dos fatos, portanto, se dará de forma indireta. Selecionamos dentre o *corpus* documental disponível um percurso a partir da ótica da mídia. Mais especificamente, de dois jornais: “A Verdade Impressa” e “Canaã”. Também pesquisaremos duas revistas publicadas pela Prefeitura de Ipatinga, e uma terceira pelo Jornal Diário do Aço. São elas, respectivamente: “Ipatinga Ano 20”, “Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens” e “Vale do Aço 2000: um século de história”. Os jornais possuem uma importância singular, porque circularam no período da emancipação, ou seja, de 1958 a 1964, e as três revistas nos permitiram retrospectivas de todo o processo com perspectivas variadas.

Para uma breve contextualização das fontes utilizadas, mais especificamente, as revistas “IPATINGA – ano 20”, publicada em 28 de abril de 1984, e “Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens”, publicada em 1991, tratam sobre os mesmos movimentos que permearam a emancipação sob ideologias políticas totalmente diferentes. A primeira foi escrita sob o governo do Prefeito Jamil Selim de Sales – MDB, uma figura importante no processo de emancipação, que veio a ser o primeiro prefeito de Ipatinga. A segunda revista foi escrita sob o governo petista de Chico Ferramenta, sindicalista e ex-funcionário da Usiminas, ou seja, a mesma história contada pelos governos de situação e de oposição, respectivamente 20 e 30 anos depois da emancipação.

Para enriquecimento das informações veiculadas nas revistas e jornais selecionados, utilizaremos uma coleção de entrevistas, realizadas pela Fundação João Pinheiro a pedido da Usiminas, de onde poderemos obter outra versão da emancipação, só que agora sob a ótica da Usiminas. Além desta série de entrevistas e das matérias dos jornais sobre a emancipação de Ipatinga, contaremos com um acervo bibliográfico sobre o massacre dos operários que trabalharam na Usiminas. Esse acervo poderá nos servir para identificar as influências que este evento pode ter tido no processo de emancipação. Figura também nesse acervo um vasto trabalho de entrevistas concedidas por várias personalidades que assumiram a direção dos trabalhos de instalação, construção e posterior produção da Usiminas.

Este *corpus* documental e a bibliografia pertinente serão apresentados, de acordo com o QUADRO 01 a seguir, na medida em que responderem à questão central desta pesquisa, qual seja: como se deu a emancipação de Ipatinga e quais elementos de sua formação histórica e territorial contribuíram neste processo? Surgem, a partir desta questão central, outras questões relacionadas que podem ser pontuadas da seguinte forma: 1) Quais foram as bases de configuração das várias territorialidades envolvidas no processo de emancipação? 2) De que maneira esse processo histórico, tangenciado por um evento externo (implantação da Usiminas), levou à reconfiguração do território e das territorialidades existentes, fomentando a emancipação?

MAPA CONCEITUAL – EMANCIPAÇÃO DE IPATINGA



Tais questões, evidentemente, geraram uma hipótese com a qual estabelecemos nosso trabalho de pesquisa. Assim, a princípio, consideramos que haveria uma estreita relação entre a formação histórica do território e a configuração de territorialidades, manifestada no processo emancipatório, gerando uma multiterritorialidade. A partir desta multiterritorialidade vislumbramos, primeiro, o surgimento de uma nova territorialidade externa à formação histórica do território (Usiminas); segundo, o redirecionamento das territorialidades já estabelecidas e de suas articulações nos âmbitos federal, estadual e local; terceiro, a formação de novas bases políticas e sociais regionais e locais e o papel da AAI e do poder público e, quarto, o redirecionamento de antigos territórios, a reconfiguração de novos territórios e a articulação de múltiplos territórios estabelecidos na dinâmica do processo. Portanto, torna-se fundamental, para percorrermos nossa hipótese, partimos de um percurso que revele em primeiro plano a formação histórica do território de Ipatinga, vislumbrando a configuração de territorialidades que posteriormente, mediante outros processos de reconfiguração, inclusive espacial, manifestaram-se no processo emancipatório.

Desta maneira, com vistas a responder às questões levantadas e verificar a hipótese proposta, utilizando-nos de várias perspectivas e de fontes variadas, trabalharemos a emancipação de Ipatinga segundo a síntese dos capítulos abaixo apresentados: no Capítulo intitulado: “DE ANTÔNIO DIAS A IPATINGA: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE UM TERRITÓRIO”, tratamos de algumas particularidades sobre o processo de elevação do Arraial de Ipatinga a distrito e a sua emancipação do município de Coronel Fabriciano. Com isso, nos aproximamos da formação das bases de estruturação do poder político local, cujo objetivo é o de discutir as razões que permitiram formar as facções políticas, e nesse sentido, investigamos a participação dos integrantes da AAI, ao longo da pesquisa, na conquista da emancipação.

Dentro do limite do nosso objeto, levantaremos os primeiros políticos que administraram o poder público de Antônio Dias e Coronel Fabriciano, para assim compreendermos as relações de poder entre os atores envolvidos. Por último, faremos uma apresentação da região, como uma tentativa de observar os recursos naturais existentes, e as situações geoestratégicas que, segundo o escopo de fontes analisadas, justificaram construir a Usiminas.

Frente a esses desafios, nossa primeira preocupação foi apresentar com bastante precisão a localização da região, tanto em relação à capital do Estado, como sua proximidade com o quadrilátero ferrífero.

No decorrer do Capítulo, cujo título é: “AS MULTITERRITORIALIDADES DO DISTRITO DE IPATINGA”, toda a proposta foi a de nos aproximarmos das articulações políticas e sociais lideradas pela AAI até que a emancipação de Ipatinga se tornasse uma realidade. De forma geral, perpassamos por um ambiente dominado pelo sentimento de insatisfação da população ipatinguense, gerado pelo desprezo dos dois últimos prefeitos diante de suas necessidades. O esforço analítico buscou demonstrar que essa insatisfação adquiriu um elevado grau de organização, desde as primeiras reuniões emancipacionistas no ano de 1960. Podemos ver, também que, segundo as fontes, tornava-se real o nascimento de uma percepção de que as divisas que a Usiminas gerasse seriam primordiais para a manutenção de uma Ipatinga emancipada.

Ou seja, nossa intenção foi a de desenvolver, a partir desses indicadores, as relações necessárias para o estabelecimento das bases da territorialização da AAI, somada ao fato de que a Usiminas já contava com uma grande estocagem de matéria-prima para dar início ao seu processo de produção, além de que, a partir dessa nova fase de operacionalização da Usiminas, importantes figuras entram em cena, começando, num complexo movimento, a aparecer nas redes articuladas pela AAI.

Finalmente, no último Capítulo: “A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE IPATINGA – AAI E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO”, apresentamos uma organização direcionada no sentido de ampliar nossa compreensão sobre as relações de poder estabelecidas entre o Governador de Minas Gerais, o Prefeito de Coronel Fabriciano e os emancipacionistas do território de Ipatinga. A análise desse jogo de poder nos inseriu numa realidade que ia desde o processo de urbanização do Distrito selecionado pela Usiminas, que previa uma distribuição espacial como se fosse uma extensão do seu chão-de-fábrica, até o ápice de um acontecimento que tornou-se conhecido como o “Massacre de Ipatinga”.

Neste capítulo, tivemos também a oportunidade de visualizar mais uma perspectiva do Golpe Militar de 1964, ou seja, seus impactos num território que a menos de cinco anos antes do seu acontecimento era totalmente desconhecido e sem expressão no cenário político e

social brasileiro, mas que direta ou indiretamente afetaram as relações de territorialidade da AAI, em grande parte nas bases que sustentaram os seus ideais emancipacionistas.

2 DE ANTÔNIO DIAS A IPATINGA: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE UM TERRITÓRIO

O Arraial de Ipatinga, em 12 de dezembro de 1953, foi elevado à condição de Distrito pela Lei Estadual nº 1039, quando os seus moradores se organizaram politicamente e pleitearam ao Poder Executivo a referida elevação. Pouco tempo depois, em 1960, já aparecem registros da primeira reunião pró-emancipação do recém-criado distrito, que já sediava um importante complexo siderúrgico, a Usiminas. Há que se considerar que, do ponto de vista histórico, todo esse processo apresenta elementos característicos que o distinguem de outros processos capitaneados por outros municípios mineiros. De um modo geral, arraiais não se tornam municípios em apenas uma década, exceto em circunstâncias específicas.

A emancipação do distrito de Ipatinga será tratada nesta dissertação não como um mero ato legal, pontualmente estabelecido, mas como um processo e, nesse sentido, será compreendida enquanto ação política, social e territorial que resultou de um outro processo igualmente amplo e complexo, definido a partir da formação histórica de seu território. Esses dois processos, intensos e relativamente breves, já que ocorreram em aproximadamente uma década, contou, em seus momentos determinantes e finais, com a participação de alguns atores: o poder público local e regional e a AAI, imersos em um contexto social e político em ebulição, entremeado por rápidas transformações espaciais. Essa associação e parte das redes estabelecidas em Ipatinga tinham interesses políticos e econômicos na separação e desenvolvimento de um novo município, o qual, com o passar dos anos, se transformou num dos espaços mais ricos da região, denominado Vale do Aço. Esse distrito, ao longo de uma década (1953-1964) se viu em um estado de abandono, justificado primeiro pelas atividades econômicas ali desenvolvidas, como as carvoeiras e a agropastoril, pouco rentáveis para o município. Posteriormente, atreladas a essa falta de interesse econômico estavam os desafios inerentes a um processo avassalador de transformação territorial, cujo ponto inicial pode ser identificado nas dificuldades de acesso existente entre este e a sede, em Coronel Fabriciano.

Neste capítulo, portanto, trataremos mais de perto dos antecedentes históricos do território de Ipatinga. A proposta de pesquisar esse processo da emancipação, a partir dos estudos territoriais e, mais precisamente, considerando a formação histórica do território dessa cidade, implica um esforço conceitual que envolverá alguns autores que tomaremos como centrais e outros que serão subsidiários, no sentido de complementar um processo singular e

complexo como o que pretendemos analisar.¹ Dentre aqueles considerados centrais, destacamos: Rogério Haesbaert e Norbert Elias; dentre os subsidiários: Claude Raffestin, Robert Sack, Deleuze, Guattari e Bonnemaïson assim como outros que aparecerão de forma complementar de acordo com a perspectiva em que tivermos discutindo. Portanto, não faremos uma discussão teórica abrangente *a priori*, mas postularemos alguns conceitos importantes para a leitura do processo histórico que gerou o território de Ipatinga. Assim, retomaremos a questão territorial pontualmente ao longo de todo o texto.

2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: POR UMA INTRODUÇÃO CONCEITUAL

Como se depreende do QUADRO 1 - Mapa Conceitual (Emancipação de Ipatinga), exposto na Introdução, apresentaremos algumas concepções de território e de territorialidade que nos permitirão, ao longo dos capítulos, discutir o processo de redimensionamento dos territórios antes e durante o movimento emancipatório vivenciado pelo então distrito de Ipatinga. É importante ressaltar, mais uma vez, que esse mapeamento terá como um dos atores centrais a AAI e será vislumbrado a partir de um *corpus* documental específico, envolvendo dois jornais e três revistas, conforme já indicamos.

Optamos por iniciar tal discussão propondo que o território vai de uma dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. Haesbaert é tributário dessa concepção, cujo conceito de território descende de um *continuum* entre o espaço físico-natural, como uma espécie de matéria-prima dos processos de territorialização e dos poderes neles incorporados, através dos sujeitos aí envolvidos. A partir dessas características, o autor considera a vivência concomitante de diversos territórios. Assim, “enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo” (HAESBAERT, 2004, p. 2). Daí a noção de múltiplos territórios proposta por Haesbaert ser importante para as considerações que teceremos a respeito do território de Ipatinga.

Nesta linha de pensamento podemos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências para investigar o território: “um mais funcional, pormenorizado na maior parte das abordagens, e outro mais simbólico (...)” (HAESBAERT, 2007, p.23). Para o autor esses

¹ Para visualizar aspectos do embasamento teórico-metodológico da dissertação, consultar o QUADRO 1 – MAPA CONCEITUAL, p.14

“tipos ideais” não se manifestam em estado puro, “ou seja, todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça” (HAESBAERT, 2007, p.23).

Assim, Haesbaert nos apresenta uma forma de discutirmos o território: numa perspectiva que congrega desde uma visão mais funcionalista, até uma visão mais simbólica. Na gradação entre um suporte mais materialista e outro mais cultural, temos o espaço territorial como sinônimo de materialidade, ou seja, é a materialidade do mundo, e o espaço, como sinônimo de base mais cultural, chamado de território simbólico. É o espaço como referência identitária.

Ainda dentro desta perspectiva, a territorialidade pode ser usada para conter ou restringir, bem como para excluir. E os indivíduos que exercem controle não precisam estar dentro do território, nem próximos dele. Em outras palavras, uma cerca ou um muro pode controlar, da mesma forma que um sinal de ‘não passe’. “A lógica, portanto, é que a territorialidade estabelece um controle sobre uma área e pode também servir como um meio de controlar pessoas, coisas e relações” (SACK, 1986, p. 23). Neste sentido, Haesbaert propõe a existência de multiterritorialidades que abarcaria a multiplicidade de poderes e de sujeitos manifestados tanto no território quanto no processo de territorialização (HESBAERT, 2004, p. 3).

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, todos são sujeitos sintagmáticos que produzem territórios. Logo, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, conectadas em redes. Assim, “os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.” (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41).

Então, “o território antes de ser uma fronteira é um conjunto de lugares conectados a uma rede de itinerários e a territorialização engloba ao mesmo tempo o que é itinerário e o que é mobilidade, ou seja, engloba tanto os itinerários quanto os lugares” (BONNEMAISON, 2000, p. 107). Por esta característica, o território é ao mesmo tempo raiz e cultura. Dessa forma, “a territorialidade não pode se reduzir ao estudo de seu sistema territorial, já que ela é a expressão de um comportamento vivido, englobando, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço estrangeiro” (BONNEMAISON, 2000, p. 107). Portanto, toda análise de territorialidade se apoia sobre uma relação interna e sobre uma

relação externa. Ou seja, a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território que dá segurança, símbolo de identidade e o espaço que se abre para a liberdade. O peso das relações territoriais recai, dessa forma, também sobre a cultura (BONNEMAISON, 2000, p.107).

Neste aspecto, Haesbaert (2007, p.126-127) indica que o conceito de território de Deleuze e Guattari ganha amplitude porque diz respeito ao pensamento e ao desejo – desejo entendido sempre como uma força maquínica, ou seja, produtiva. Eles articulam, assim, desejo e pensamento. Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que este movimento de territorialização represente um conjunto integrado de agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação. Assim, para eles o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento, um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle. Desta forma, essa perspectiva territorial se aproxima da proposta de configuração/figuração de Norbert Elias elaborada ao longo de suas obras. Para ele, os seres humanos são interdependentes e suas vidas são moldadas por figurações sociais em fluxo e cada processo possui uma dinâmica própria. Em suma, uma configuração ou, como mais tarde Elias passou a denominar como figuração, são redes de indivíduos interdependentes, com mudanças assimétricas na balança de poder, em meio a um processo dinâmico (ELIAS, v. 1, 1993).

Em suma, compreender o território neste *continuum* e na sua multiplicidade exige inicialmente um estudo sobre seu processo de formação no qual as multiterritorialidades se manifestam e se redefinem conforme as redes interdependentes de poderes moldadas pelas figurações sociais em fluxo. Esse será, portanto, o próximo passo desta pesquisa: traçar o processo de formação histórica do território de Ipatinga a partir da ocupação de toda a região, mais especificamente, dos municípios sedes da região.

2.2 CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS: A FORMAÇÃO DE CORONEL FABRICIANO

Com o objetivo de relacionar o objeto da pesquisa com os conceitos trazidos pela discussão sobre território nesse capítulo, o que se propõe inicialmente é estabelecer alguns recortes e critérios importantes para o entendimento sobre a formação de um território. Para tanto, elaboramos uma síntese sobre o seu nascimento, tendo como referencial teórico de

destaque o pensamento de Haesbaert e a historiografia pertinente sobre a formação histórica da localidade.

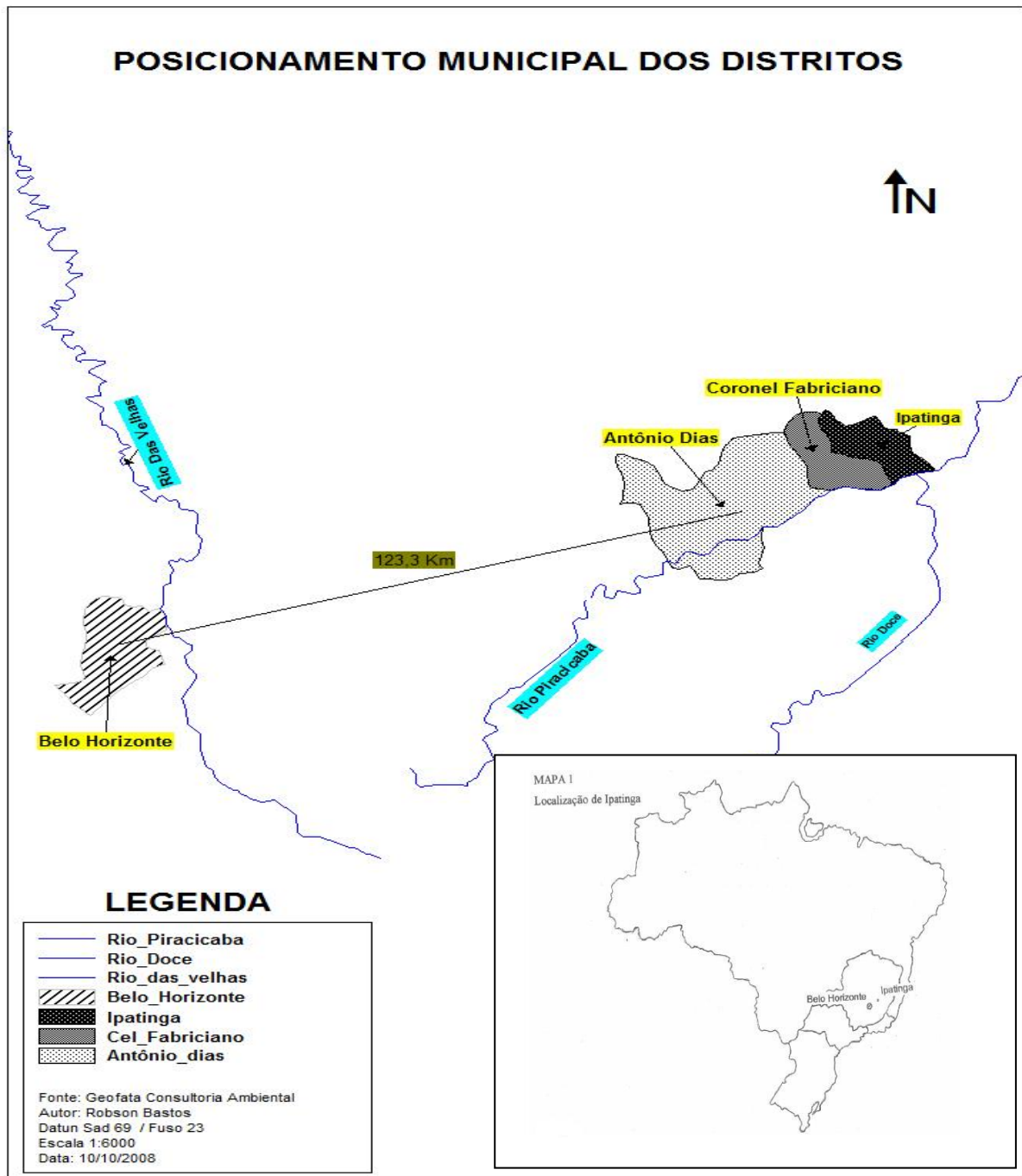
Como já citado anteriormente, tanto Haesbaert (2007) como Raffetin (1993), compartilham da concepção cujo conceito de território descende de um *continuum* como matéria-prima dos processos de territorialização e dos poderes neles incorporados pelos sujeitos envolvidos. De maneira geral, podemos integrar o território à política, ao cultural, e à economia que, de acordo com o contexto se apresentam com mais ou menos intensidade no processo constante da formação territorial e de territorialidade.

O território é a resultante do poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual o mesmo não se define (RAFFESTIN, 1993). Assim, devemos distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem: os indivíduos, os grupos, o Estado, empresas e todos os outros envolvidos nesse complexo. “Em outras palavras a criação de um território corresponde a uma dada territorialidade que visa atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (SACK, 1986, p. 6).

Nesse sentido, as configurações diversas e plurais dos territórios, as dinâmicas sociopolíticas e a condução política são insumos para estudar os processos de conformação territorial. Porém, “há uma dinâmica identitária que se produz em meio às disputas que impõe uma identidade territorial sobre as demais, gerando conflitos que são suscetíveis de serem orientados e regulados por cada um dos lados em confronto” (ZAMBRANO, 2001, p.18).

Feitas essas observações conceituais, passemos, então, à apresentação dos primeiros movimentos e fatos históricos que conduziram do surgimento de Antônio Dias até a emancipação do território de Ipatinga. Tais movimentos contribuíram enquanto realidades representativas para configurar os aspectos políticos e geográficos, sócio-culturais e históricos que, lidos à luz dos Estudos Territoriais, revelam nuances significativas face à proposta dessa dissertação.

Portanto, partindo dos pressupostos acima, com o intuito de entendermos como se formaram as territorialidades que se estabeleceram no território de Ipatinga, torna-se relevante um olhar sobre a formação do território da sede, Coronel Fabriciano. Cabe informar que em 1953 Ipatinga era um simples povoado que, ao ser promovido a distrito, foi vinculado a Coronel Fabriciano, para que este pudesse ser emancipado de Antônio Dias. No mapa 01, logo abaixo, temos uma visão dos três municípios e chamamos a atenção para a proximidade com a Capital de Minas Gerais e o fato de pertencerem ao Quadrilátero Ferrífero.



MAPA 01 – POSICIONAMENTO MUNICIPAL DOS DISTRITOS
 Fonte: Geofata Consultoria Ambiental - Data: 10 out. 2008

Sobre Antônio Dias, há registros de que a cidade foi um núcleo bandeirante cujo aparecimento data de 1706. Período em que o sertanista Manuel de Borba Gato estivera em Minas Gerais. Ao voltar para São Paulo, Borba Gato estimulou o também sertanista Antônio Dias de Oliveira a organizar sua bandeira e partir em busca de ouro e pedras preciosas. Este, prontamente, seguiu as orientações recebidas, e na região de Itacolomi, fundou o povoado de

Antônio Dias Acima, hoje um bairro da cidade de Ouro Preto. Antônio Dias deslocou sua bandeira seguindo às margens do rio Piracicaba e, ao encontrar um descampado em meio à mata, próximo à margem do rio, organizou um acampamento de base, no qual veio a surgir o povoado de Antônio Dias Abaixo, localidade hoje denominada Arraial Velho, primeiro marco da atual cidade de Antônio Dias. Neste local foi construída a capela de Nossa Senhora do Rosário, que ainda existe. Porém, tempos depois o povoado foi transferido para 2 km abaixo seguindo o curso do rio, pela margem esquerda, onde se encontra hoje a sede do município (IBGE, 1959).

Antônio Dias foi elevado a vila “de acordo com a Lei Estadual nº556 de 20/07/1911 (vide sitio: <http://hera.almg.gov.br/>), com a denominação de Antônio Dias Abaixo e território desmembrado do município de Itabira. Em virtude da Lei Estadual nº716 de 16 de setembro de 1918, o município de Antônio Dias Abaixo passou a denominar-se ‘Antônio Dias’. Antes dessa lei, ainda como distrito, o local era denominado como Vila de Antônio Dias Abaixo. “O Município de Antônio Dias possuía nesse período 845 Km² e localizava-se à margem esquerda do Rio Piracicaba, na Zona do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais” (IBGE, 1959, p.85).

Em meio ao processo de territorialização, destaca-se a Serra dos Cocais (Mapa 02, abaixo), pois até o início da década de 1920 o seu território, atual município de Coronel Fabriciano, ainda estava tomado pela floresta de mata atlântica. Havia poucas clareiras abertas e se achavam instalados alguns sítios e fazendas dos descendentes dos primeiros desbravadores. Tudo caracterizado por um rústico povoado, denominado Santo Antônio do Gambá, devido à grande incidência desse animal no lugarejo, o que por sinal incomodava a população, já que os gambas invadiam e destruía as roças, sacrificando galinhas e outros animais pequenos (BENEDITO JR., 1999, p.23).

Em 1922 tem início a construção do trecho local da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Com o reinício dos trabalhos de construção da ferrovia, paralisada em Cachoeira Escura, começam a chegar aqueles que seriam os responsáveis pelas obras, entre eles Keroubino Steigger e outros auxiliares, sob a direção de Joaquim Otoni, Coronel Fabriciano, Alencar Araripe, Antônio Mascarenhas e Domingos Sabóia e Silva, o primeiro médico da região (BENEDITO JR., 1999, p.23).



MAPA 02 – Contorno da Serra dos Cocais na Região do Vale do Aço
Fonte: (KINJO, p.06) - Data: 1987

Neste povoado foi instalado um cartório, em 1923, período em que se destaca a figura do Senhor Coronel Fabriciano ao pleitear a emancipação política da Vila de Antônio Dias. Ele, ao tornar-se líder local e político influente na região, logo percebe que a extensão territorial da Vila era pequena e que seria necessário alargar suas fronteiras, aproveita-se, então, da posição que seu filho, Dr. Carvalho de Brito, ocupava no governo estadual (Deputado e membro da comissão responsável pela divisão administrativa de Minas Gerais), solicitando o desmembramento deste povoado do Município de Ferros e a sua imediata anexação ao de Antônio Dias (MILHÔLO, 2007).

Em 1926, o lugar é elevado à categoria de Distrito do Município de Antônio Dias, com o nome de Santo Antônio do Piracicaba, e em 1927 passa chamar-se Melo Viana, em

homenagem ao presidente do Estado de Minas Gerais no período de 1924 a 1926 (BENEDITO JR., 1999, p.23).

Em 1936, a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, com sede em Belo Horizonte e Altos Fornos em João Monlevade, município de Rio Piracicaba, instalou em Melo Viana um escritório, com o objetivo de explorar carvão vegetal na zona do Vale do Rio Doce. À Belgo Mineira deve-se o impulso inicial da cidade: matas foram devastadas, dando lugar às ruas e construções de vários tipos.

Em agosto de 1938, a região da Serra dos Cocais, onde se localizava o povoado de Melo Viana recebeu o nome de Coronel Fabriciano, em homenagem ao Tenente-Coronel Fabriciano Felisberto de Carvalho Brito, por ocasião de seu centenário de nascimento. Só em 1944, com a instalação da Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA), Coronel Fabriciano receberia o grande impulso que transformaria o distrito. Em 1940 o distrito já contava com 3.791 habitantes e, posteriormente, em 1948, o município foi criado, desmembrando-se de Antônio Dias.

O processo descrito remete ao plano de conformação política de um território, legalmente estabelecido. Entretanto, retornando aos aspectos conceituais expostos na primeira parte deste capítulo, não se pode perder de vista que esse território político não é estático, mas permeado de relações de poder e tem no espaço um componente indissociável, tanto na realização de funções quanto na produção de significados. “Este território pode ser funcional a começar pelo seu papel enquanto recurso, (recursos naturais/matérias-primas) que variam em importância de acordo com os modelos de sociedades vigentes” (HAESBAERT, 2007, p.4).

Daí a importância em apresentarmos o cenário, formado com a presença de grandes empresas e, conseqüentemente, os movimentos iniciais de territorialidade advindos com os grandes investimentos e transformações sociais, políticas e econômicas que chegaram a Coronel Fabriciano, e neste processo os direcionamentos primários de novas redes que começavam a se estabelecer em função dos novos recursos acima descritos e recém-instalados nesse território.

Estamos diante da tessitura de novas redes, cujos registros dos primeiros movimentos se deram quando o Dr. Rubem Siqueira Maia, um prestigiado médico da região, em 1947, vendo-se diante de toda essa nova realidade, recorre ao seu velho amigo e então Deputado Estadual Tancredo Neves, para pleitear a emancipação política de Coronel Fabriciano, com a justificativa de promover o desenvolvimento da região.

Amigos desde a infância, ao se formarem, o Dr. Rubem em medicina e Tancredo Neves em Direito, “o primeiro foi para Antônio Dias trabalhar como médico na Estrada de Ferro Vitória a Minas (E.F.V.M) e Tancredo Neves continuou na capital onde dedicou o resto de sua vida à carreira política, eles nunca perderam o contato” (MILHÔLO, 2007, p.14).

Estrategicamente, o Dr. Rubem estrutura uma Comissão para levar adiante o ideal de emancipação e procura reunir nesta Comissão homens que já tinham, assim como ele, alguma projeção na sociedade. Portanto, eram indivíduos com prestígio social, ligados a setores de destaque, a ramos de atividades liberais, públicas, comerciais e empresariais. Fizeram parte da Comissão:

- 1- Dr. Rubem Siqueira Maia- Um dos primeiros médicos da região, veio para o distrito como funcionário da Cia Belgo Mineira, em 1938. Foi comerciante e empreiteiro na construção da Cia Acesita. Mais tarde, adquiriu experiência política ao ser prefeito do Município de Antonio Dias, filiado, na ocasião, ao partido PSD;
- 2- Coronel Silvino Pereira- Era um pioneiro no lugar. De origem Sergipana, o Cel. prosperou economicamente ao trazer nordestinos para trabalharem na EFVM, ainda na década de 1920. Era comerciante e foi o primeiro proprietário de máquinas de beneficiamento de alimentos da região;
- 3- Lauro Pereira- Era parente do Cel. Silvino e como tal aproveitou para ingressar-se no comércio. Posteriormente, com a instalação da Companhia Acesita, tornou-se empreiteiro de carvão dessa empresa;
- 4- Nicanor Ataíde- Político de formação, era filiado a UDN, o mesmo partido do governador do Estado na época, Dr. Milton Campos. Era comerciante e proprietário da Casa Ataíde;
- 5- Claudiano José Soares- Era secretário da Cia Belgo Mineira, e, portanto sempre estivera bem próximo do Dr. Rubem Siqueira Maia. Tinha uma gráfica e provavelmente, deve ter feito parte do grupo responsável pela redação do jornal impresso, *O Progresso*, que se tornou um dos mais importantes instrumentos de divulgação dos ideais emancipacionistas;
- 6- Narciso Tôrres- Comerciante e gerente das Casas Guerra. Apesar da pouca idade, pois tinha apenas 25 anos, entrara na comissão para agregar forças e participar das mudanças da comunidade;
- 7- José Anastácio Franco- Era proprietário de uma casa de comércio e tinha sido Juiz de Paz por algumas vezes;
- 8- Joaquim Vieira Alves- Natural de Mesquita, recém-chegado ao distrito se dedicou ao comércio e a política;
- 9- Wenceslau Martins Araújo- Funcionário da Cia Acesita. Topógrafo por formação, foi provavelmente indicado pelo Sr. Alderico Rodrigues de Paula, um dos diretores da Cia;
- 10- Padre Deolindo Coelho- Vigário há muitos anos. Atendia toda a região e conhecia muito bem a população do lugarejo. Estava à frente dos trabalhos de construção da Paróquia São Sebastião, que consistia numa obra grande e com previsão de inauguração para o ano 1948 (MILHÔLO, 2007, p.15).

Nesta organização presidida pelo Dr. Rubem Siqueira, registramos os primeiros indicadores do processo de territorialização que se instalava no distrito de Coronel Fabriciano, assim como a força da rede que foi formada para sustentar essa territorialização, já que foi esse grupo, constituído de seus respectivos poderes políticos e econômicos, que passou a

recorrer aos órgãos competentes do Estado solicitando, ainda em 1947, a emancipação política e administrativa de Coronel Fabriciano.

Neste sentido, é bom lembrar que todo território possui um caráter político, de onde derivam as distintas variantes do poder que estão presentes tanto de forma simbólica como funcional na constituição das instituições, empresas e relações sociais, de acordo com as obras de Haesbaert (2007) e Raffestin (1993). Assim, a configuração do agrupamento das representações sociais formada pelas dez pessoas convidadas pelo Dr. Rubem Siqueira perfaz um emaranhado de poder por ele tecido e estabelecido.

Mesmo assim, a Lei Estadual nº28, de 1947, em seu artigo 05, previa os critérios necessários para a instalação de qualquer município mineiro: para emancipação deveria haver no mínimo 10 mil habitantes e Coronel Fabriciano, nesse momento, possuía apenas 5 mil. O governo de Minas não aprovou a instalação do município.

O Senhor Narciso Drumond Tôrres narra em entrevista que diante dessa negativa o grupo do Dr. Rubem adota a sugestão do Deputado Tancredo Neves para que o Padre de Coronel Fabriciano seja envolvido e que lhes forneça os seus registros de batismo para que esse resultado seja acrescentado ao censo de habitantes que era feito precariamente por Antônio Dias. Com esse procedimento o número de habitantes excedia os 10 mil exigidos por lei. “Além do Padre Deolindo Coelho, foi incluído na Comissão o Sr. Wenceslau Martins Araújo, provavelmente (sic) indicado pelos Diretores da Cia. Acesita. Ele era topógrafo e ficou responsável de elaborar a planta com a proposta de divisas territoriais para o novo município” (MILHÔLO, p.18, 2007).

Essa soma de forças foi complementada por uma nova estratégia de luta que consistia em mobilizar a comunidade, e o Dr. Rubem Siqueira teve a ideia de criar o jornal impresso “*O Progresso*”. O jornal se tornou um importante instrumento de veiculação das ideias emancipacionistas, tendo como redator-chefe o Dr. José Albeny, um influente médico do Hospital Siderúrgica, criado posteriormente em Coronel Fabriciano, em 1948.

Numa outra entrevista o Senhor Aloisio Letro² diz que diante de uma segunda negativa do Estado, a Cia. Acesita entrou no processo, reformulou a documentação, gerou um extenso memorial e o enviou novamente à Assembleia no dia 25 de fevereiro de 1948. Em 08 de outubro do mesmo ano, os Deputados emitem opinião favorável e, com uma grande contribuição do Governador Milton Campos, no dia 27 de dezembro de 1948, em

² O Sô Lú, como é conhecido, tinha 88 anos quando foi entrevistado por Roberta Milhêlo, em 2006. Ele é filho do Profº Francisco Letro, que por sua vez, era o prefeito da cidade de Antônio Dias entre os anos de 1948 e 1950.

conformidade com a Lei 336/48, o distrito de Coronel Fabriciano, mediante a incorporação do Arraial de Ipatinga, é emancipado (MILHÔLO, p.22, 2007).

É estabelecido um novo território, e, a partir de agora, uma nova construção social e dinâmicas identitárias começam a tomar corpo dentro de um contexto histórico, já de antemão marcado pelas pessoas que não somente idealizaram a emancipação de Coronel Fabriciano, mas conduziram toda uma população na razão dos seus ideais emancipacionistas, e neste *continuum* encontra-se o Arraial de Ipatinga, objeto de nossa pesquisa, que agora passa a pertencer a Coronel Fabriciano e assume o foco do restante da nossa pesquisa.

2.3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IPATINGA

Com base nestes pressupostos teóricos e na historiografia pertinente, temos em Coronel Fabriciano (sede)/Ipatinga (distrito): de um lado, o município sede plenamente estabelecido em suas relações de poder em contraponto ao distrito; e do outro lado, o jovem distrito imerso rapidamente em um processo acelerado de crescimento demográfico, recebendo um considerável contingente populacional de diferentes pontos do Estado e do país, formatando um novo modelo de trabalhador: o operariado, constituído por pessoas “de fora” que passam a integrar as frentes do processo separatista liderado pela AAI.

A coesão grupal, autopercepção e o reconhecimento da massa operária que se formava em relação à população que ali já residia antes de Ipatinga ter sido transformada em distrito, assim como os anseios separatistas que seriam defendidos, formam um contexto que nos leva à reflexão sobre a solidez da AAI em relação aos Poderes da sede plenamente estabelecidos, em detrimento dos seus próprios poderes que estavam todos por serem construídos, já que para Coronel Fabriciano o distrito de Ipatinga parecia não representar mais que um anexo ao seu território.

Como pôde ser visto com mais detalhamento no item anterior, por uma manobra política do Senhor Coronel Fabriciano o território do então Arraial de Ipatinga é elevado a distrito e anexado a Coronel Fabriciano, para que este se apresente adequado à legislação estadual, com as condições mínimas para os distritos que buscavam sua emancipação. Esta transferência que à primeira vista se nos apresenta com certo grau de naturalidade no cenário político, traz consigo complexos movimentos sociais, já que não se trata apenas de um novo

traçado geográfico, mas de um contexto que afeta diretamente a vida das pessoas daquele lugarejo, que agora passam a responder a uma estrutura social que não lhes era próxima. Realidade que nos leva ao seguinte princípio:

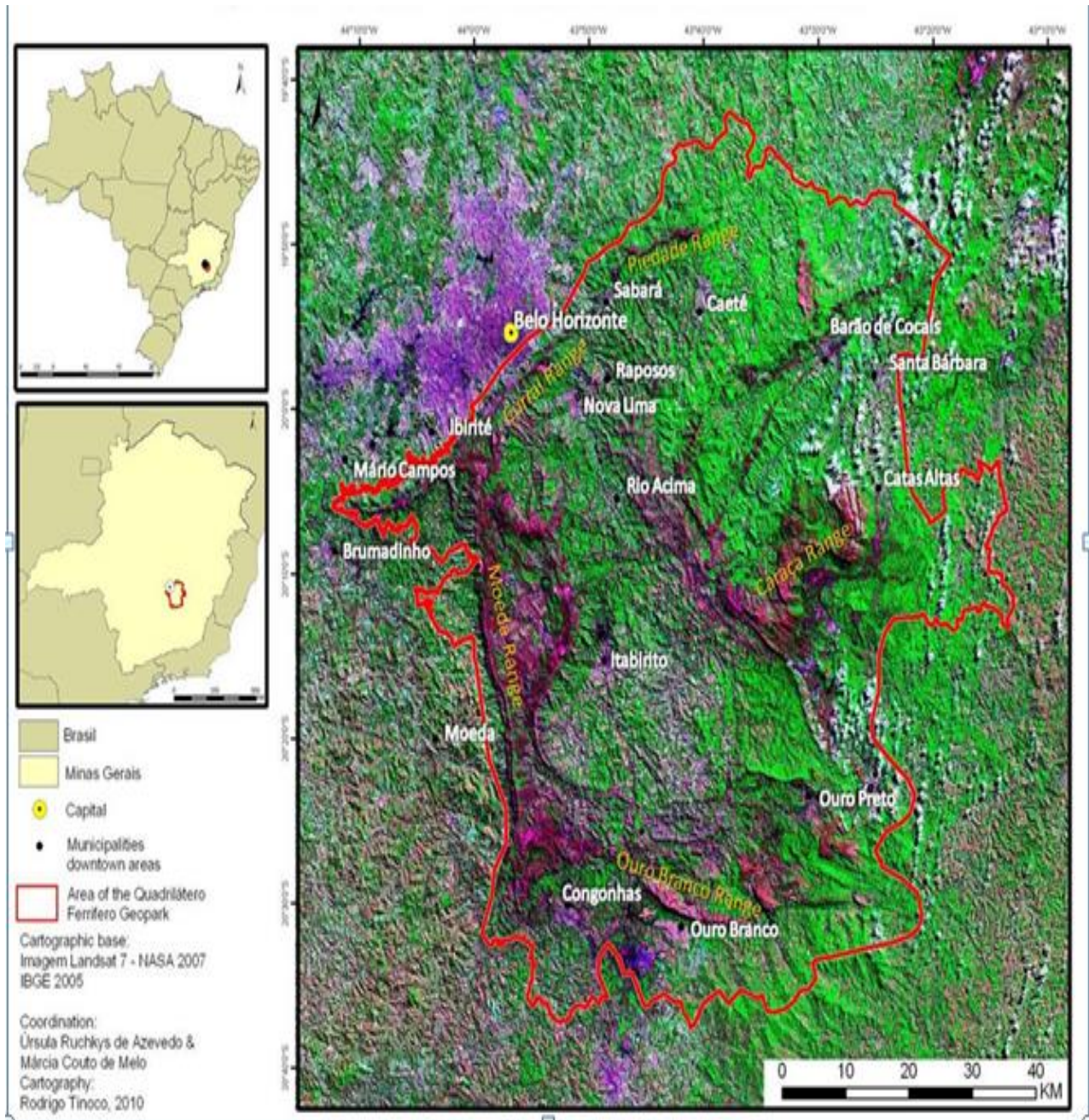
...um grupo detém um índice de coesão mais alto do que o outro, e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos – o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-outsiders (ELIAS, 2000, p.22).

No mínimo esses habitantes, que antes eram estabelecidos em face de uma realidade social, econômica e política em relação ao município ao qual pertenciam, agora se veem na condição de *outsiders*, pois chegam como meios de execução de uma meta que Coronel Fabriciano precisava alcançar. Assim, entendemos que a partir de um equilíbrio instável de poder e das sensações que lhe são inerentes, encontramos uma pre-condição decisiva que definiu estigmas eficazes de um grupo “*outsider*” em relação a um grupo “estabelecido”. Do lado dos estabelecidos, temos uma sociedade que teve força suficiente para reconfigurar o seu traçado geográfico, e, por isso, aumentar o seu território e o número do seu eleitorado, o que justificou todo esse esforço. Assim justificado, o recém-incorporado Arraial de Ipatinga agora tem que iniciar todo um processo de reterritorialização, pois houve uma perda de identidade, de poderes e de status em razão de vários referenciais que agora enfrentam a resistência natural de uma sociedade à qual eles passam a pertencer como *outsiders*.

Por isso, um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando estão instalados em posições de poder das quais o outro grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso, o estigma de desonra coletiva imputado aos *outsiders* pode fazer-se prevalecer (ELIAS, 2000). De fato, estamos diante de uma polifonia de grupos e/ou indivíduos que se alternam no poder ao longo do tempo. Entretanto, cabe compreender a complexidade de todo o movimento de emancipação dentro de um processo histórico. É a partir deste referencial que podemos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências para investigar o território que, dentro de um *continuum*, apresenta um movimento pendular entre o funcional e o simbólico, do mesmo modo que os grupos e/ou indivíduos deslizam nas condições de “estabelecidos” e “*outsiders*” (HAESBAERT, 2007, p.23; ELIAS, 2000).

Este movimento pendular do território de Ipatinga passa a ganhar notoriedade pelo simples fato de sua proximidade com o quadrilátero ferrífero, região de Minas Gerais a

poucos quilômetros de Belo Horizonte, cujos vértices estão nas cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara, Mariana e Congonhas do Campo (Mapas 03 e 04).



MAPA 03 – QUADRILÁTERO FERRÍFRO GOPARK BOUNDARIES

Fonte: Puc-SP – O EIXO DO SISTEMA - Data: Ano 2000



MAPA 04 – Visualização de Ipatinga em relação às cidades do Quadrilátero Ferrífero
Fonte: (RIBEIRO FREITAS, 2011, p.146)

Obs.: O mapa de número 01, e este, nos permitem uma perfeita visão da proximidade de Ipatinga em relação à capital mineira, e por conseguinte do centro do quadrilátero ferrífero, que é de pouco mais de 100 km.

Outro fato na configuração deste território, do ponto de vista mais funcional, foi a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas que finalizada até Cachoeira Escura (1912), reinicia suas obras. Originalmente, seu traçado deveria chegar até Diamantina, onde seus trilhos seriam ligados aos da Estrada de Ferro Central do Brasil. Entretanto, o traçado foi alterado no final da década de 1950, passando por Ipatinga, com destino a Itabira, para que o minério ali explorado pela Iron Ore Company fosse encaminhado para o litoral.

Esse redirecionamento da Estrada de Ferro e da Iron Ore Company no período que representa o nosso corte temporal incorpora-se a um contexto nacional no qual o governo de Getúlio Vargas chega ao final, em 1954, com o suicídio do presidente. Outro acontecimento merecedor de destaque seria a eleição de Juscelino Kubitschek para Presidente da República.

Ambos os fatos consistem no fim da era “Vargas” e o início de outra, a qual assiste à chegada de um mineiro à presidência do Brasil, cujo governo institui um Plano de Metas caracterizado pelo ideal do “desenvolvimentismo” e pela abertura ao capital estrangeiro (FJP, 1986; RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991; SKIDMORE, 1996).

A Associação de Amigos de Ipatinga se estrutura dentro desse cenário das novas forças das organizações políticas nacionais, as quais podem ter influenciado fortemente no processo de emancipação do município de Ipatinga. Originalmente os membros da AAI eram filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, União Democrática Nacional – UDN ou ao Partido Social Democrático – PSD, os principais partidos políticos locais, e, respectivamente, os partidos de maior amplitude nacional (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991; Jornal Canaã; Jornal Verdade Impressa; BENEDITO JR, 1999).

Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 demonstrou uma acentuada capacidade de governança, e neste período temos que “... o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%, em preços constantes, com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias do aço” (SKIDMORE 1968, p. 204).

Numa perspectiva ampla, podemos entrever que os acertos da política econômica de Juscelino Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política.

Ele foi capaz de manter isso apenas por um *tour de force* político. Seu segredo residia na marcante habilidade em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. (...) ele se utilizava do próprio sistema a fim de ganhar apoio – ou em muitos casos “ajeitando” a oposição – para os seus programas. Isto significava capitalizar as alianças getulistas sem o autoritarismo ou o populismo dos quais Getúlio Vargas lançou mão em vários estágios de sua carreira (SKIDMORE, 2000, p.208-217).

Em suma, a postura adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek, em nível nacional, fez-se presente também regionalmente ao estabelecer uma relação direta com todos os movimentos políticos, econômicos e sociais que sustentaram a região de Ipatinga até a sua emancipação de Coronel Fabriciano. Nestes termos, segundo as prioridades traçadas em seu governo, o Plano de Metas incidiu sobre seis eixos estratégicos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e construção da nova capital. Neste contexto, contemplando a parte referente à indústria de base, a Usiminas foi fundada sob a proposta

mineira de superação da produção da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (GOMES, 2009).

Sua construção se deu estrategicamente no Aglomerado Urbano do Vale do Aço (AUVA), o principal polo siderúrgico do Estado de Minas Gerais, no Distrito de Ipatinga, apresentando-se quase finalizada em fins de 1962. Em novembro deste mesmo ano, o alto-forno começou a funcionar. Em 1963, todas as principais seções da usina estavam em funcionamento. Em vista dos custos terem se elevado no curso da construção, o BNDE foi forçado a fazer contribuições para ver o projeto concluído com sucesso e, ao fazê-lo, tornou-se acionista majoritário da empresa (GOMES, 2009).

Assim, esse jovem território de apenas cinquenta anos de formação emergiu, no período de uma década, numa escala política, social e econômica internacional, não lhe sendo estranhos os imigrantes japoneses, árabes, norte-americanos, ingleses e tantas outras manifestações que foram incorporadas à sua história. Para melhor apreendê-las, no item abaixo recuperaremos alguns elementos significativos da sua formação: o movimento migratório que se estabeleceu nos momentos iniciais de sua ocupação territorial e, posteriormente, a instalação da Usiminas.

3. AS MULTITERRITORIALIDADES DO DISTRITO DE IPATINGA

3.1 OS IMIGRANTES E A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO: AS PRIMEIRAS REDES

O nascimento do distrito de Ipatinga nos remete aos primeiros movimentos de formação política e social desse jovem território, acompanhado de uma intensa transformação social e de relações de poder. Nesse sentido nos servimos de uma ampla variedade de fontes: vários memorialistas dedicados ao tema cuja diversidade narrativa vai desde registros em forma de poemas, como é o caso do Senhor João Batista Guerra, em “Vazio Verde: o amanhecer de Ipatinga”, até as também valiosas contribuições dos Jornalistas Carlindo Marques Pereira e Marcelo de Freitas, entre os primeiros que narraram o Massacre de Ipatinga. Na época do lançamento da primeira edição do seu livro “O Massacre de Ipatinga”, início dos anos de 1980, Carlindo era muito bem entrosado no meio político da cidade e um dos representantes dos movimentos de esquerda da “Chapa Ferramenta”, paradoxalmente nascida dentro da Usiminas, pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Marcelo de Freitas, graduado em comunicação e acadêmico em Jornalismo, fez de sua obra **“Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga”**, uma boa articulação entre o mundo jornalístico e o acadêmico, apresentando-nos um texto que foi muito além de uma simples descrição dos fatos, observações que também podem ser apreciadas na orelha do seu livro, registradas por Guy de Almeida.

Não podemos deixar de citar as produções acadêmicas, como a monografia de Roberta Molhòlo, com entrevistas ricas em conteúdo e com cuidado científico. As dissertações das historiadoras Marilene Tuler e Ana Maria Carvalho Miranda Sá também trazem contribuições. A primeira estudou numa perspectiva histórica, o massacre dos operários de Ipatinga, e a segunda retrata a formação cultural da região, em especial as festas de congado desde o século XIX. Já Magnus Emmendoerfer, voltado para a Administração, nos beneficia com informações sobre os primórdios da estrutura tanto física como administrativa do nascimento da Usiminas entre os anos de 1962 e 1964. Contudo, não poderíamos deixar de citar a dissertação de alto valor para esta pesquisa, de Geraldo V. Ribeiro de Freitas: “Entre divisas, divisores e um massacre: a emancipação da não construída cidade de Ipatinga-MG”.

Geraldo Freitas apresenta a emancipação de Ipatinga sem tangenciar o processo de sua configuração e nos permite entender nuances que complementam e dão significado tanto às fontes documentais quanto às orais. Neste sentido a emancipação ganha uma dimensão própria, a partir da visão de Ribeiro de Freitas, sobre o entendimento de como os dois distritos se comunicavam anteriormente ao projeto capitalista que ocasionou um crescimento populacional acelerado a partir da década de 1960.

Outra importante fonte de pesquisa foi a consulta à Revista Ipatinga: ano 20, uma produção repleta de registros sobre a história de Ipatinga, material encomendado pela Prefeitura na década de 1980, na gestão de Jamil Selim de Sales, político de direita e o primeiro prefeito eleito depois da emancipação, saindo-se vitorioso em outros dois pleitos futuros. Assim como essa revista, nos servimos dos fascículos editados pela Fundação João Pinheiro: Projeto Usiminas 25 anos, material encomendado pela Usiminas na década de 1980, que também se dedica a nos contar a história de Ipatinga, segundo a visão dos engenheiros e convidados, pioneiros desde a idealização até sua produção. Entretanto, em nenhum destes trabalhos há uma preocupação em discutir de maneira mais consistente a formação deste território. Há apenas informações pontuais que buscamos agrupar para uma análise mais circunstanciada.

A partir de um primeiro esforço de organização documental e estruturando em linhas gerais o surgimento do Arraial de Ipatinga, pontuaremos alguns dados históricos pertinentes à temática desta dissertação. Sabe-se que o Arraial de Ipatinga era rota de tropas que cortavam a região sobrevivendo do comércio de arroz, feijão e toucinho, que eram exportados dali, e também de uma dependência de importação de querosene, sal, sardinha, bacalhau e Cerveja Antártica (sic), vindos de Cachoeiro do Itapemirim – ES, surgindo uma interligação por meio dos tropeiros do Arraial de Ipatinga, como o sul da Bahia e outras partes do interior de Minas Gerais e com Rio de Janeiro. Foi também por esse movimento que o Arraial de Ipatinga passou a conviver com uma nova política de migração quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus, árabes e, posteriormente, os asiáticos que vieram para iniciar uma nova vida, principalmente depois da construção da estrada de ferro, em 1924 (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p.7-18).

A busca por mão-de-obra neste período contou com duas iniciativas: a primeira partia de uma proposta do Estado que procurava atrair colonos com o discurso de terras férteis,

isenção fiscal e perdão de dívidas para com a Fazenda Real; a segunda correspondeu às tentativas de particulares na montagem de núcleos populacionais usando recursos do Estado.³

Com a intenção de explorar grandes extensões de matas para a fabricação de carvão vegetal para os altos-fornos de João Monlevade, a Companhia Belgo Mineira comprou as terras do Senhor Alberto Giovanini, no Município de Coronel Fabriciano. Porém, em 1949, por meio de uma permuta com a Companhia Belgo Mineira, o terreno passa para a propriedade da Prefeitura de Coronel Fabriciano, e nos dias atuais esse terreno se localiza exatamente onde hoje é o centro de Ipatinga (BENEDITO JR,1999, p.10).

É neste contexto que se registra a chegada das primeiras levas de imigrantes. A família Pidner foi uma das primeiras a chegar à região, oriunda do Tirol, na Áustria, em busca de oportunidades. Além de terem experiência no ramo comercial, atuavam também no ramo de estruturas metálicas e na manutenção de vagões para a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Registra-se ainda que na década de 1950 eles ajudaram a construir os teleféricos da Cia. Belgo Mineira em João Monlevade (BENEDITO JR,1999, p.10).

É importante citar que além dos europeus, os árabes tiveram participação decisiva no desenvolvimento comercial da região nas primeiras décadas do século XX. Eles dedicavam-se ao comércio, mascateando de cidade em cidade ou se estabelecendo como prósperos comerciantes (BENEDITO JR,1999, p.10). Citamos como exemplo os Selim, e os Tufik que deixaram o Líbano, fincando raízes em Ipatinga, onde a comunidade de descendentes árabes encontra referência ainda nos Chaim, Saraf e várias outras famílias. Esses imigrantes nos indicam o surgimento de uma territorialidade específica, embora não tenhamos encontrado registros em nossas fontes de que eles tiveram participação ativa no processo de emancipação de Ipatinga. Eles anteciparam uma vocação que viria marcar profundamente a futura cidade de Ipatinga, ou seja, a presença dos estrangeiros em seus domínios com o propósito de comprar ou vender, atraídos pelo caráter multinacional da Usiminas.

Com a chegada da Belgo Mineira e da Acesita, a exploração do carvão, em 1937, desencadeou a chegada de grandes levas de operários. Alojados à margem do Ribeirão Ipanema, formaram um povoado no lugarejo, motivo para a Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas mudar-se para este local, já que tinha sua estação às margens do Rio Piracicaba (BENEDITO JR, 1999, p.10, 11-13).

³ Esta prática fora uma constante por toda a Zona da Mata Mineira no período Imperial. Para contrastar com a iniciativa de Teófilo Otoni para a parte norte da região, temos a iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage para a parte sul. Mariano criou em 1850, na cidade de Juiz de Fora, a Cia. União e Indústria. Em 1861 recebeu 1152 colonos para ocuparem as vilas agrícolas de São Pedro, Borboleta e Fábrica. In: OLIVEIRA. Mônica R. de. *Juiz de Fora: vivendo a história*. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 1994.

Com as maciças atividades de carvoaria, as áreas até então cobertas por florestas no Arraial de Ipatinga se transformaram em fazendas, como a Fazenda Ipanema, onde hoje é o atual Bairro Veneza I. Maria Weber de Oliveira, a Dona Bizuca, filha de Pedro Soares de Oliveira e Ana Anício de Oliveira, nascida em Santana do Paraíso, Mesquita, Minas Gerais, em 21 de dezembro de 1932, foi professora em Ipatinga, herdando as funções de Dona Maria Antonieta, então primeira docente da região. Ela lecionou nas Escolas Reunidas Júlia Kubitschek, de 1957 a 1961, onde foi também diretora de 1961 a 1964. Depois assumiu a diretoria da Escola Manoel Ezídio, de 1964 a 1986, e por ter participado dos primeiros movimentos de emancipação de Ipatinga é uma informante preciosa⁴.

Ela conta que “isso aqui [Arraial de Ipatinga] era um posto, uma parada de trem de ferro, que depois passou a ser depósito de material da Companhia Alambra para a construção da Usina hidrelétrica de Salto Grande, e que circulavam por aqui muitos tropeiros e fazendeiros” (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.40-43). Dona Bizuca cita que os principais fazendeiros do Arraial eram: Jair Gonçalves, sua fazenda era onde hoje se situa o Bairro Cidade Nobre; a seguir vinha o pai dela, Pedro Soares de Oliveira, “sua fazenda tinha começo no bairro Bethânia, estendendo-se pelos Bairros Canaã, Vila Militar, Canaãzinho e Vagalume. Segundo ela, depois que sua mãe morreu a fazenda foi vendida para o Senhor Salim José de Sales”⁵ (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.40-43).

Em 1961, mesmo com o avançar das obras da Usiminas, segundo Dona Bizuca, “tudo que se tinha de resolver, questão de saúde, compras, só em Coronel Fabriciano, mas não havia asfalto, passava-se com muita dificuldade, ia-se de trem para a sede da Cidade porque era o meio mais seguro de se viajar” (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.40-43). De acordo com nossa informante, estava sendo intolerável o domínio de Coronel Fabriciano sobre o distrito e “à medida que o lugar ia crescendo, mais forte era o paternalismo sobre o local, não tínhamos posto de saúde e até para assistir missa era difícil” (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.40-43).

Na mesma linha do depoimento de Dona Bizuca, o Senhor Raimundo Anício⁶ declara que devido aos escassos recursos direcionados para essa região por parte da Prefeitura de Cel.

⁴ No anexo 01 podem ser encontradas fotos que ilustram o depoimento de D. Bizuca, a foto de 01 retrata a Fazenda Ipaneminha, onde hoje é o Centro de Ipatinga, já a 02 nos dá a visão do posto de parada do trem.

⁵ Os mapas 05 e 06 nos dão uma visão de como era a distribuição das terras no território de Ipatinga até o início da década de 1960, e hoje, os bairros que delas se originaram.

⁶ Raimundo Anício foi Juiz de Paz em Antônio Dias, 1948-1952; Empreiteiro da Belgo Mineira, fazendo carvão, estabeleceu-se no Arraial de Ipatinga em 1953; Único fornecedor de eletricidade para os moradores; Trabalhava

Fabriciano, o povoado encontrava-se sem nenhum conforto. “No tempo de chuva, muito barro; no tempo de sol, muita poeira. Até 1958 a região configurava-se como pequena vila, com cerca de 300 habitantes e 60 casas” (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.27-31). Ele destaca que mesmo com toda a precariedade de urbanização local, “o comércio sofria a influência do pessoal que fazia o transporte de um complexo maquinário para a instalação de Usina Hidroelétrica de Salto Grande, município de Braúnas em Minas Gerais. Tudo era descarregado aqui em Ipatinga” (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.27-31). “E tinha uma presença muito grande do pessoal carvoeiro da Companhia Belgo Mineira, e esse pessoal fazia compra sempre aqui” (FJP, 1987, p.7-10, Depoimento do Senhor Raimundo Anício).

A partir dos elementos levantados, é possível propor um cenário: de um lado, temos a sede plenamente estabelecida em suas relações de poder em relação ao Arraial de Ipatinga; do outro, um jovem território em formação, imerso em um processo caracterizado por baixa densidade demográfica, formada essencialmente pelo estabelecimento de fazendeiros, migrantes de diferentes pontos do Estado, do país e do mundo, formando um contingente populacional de pessoas com raízes completamente diversificadas.

De certo, temos que o Arraial de Ipatinga pertencia na perspectiva jurisdicional a Coronel Fabriciano, não apresentando, do ponto da vista de arrecadação de impostos, razões significativas que atraíssem nesta fase inicial a atenção de sua sede. Porém, como anteriormente já registramos, esse arraial passa a pertencer a Coronel Fabriciano por causa de uma manobra política para a sua emancipação de Antônio Dias. Podemos nos perguntar se o fato desse objetivo ter sido alcançado, somado à baixa representatividade do Arraial de Ipatinga aos cofres públicos, não teria projetado um território com características marcadamente desvalorizadas pelos grupos dirigentes da sede. Pautados nesta projeção territorial, o poder público de Coronel Fabriciano manteve o mesmo padrão de administração, desconsiderando o rápido crescimento demográfico e o desenvolvimento social e econômico em curso. Da mesma forma, as redes de poder já constituídas em Coronel Fabriciano não parecem ter feito qualquer movimento no sentido de agregar novos personagens que já se destacavam no então distrito de Ipatinga.

Como pode ser visto nos mapas 05 e 06, o Arraial de Ipatinga já possuía alguns grandes fazendeiros formalmente instalados, a região se tornara um entreposto de tropeiros,

para Magalhães Pinto eleger-se deputado, e era da UDN; Em 1960 ele foi vereador representando o distrito; Estruturou uma boa rede de relacionamento com as pessoas que faziam a direção da Usiminas. Nunca teve problemas com a usina e sempre teve seus pedidos atendidos pela empresa.

onde todos os maquinários para a construção da Usina Hidroelétrica de Salto Grande era descarregado. Havia o movimento das carvoarias da Belgo Mineira e da Acesita. A Vale do Rio Doce não somente muda o traçado da estrada de ferro, como traz também a estação ferroviária para o meio do povoado, como já se cogitava sobre as obras da construção da Usiminas. É possível ver aí várias territorialidades e redes em formação em meio a uma complexa ordem de ações planejadas ou não pelos grupos sociais ali residentes. Contudo, sabemos que de uma ordem de coisas isoladas e/ou arquitetadas por um grupo de pessoas pode dar origem a outras situações não pretendidas no momento: “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil... podendo dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa planejou ou criou... determinando um novo curso da mudança histórica” (ELIAS, 1993, v. 2, p. 142).

Ou seja, havia a formação de nova ordem originada da combinação de várias ações isoladas, cujas configurações sociais estavam levando aquelas pessoas à regularidade e assimilação de um certo discurso como os de D. Bizuca e do Senhor Raimundo Anísio, unindo-os a um processo de territorialização que terminou, como veremos, na emancipação de Ipatinga. Todo esse processo é permeado pela multidimensionalidade de seus membros, que começavam a perceber-se numa coletividade, conectados em redes, num sistema de relações existenciais e produtivas (RAFFETIN, 1993; ELIAS, 1993, v. 1).

Com base nestes pressupostos, no início de 1953, no Arraial de Ipatinga, articula-se um dos primeiros movimentos de expressiva organização social, quando Raimundo Anício Alves, José Anatólio Barbosa, Jair Gonçalves e Raimundo Nonato Vieira organizam uma comissão para criar o distrito de Ipatinga (BENEDITO JR., 2005, p.18). No mesmo ano Ipatinga vira distrito instalado sob a presidência do Juiz de Direito da Comarca de Antônio Dias, Dr. José Grossi, que fixa data para instalação do distrito, criado pela Lei n. 1.039, para 12 de dezembro de 1953. No período de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 seria estabelecida a divisão administrativa e judiciária do Estado. O distrito de Ipatinga passa a apresentar assim os seguintes dados físicos: está localizado na Microregião do leste de Minas Gerais, abrangendo parte da bacia do Rio Doce (Piracicaba e Ribeirão Ipanema), tem 220 m de altitude e 160 km² de superfície (FERREIRA, 1959, p.86).

Torna-se perceptível o desenvolvimento de sistemas que se conectam, produzindo territórios-redes enquadrando agentes com os mesmos propósitos territorializadores, cujo fluxo de interesses não necessariamente acontecia num sentido vertical, mas cada vez mais horizontal no aspecto de possuir uma maior representatividade social. A partir da definição de

multiterritorialidade, Haesbaert (2004), nos faz refletir sobre três aspectos que mantêm estreita relação com a dinâmica territorial das corporações. O primeiro deles é o processo de “reterritorialização”, ou seja, território é movimento, o segundo aspecto é a “possibilidade de acesso ou de conectar-se”, e o último aspecto a destacar é que a multiterritorialidade implica “redes não-hierárquicas”.

Voltando ao depoimento do Senhor Raimundo Anísio, supra-citado, há uma declaração dele de que, passada quase toda a década de 1950, Ipatinga, já com o *status* de distrito, apresentava-se ainda sem qualquer infraestrutura, as ruas eram de terra, a luz a motor e a água era fornecida em lombo de burro ou carros-pipa.

Como já mencionado anteriormente, uma possível causa para tanto abandono por parte da sede em relação ao Arraial de Ipatinga pode ter ocorrido pela forma como se deu sua anexação e pela sua baixa representação aos cofres públicos. Mas no caso do distrito de Ipatinga e pelo devir da sua história, é importante considerar que:

nas relações estabelecidos-outsiders, a meta destes últimos de saciar sua fome, de atender às necessidades animais ou materiais mais elementares, além de se defenderem da aniquilação física por inimigos humanos - em suma, o simples objetivo da sobrevivência física -, assume prioridade em relação a todos os demais sempre que sua obtenção é incerta. Até hoje, essa continua a ser a meta primordial de grandes setores da humanidade, em parte porque outros setores, mais poderosos, têm um consumo excessivo, já que a população humana costuma crescer mais depressa do que seu abastecimento de víveres e a humanidade é dividida demais para adotar qualquer medida conjunta contra a aflição dos grupos menos poderosos, e em parte porque a crescente interdependência de todos os setores da humanidade intensificou suas lutas mortíferas e ainda não se aprendeu a lição de que, num mundo cada vez mais interdependente a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito de bumerangue (ELIAS, 2000, p. 34).

Retomando o devir da história e o efeito bumerangue citado por Elias, um dado novo aparece, o distrito de Ipatinga passa a figurar na lista dos possíveis lugares para receber a Usiminas. Sobre o local da montagem da usina, os primeiros indicadores apontavam para Paraopeba, Governador Valadares, Itabira e Ipatinga, onde esta veio a ser realmente instalada. Tirando o Arraial de Ipatinga, todas as outras cidades apontadas já eram plenamente estabelecidas em termos social e político, e para a época já possuíam um considerável adensamento populacional. Tal fato nos leva à seguinte possibilidade, além do fato da proximidade com a capital do Estado e do Quadrilátero Ferrífero:

Tenhamos em mente que a empresa escolheu um lugar para não se ter qualquer tipo de organização de base. Somente a que eles permitissem. A vila de Ipatinga não representava números de trabalhadores que a interessasse, somente durante a

construção que isso foi interessante. A mão-de-obra era barata e abundante. As pessoas tentavam se organizar para a vida onde o indivíduo só existisse para a fabricação do aço. Não houve tempo para outra coisa antes de 64, senão para trabalhar; ademais tudo estava por ser construído (RIBEIRO FREITAS, 2011, p.53).

Em 1960, o pequeno e preterido distrito já convivia com um inimaginado movimento migratório.

O primeiro emissário da Usiminas à região foi José Joaquim de Moraes, e ao chegar a Ipatinga o seu contato foi com Raimundo Anício, a quem Moraes, como ficou conhecido, explicou que precisava adquirir três casas pré-fabricadas desmontáveis, das que eram utilizadas nas obras de construção da Usina de Salto Grande. Nelas seriam instalados os topógrafos que fariam os primeiros levantamentos para a definição do local da futura usina (FREITAS, 2008, p.174).

Raimundo Anício sabia onde encontrá-las, e uma delas foi comprada do Senhor Olinto Silva, dono do Cine São José, e as outras duas foram adquiridas do Senhor André Sales, que era agente da estação ferroviária. Percebemos aí o nascimento de uma nova rede. Se de um lado temos um representante do mais alto escalão político e econômico do país o senhor André Sales, do outro temos um cidadão com respeitáveis credenciais sociais o senhor Raimundo Anício, já que naquele momento ele tinha exercido (entre os anos de 1948 e 1952) a função de Juiz de Paz em Antônio Dias; foi empreiteiro da Belgo Mineira, era o proprietário do único armazém do Distrito, teve especial participação na comissão para a criação do distrito de Ipatinga, e foi o fundador da União Democrática Nacional – UDN, da região.

Em suma, uma vez que o Distrito reunia as condições ideais iniciaram-se as aproximações entre os responsáveis pela instalação da usina e a rede de poderes locais. Como se percebe, a instalação levou a um redirecionamento desta rede já estabelecida, uma vez que partia dela para reconfigurar o território. Entretanto, ao mesmo tempo, essa reconfiguração territorial levava a um redimensionamento do papel exercido pelos indivíduos de maior expressão já estabelecidos no local. No decorrer da instalação, este redimensionamento se tornará ainda mais agudo, como veremos nos itens a seguir.

3.2 A INSTALAÇÃO DA USIMINAS NO DISTRITO DE IPATINGA

A industrialização do Brasil tomou corpo a partir dos anos 1930, e até meados da década de 1980 o país convivia com uma forte política de proteção do seu mercado nacional face à concorrência externa e a uma alta taxa de concentração de investimentos no eixo Rio-São Paulo.

Esse movimento de concentração atingiu o auge por volta de 1960. Nessa época, a hegemonia paulista era retratada por todos os índices relevantes. No tocante ao valor da transformação industrial, por exemplo, a participação de São Paulo alcançava 55% do total do país. A título de comparação, a participação de Minas Gerais era quase dez vezes menor, e declinante em relação à década anterior (DULCI, 2002). Mas, o ideal de construir uma grande indústria siderúrgica em Minas Gerais, que era antigo, desde o tempo dos Inconfidentes no período colonial, já vinha sendo representado por pequenos projetos como a usina Esperança, a usina Burnier e outros.

Com a ampliação da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, em virtude de sua nova unidade de João Monlevade, são criadas mais duas siderúrgicas – a Aços Especiais Itabira S/A (Acesita), fundada em 1944, pelo grupo Percival Farquhar, Athos de Lemos Rache e Amintas Jacques de Moraes, entrando em operação em 1950, e a Mannesmann S/A, siderúrgica de capital alemão, fundada em 1952. (FJP, 1987, p.10-12 – Depoimento Dr. Lucas Lopes).

Importantes não só no cenário mineiro, mas no nacional também, aos Engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto – EMOP coube o encargo de responder a dois fatores específicos, quais sejam: a alimentação dos altos-fornos siderúrgicos e o transporte do ferro gusa e do aço produzidos no Brasil. No primeiro caso, quanto à alimentação dos altos-fornos, o corpo técnico mineiro argumentava a viabilidade da utilização do coque vegetal, abundante em Minas Gerais, em detrimento do coque mineral, que para ser consumido em quantidade teria de ser importado (BARBOSA, s/d, p.11-14).

Optar pelo coque vegetal era, portanto, na opinião dos emopianos, fazer a opção mais lógica, posto que desligava a produção nacional dos desígnios externos. O corpo técnico ligado ao Governo Federal, entretanto, desacreditava na possibilidade de se utilizar o coque vegetal em larga escala para a implantação da indústria siderúrgica, optando pelo mineral (importado). Na leitura procedida pelo corpo técnico mineiro “A imensa extensão... coberta de mata virgem e densa, próxima das melhores jazidas de minério de ferro e ao lado das

melhores cachoeiras do Rio Doce, dá-nos a convicção de que ali se encontra a solução para o futuro de nossa siderurgia” (BARBOSA & BARBOSA, s/d).

Em linhas gerais, o projeto mineiro previa a construção da grande siderurgia brasileira no Vale do Rio Doce, região com altíssima concentração de minério de ferro, utilizando carvão vegetal e energia elétrica complementar para a alimentação dos altos-fornos. Além disso, pressupunha que ao Estado deveriam caber os investimentos e, principalmente, a propriedade da empresa. A partir da definição dos pontos de estrangulamento regionais, além dos potenciais pontos de germinação futuros, a gestão JK em Minas volta-se para a industrialização, dirimindo gradativamente a importância do setor agrário como ponto de investimento do Estado (BARBOSA, s/d, p.11-14).

Mas a partir de 1955, com a Implantação do Plano de Desenvolvimento Industrial de Juscelino Kubitschek, Amaro Lanari articula um movimento para a implantação da primeira grande Indústria Siderúrgica em Minas Gerais, e paralelamente a este movimento pró-siderurgia brasileira, o governo japonês e seu empresariado demonstram interesse na exportação de tecnologia siderúrgica para o Brasil, para mostrar competitividade num mercado no qual não tinha tradição diante de países como Inglaterra, Estados Unidos e França (EMMENDOERFER, 2004, p.81-92).

No dia 25 de abril de 1956, com Escritura Pública lavrada na sede da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, fundava-se a Usiminas, e durante 18 meses foram estabelecidos as condições necessárias para os contatos com os sócios japoneses e o apoio do Governo Brasileiro, tendo como representantes principais o senhor Amaro Lanari Junior e o senhor Teizo Horikoshi. Assim, nasce a Usiminas como a primeira *Joint Venture* feita pela Indústria Japonesa no Ocidente, após a segunda guerra mundial, cujo aporte de capitais ficou assim distribuído: 20% do Governo de Minas Gerais, 40% do Governo Federal e 40% do Japão (EMMENDOERFER, 2004, p.81-92).

Deram-se por concretizadas, então, as negociações pela Usiminas, numa sequência de ações pela implantação de uma grande usina siderúrgica em Minas Gerais. No governo JK todo o processo foi facilitado, e os mineiros dão início, na visão de Jayme de Andrade Peconick, “a um movimento cívico, nacionalista e técnico ao mesmo tempo, numa articulação que ninguém poderia segurar e muito menos um presidente mineiro” (FJP, 1987, p.8-15 – Depoimento Jayme de Andrade Peconick).

O nascimento da Usiminas foi um projeto audacioso não somente pela complexidade, mas também pela sua grandeza, já que foi concebida como o maior parque siderúrgico do

Brasil e da América Latina, nos reservando uma trilha cheia de múltiplos territórios e de territorialidades, cujos poderes manifestados podem ser apreciados tanto na sua forma mais explícita, de dominação, quanto na forma implícita ou simbólica.

Verificamos que o período acima reflete um momento em que a elite cultural, intelectual e os movimentos sociais, assim como a base da representação política e empresarial do Brasil residia entre os dois Estados, São Paulo e Rio de Janeiro, e principalmente o empresariado nacional. Durante quase toda a primeira metade do século XX o governo federal, representado por Getúlio Vargas, não tinha voltado para Minas Gerais os seus projetos de industrialização, principalmente quando o assunto era a siderurgia.

Outro fato que merece nossa atenção é a passagem para a segunda metade do século XX, pois uma importante variável toma corpo a favor de Minas Gerais. O Governo Federal agora está nas mãos do mineiro Juscelino Kubitschek, e com ele toda uma concepção material e simbólica de uma nova rede estadual de territorialidade, inserida no cenário nacional favorável aos mineiros.

A chegada de Juscelino Kubitschek ao poder abre uma importante via para os siderurgistas mineiros, e estes com suas redes bem formadas certamente aproveitaram bem o momento, visto que Minas Gerais possuía a mais importante Escola de Engenharia de Minas do país, a Escola de Minas de Ouro Preto – EMOP. Na ocasião em que deram início a um grande movimento na Federação das Indústrias de Minas, presidida pelo industrial Lídio Lunardi, com a grande atuação do Deputado Saulo Diniz do PTB, que trabalhou energicamente.

Das pessoas que encabeçaram este intenso movimento, foi eleita a primeira diretoria da Usiminas: Lídio Lunardi ficou como vice-presidente. O engenheiro Sílvio Barbosa, representando a oposição ao Governo Federal, UDN, foi escolhido para fazer parte dessa diretoria também (FJP, 1987, p.7-9 – Depoimento do Dr. Gabriel A J Pacheco).

Numa das delegações japonesas, vieram aproximadamente vinte engenheiros. Formaram um grupo, e, junto com eles, o Dr. Amaro Lanari Júnior selecionou alguns lugares possíveis como Coronel Fabriciano, Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte. Os japoneses fizeram uma lista de vários itens importantes: energia elétrica, água, movimento de terra e outros 20 itens, cada um com um valor de escala, sempre partindo do princípio de investir em realizações já prontas na região (FJP, 1987, p.7-9 – Depoimento do Dr. Gabriel A. J. Pacheco).

Este é um momento de força e capacidade dos siderurgistas mineiros no sentido de estruturar e estabelecer suas redes numa multiterritorialidade não somente no espaço político e industrial brasileiro, mas também numa extensão de escala mundial e local, causando um redimensionamento com perspectiva complexa, já que em seu movimento eles conquistam um espaço para Minas Gerais no cenário industrial brasileiro, colocam os japoneses num território antes dominado pelos norte-americanos, ingleses e alemães e mudam por completo toda a realidade social do desconhecido e até então inexpressivo distrito de Ipatinga.

Para melhor compreendermos a atuação dessa multiterritorialidade e a força de suas interconectividades pelas redes que entre elas se formam, ressaltamos que:

O território, como espaço dominado ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de - "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que almejamos (HAESBAERT, 2007, p.42).

Assim, entendemos que vislumbrou-se para estes siderurgistas um cenário totalmente favorável, pois, agora estavam amparados pelo Governo Federal, Coronel Fabriciano, que já tinha a Estrada de Ferro Vitória-Minas, além da Usina Hidroelétrica de Salto Grande, a uma distância de apenas 50 km da região e uma área plana, com água à vontade do Rio Piracicaba, quase na junção do Rio Piracicaba com o Rio Doce. Era uma situação ideal: além do solo, com 35 metros de profundidade de areia compacta, o que favorecia uma fundação formidável e de fácil execução.

Assim, em 1950 são firmados os primeiros acordos para a fundação da Usiminas. Começaram a chegar ao Distrito de Ipatinga os representantes dos sócios japoneses, o que justifica a presença do Embaixador do Japão no Brasil, vindo em 16 de agosto de 1958 à região, momento em que foi cravada a estaca, marco fundamental da construção da Usiminas. Depois vieram os técnicos e engenheiros que trabalhariam na instalação dos equipamentos da Usina. Os japoneses foram os responsáveis pela tecnologia e pelo fornecimento dos equipamentos mais complexos da siderúrgica, marcando uma nova rota para o futuro do local. E, de fato, em meados de 1958 chegaram as primeiras máquinas e levas de homens que viriam construir a Siderúrgica⁷.

⁷ Veja fotos 03 e 04 no anexo I: Marco zero da construção da Usiminas e a inauguração do primeiro alto forno da Usiminas.

Portanto, estamos diante de um território que tem suas potencialidades funcionais ressaltadas, mas que num *continuum* em direção às suas características simbólicas sofre um segundo golpe que exige reestruturações profundas, reconfigurando as territorialidades existentes a partir da instalação da Usiminas. São essas novas demarcações que veremos a seguir.

3.2.1 Territorialidades em fluxo: remodelações do espaço e do tempo

O período histórico em que Ipatinga se estabelece como cidade se dá sob a marcha da modernidade industrial proposta pelo governo de Juscelino Kubitscheck. Porém, não podemos nos esquecer de que esta cidade, ainda em sua fase de distrito, foi um território anexado a Coronel Fabriciano, mas permaneceu abandonado pela sede, que poucos recursos destinava ao local. Talvez por esse motivo a Usiminas tenha assumido desde o princípio, a governança dos bairros por ela construídos, bem como o fornecimento de serviços básicos à população residente, destinando também a eles o seu próprio sistema de energia e água tratada.

Entretanto, outros motivos podem ser considerados. A anexação implicou em um reordenamento entre os grupos de estabelecidos e *outsiders* de ambas as localidades. Dada a posição pouco vantajosa do agora distrito de Ipatinga em relação à nova sede, é de se pensar que até mesmo aqueles que possuíam um *status* de estabelecidos no antigo Arraial tenham sido desconsiderados e relegados a *outsiders* em relação aos grupos da sede. De estabelecidos no Município de Antônio Dias, passam por um lado a agregados de uma sede que não os legitima como tais; de outro lado, pouco tempo depois da anexação, assistem a um gigantesco processo de instalação do complexo industrial, sustentado por uma ampla rede de poderes ainda desconhecidas para todos na localidade. Neste sentido, o depoimento de Dona Bizuca já nos forneceu o tom do descontentamento, no capítulo anterior.

A questão central deste processo é que a anexação não representa apenas um ato político e legal, mas implica em um redimensionamento mais profundo no caso do arraial e depois distrito de Ipatinga. A manobra política efetuada, legitimada pelo decreto de transferência da localidade, na realidade os transfere para uma condição em que tanto o cenário quanto o horizonte de expectativas se alteram drasticamente. O processo se dá de forma rápida, o que dificulta o contato e a interação com as redes já estabelecidas na sede. É

importante considerar, também, que naquela época a distância até Coronel Fabriciano era longa e de difícil acesso, normalmente feito por trem. Mesmo depois de efetivada a transferência do território, a distância continua, assim como o estranhamento entre os grupos estabelecidos da sede e os estabelecidos do antigo Arraial.

Os registros falam de uma manobra política, o que nos permite levantar alguns questionamentos, apesar de os documentos encontrados não permitirem uma resposta contundente. Entretanto, cabe ponderar se o processo teria ocorrido à revelia do grupo de estabelecidos do Arraial, que passara a distrito com a anexação, ou se a elevação de Arraial a distrito, no momento da anexação, se tenha configurado em uma negociação, trazendo uma perspectiva mais positiva para o grupo de notáveis locais. Outra ponderação possível em relação à manobra política é em relação ao texto constitucional que trata dos processos de anexação, fusão, ou desmembramento de territórios, pois, de fato, o Constituinte Federal, ao cuidar do plebiscito, requisito legal para esse tipo de pleito, define que a consulta plebiscitária far-se-á, irredutivelmente, às populações interessadas, no plural, a saber: àquela da área a ser incorporada e àquela da área incorporadora, art. 18, § 3º (CASTRO, 2006, p. 43). Porém, uma articulação dessa envergadura entre dois territórios, em que o grau de desequilíbrio de poderes é grande, como foi o caso entre o Arraial de Ipatinga e o distrito de Coronel Fabriciano, faz-se possível questionar os métodos que foram utilizados pelo Senhor Coronel Fabriciano até a conclusão do referido processo de anexação dos dois Distritos.

É possível ainda uma terceira ponderação: que a ausência de uma territorialidade mais ativa frente à antiga sede (o Arraial de Ipatinga pertencia a Antônio Dias até 1948) configurou uma identidade que pode ter sido remodelada no momento da anexação à nova sede, Coronel Fabriciano. O processo pode ter aberto a possibilidade de uma renovação e/ou redimensionamento dos grupos tanto de estabelecidos quanto de *outsiders*. Entretanto, na mentalidade dos vários grupos e, em especial, dos estabelecidos de Coronel Fabriciano, esse redimensionamento pode não ter sido percebido.

A nova sede manteve a mesma postura que fora adotada pela anterior. Além disso, a anexação facilita um domínio absoluto do território que acaba sendo a projeção de um espaço “útil” para a realização de ações que eventualmente pudessem gerar desconforto ou um redimensionamento na nova sede, colocando em risco os “estabelecidos” de Coronel Fabriciano. Por esse ponto de vista, o distrito de Ipatinga era considerado não só “perfeito” para instalação da Usina pelos motivos técnicos (material/natural) já tratados no capítulo 1, mas era também um território que, na perspectiva de Coronel Fabriciano, não dispunha de

territorialidades constituídas capazes de integrar as redes de poderes já estabelecidas, forçando um equilíbrio de forças. Aliás, esse equilíbrio não tarda a ser pretendido pelos grupos no novo cenário que desponta com a possibilidade de instalação da Usiminas. Dessa forma, pessoas como os senhores Raimundo Anício Alves, Jair Gonçalves, Walter de Lima Sales, João Lamego Neto, José Carvalho e José Orozimbo da Silva, considerados cidadãos respeitados, estabelecidos e com suas respectivas representações no contexto social do distrito de Ipatinga, como veremos mais adiante, assumirão o controle do Processo de Emancipação do distrito, por via da AAI.

Em síntese, Ipatinga era o território “perfeito”, tanto na sua dimensão material quanto imaterial, para vivenciar o processo avassalador e transformador da instalação da Usiminas, distante o suficiente para manter seguro o território da sede, que apenas usufruiria dos “bônus” do empreendimento.

Estamos, sem dúvida, diante de um processo avassalador de anexações em sequência que levaram a um redimensionamento das forças políticas e sociais, reordenando o cenário da sociedade localizada na Serra dos Cocais. Assim, a Antônio Dias foram anexados os distritos de Melo Viana (futura Coronel Fabriciano) e Hematita (futura Timóteo) em 1923, quando emancipou-se. Melo Viana passa a chamar-se Coronel Fabriciano em 1938 e 10 anos mais tarde anexa Timóteo na tentativa de desmembrar-se como município, mas não obtém êxito já que não possuía o número de habitantes exigido por lei. Logo em seguida, em 1948, Coronel Fabriciano anexa o Arraial de Ipatinga para completar o número de habitantes necessário e se desmembra de Antônio Dias.

O reordenamento jurídico dos municípios e a cascata de desmembramentos revelam um movimento de mudança nas territorialidades estabelecidas concomitante a um redesenho dos territórios. Todo este processo implica um contexto de incertezas e redefinições. Os grupos da elite já considerados estabelecidos se veem numa situação de *outsiders* ao se submeterem a outros grupos de poder, cujas redes já se encontram empoderadas no e pelo território. No caso de Ipatinga esse cenário ainda apresenta um diferencial significativo: a instalação da Usiminas, como vimos, representa não só um novo ator no cenário mas também uma nova territorialidade que, em função de uma rede de poderes mais ampla, que abrange a política do estado de Minas, conectada aos interesses do governo de JK, lança mão das prerrogativas do discurso do desenvolvimento para chegar como mais um grupo de estabelecidos. Neste sentido, a usina, que logo começaria a produzir aço desde o primeiro momento, acaba produzindo, rapidamente, múltiplos territórios.

3.2.2 A Usiminas: produção de aço e de múltiplos territórios

Em suma, tomando como referência os fatos apontados no capítulo 2 e nos itens anteriores, podemos perceber que independente de uma escala geográfica, tanto a sede quanto a Usiminas apresentaram-se como organizações complexas, e as duas com seus respectivos poderes ostentavam o *status* de estabelecidas, com forte potencial de exercer suas territorialidades, já que teoricamente a territorialidade se dá na capacidade de se impor dinâmicas organizacionais.

Assim, um grupo é visto como estabelecido a partir do conceito de que eles ocupam posições de prestígio e poder, assim como se altopercebem reconhecidos como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, com uma identidade social construída segundo uma combinação singular de tradição, autoridade e influência, fundamentando o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros (ELIAS, 2000, p.7).

Nesse sentido, podemos perceber a capacidade tanto da Usiminas quanto da sede de produzir territorialidades, pois, constituídas das suas respectivas redes de poder, tornam-se estruturas muito fortes face ao território do povoado do distrito de Ipatinga. A Usiminas chega e se instala como uma multinacional sob a chancela do Governo Federal e a sede se lhes impõe sob a outorga conferida pelos Poderes Constitucionais.

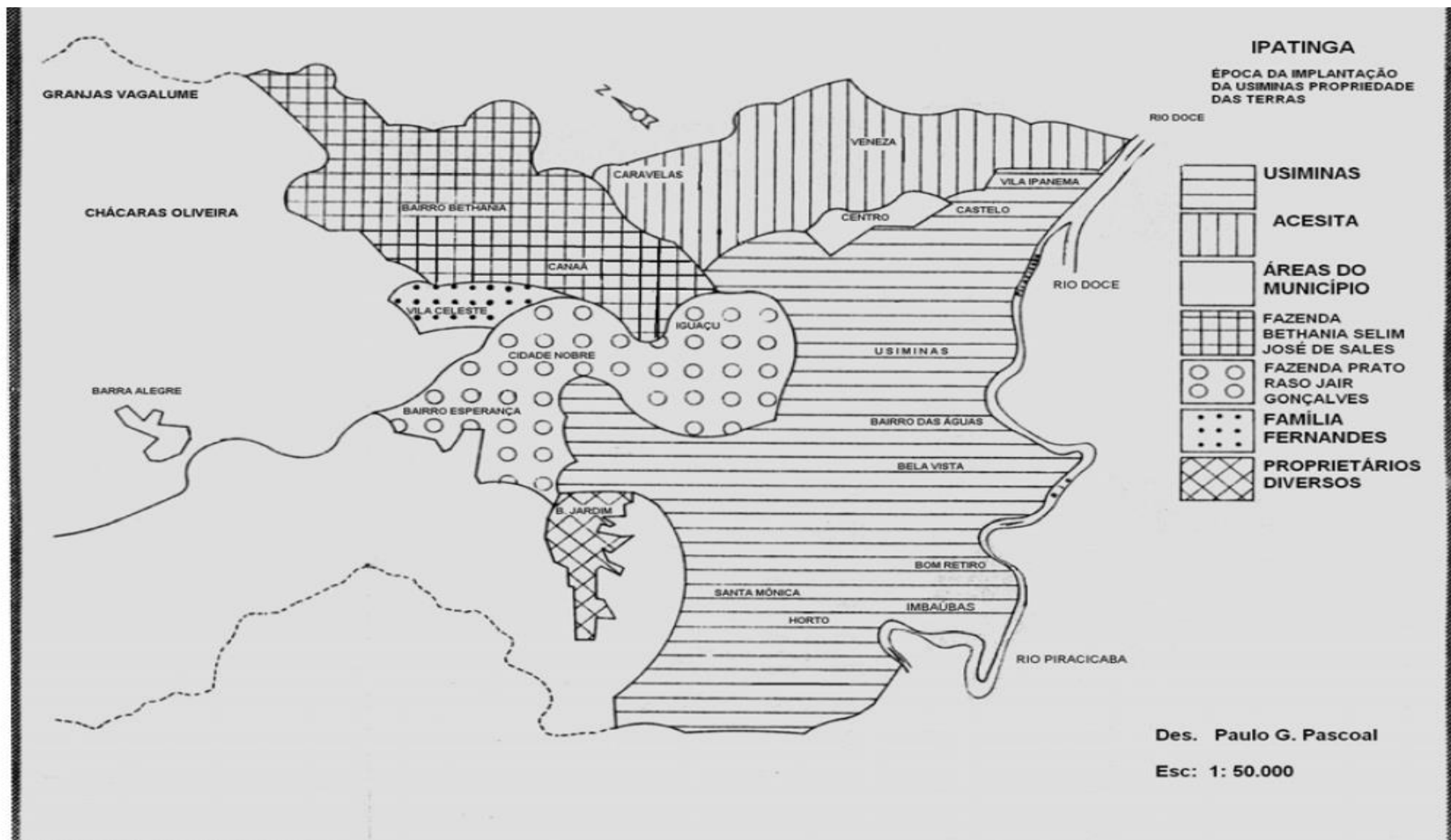
Não nos esqueçamos de que até o ano de 1958 o distrito de Ipatinga era constituído por pouco mais de sessenta casas e trezentas pessoas, como já relatamos anteriormente. Então, com a chegada da Usiminas, já em 1960, o Distrito contabilizava uma população de 9.114 habitantes, permitindo-nos dimensionar que a instalação da Usiminas é o fato determinante tanto para o crescimento do lugar quanto para a transformação do seu espaço urbano (SILVA & CUNHA, s/d, p.04).

Tal fato mostra uma relação direta com a necessidade de fixar mão-de-obra no canteiro de obras da Usina. Subsequentemente, foi necessário estabelecer os núcleos residenciais dotados de toda infra-estrutura urbana, como escolas, clubes e hospitais. A aquisição de grandes áreas para este projeto resultou em expulsão de parte da população rural das cidades, distritos e vilarejos vizinhos que se deslocaram para Ipatinga em busca de emprego.

Nota-se, entretanto, num segundo momento, que a instalação da Usiminas provocou intensos fluxos migratórios de todas as partes de Minas Gerais para a região, expandindo a

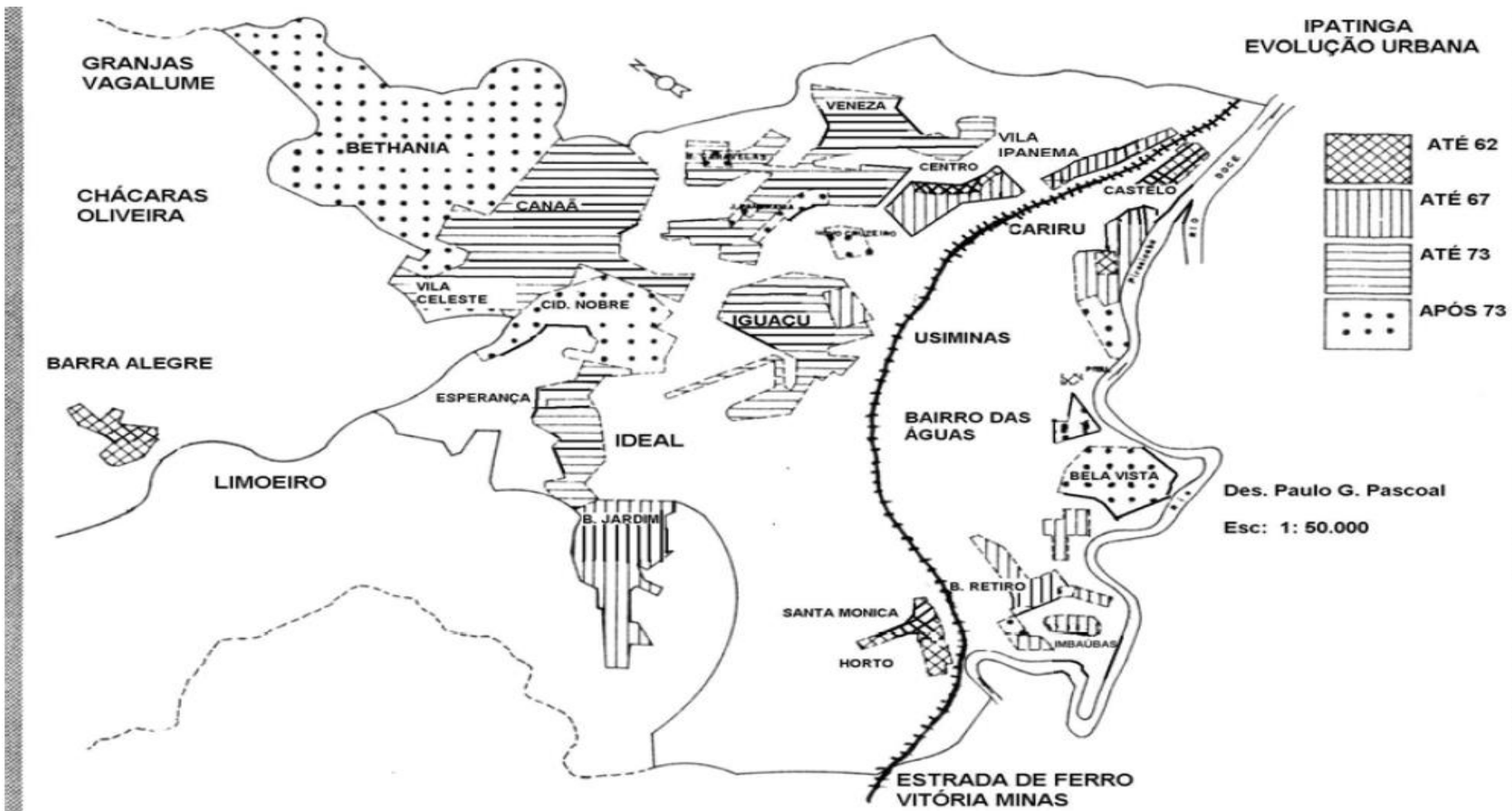
malha urbana e fazendo crescer uma “cidade espontânea” longe dos moldes daquela planejada e em desenvolvimento pela siderúrgica. Nas palavras de Silva e Cunha, essa cidade tinha uma população de renda mais baixa que aqueles moradores dos núcleos residenciais da empresa. “O núcleo central inicial se desenvolve paralelamente com os bairros planejados, com a fixação da população que não trabalhava nem para a usina e nem para as empreiteiras.” (SILVA & CUNHA, s/d, p.04).

Esta é uma realidade que abaixo os mapas 05, e, mais precisamente o 06, nos mostram. Eles fornecem elementos para visualizarmos nitidamente a divisão margeada pelo contorno da linha férrea, onde do lado direito temos os bairros construídos pela Usiminas, e do outro os núcleos espontâneos que se formavam por pessoas que chegavam de vários lugares da região e do país.



MAPA 05 - Extensão territorial, localização e proprietários das fazendas que deram origem à Ipatinga de hoje.

Fonte:(PAULO ROBERTO DE SOUZA, 2007, p.71)



MAPA 06 - A evolução urbana de Ipatinga

Fonte:(PAULO ROBERTO DE SOUZA, 2007, p.74)

Os mapas 05 e 06 nos indicam duas leituras de movimentos de territorialidade no distrito de Ipatinga. O primeiro se dá com a implantação da Usina, pois é a partir deste que se redefinem os espaços. A segunda leitura volta-se para os pontos de ocupação das áreas não pertencentes à empresa, região onde se formam os núcleos residenciais espontâneos.

Nesta redefinição de espaços, assistimos à instalação de uma grande segregação populacional no Distrito de Ipatinga, fixando-se de um lado, pessoas ligadas à Siderúrgica, num território planejado, de propriedade da Usiminas, que chamaremos de Vila Operária, segregando para fora dos seus domínios territoriais todo o fluxo migratório das pessoas atraídas pela possibilidade de emprego, deixando-os ao abandono e descuido do Poder Municipal de Coronel Fabriciano, num espaço referenciado como núcleos residenciais espontâneos.

O núcleo inicial destinado à moradia dos Operários da Usiminas corresponde atualmente aos bairros Castelo, Cariru, Horto, Imbaúbas, onde se instalaram dirigentes, engenheiros, funcionários e técnicos de nível médio. Os bairros construídos pela Usiminas para acolher seus operários foram: a Candangolândia, hoje bairro Amaro Lanari (pertencente ao município de Coronel Fabriciano) e o Bom Retiro, além da Vila Ipanema, que abrigava os funcionários das empreiteiras e que futuramente também foi ocupado pelos operários da Usiminas; o bairro Horto e Santa Mônica abrigavam os técnicos; o Cariru era ocupado pelos engenheiros e o Castelo foi o local escolhido para abrigar os diretores da empresa, onde também foi construído um hotel para abrigar os diretores que vinham de fora da cidade para acompanhar o trabalho de construção da siderúrgica (COSTA, 2007, p.51-60).

Já os núcleos espontâneos se expandiam de forma marginalizada, desordenada, com deficiência no saneamento e ordenação do uso e ocupação do solo. O crescimento desordenado da expansão urbana deu-se em direção oeste da cidade, pois a região leste do território, como já notificado, era de propriedade da Usiminas, que controlava o crescimento desse local. Havia nitidamente a separação entre um espaço privado, a Vila Operária da Usiminas, uma “cidade privada”, onde se instalavam a mão-de-obra empregada na siderúrgica dotada de todos os serviços urbanos, e os núcleos espontâneos que tinham como característica a ausência de serviços urbanos coletivos e onde o restante da população não apresentava nenhum vínculo direto com a empresa (COSTA, 2007, p.51-60).

Na área central da cidade houve a ocupação da margem do ribeirão Ipanema, formando as primeiras favelas da cidade, o que viria a ser um grave problema nos anos seguintes devido às cheias do Ribeirão Ipanema. A ocupação se expandiu e a outra margem

do ribeirão foi ocupada, originando o bairro Veneza. Na direção leste, surgiram as primeiras ruas do bairro Iguçu, que pertencia à fazenda do Senhor Jair Gonçalves, que solicitou a abertura de uma avenida para fazer um loteamento. O bairro Bom Jardim foi constituído a partir da sede de três fazendas, que iniciou com um aglomerado de moradores (COSTA, 2007, p.51-60).

A pressão imobiliária imposta pelo crescimento da cidade impulsionou o crescimento da mancha urbana em direção noroeste (sentido Mesquita), dando origem aos bairros Cidade Nobre, Iguçu, Vila Celeste, Canaã, Bethânia. Os loteamentos cresceram por todos os lados da cidade espontânea, ao sabor dos interesses da iniciativa privada, trazendo consigo as marcas negativas do mau uso do solo, com evidentes prejuízos sobre a qualidade de vida urbana, como a falta de saneamento básico e esgoto sanitário “*in natura*”.

Todo esse movimento nos remete a um intenso processo de territorialização em que múltiplas territorialidades se estabelecem controlando áreas e restringindo acessos, recortando, alterando e redefinindo espaços, resignificando-os como territórios (SACK, 1986, p. 22, 25). Partindo desse pressuposto, temos um território no qual a ordem econômica, no momento da instalação da Usiminas pode ser considerada como uma variável preponderante, mas que não se estabelece isoladamente. Suas formas e efeitos encontram-se inextricavelmente articulados aos contextos materiais e simbólicos presentes nas estruturas e organizações dentro desta sociedade. As estruturas organizacionais e burocráticas aparentemente imunes às mudanças político-econômicas acabam por redefinirem-se nas complexas relações sociais e políticas que se lhes impõem e dão tanto o ritmo quanto o tom do processo de territorialização que abarca a instalação da Usiminas. Neste processo, estabelece-se uma rede de interdependências na qual cada grupo no poder configura sua própria territorialidade.

Na composição desses ritmos e tons, nem todos conseguiam afinar-se ou acompanhá-los. Segundo o Padre Miranda, que chegou a Ipatinga em 1967, onde foi vigário, a cidade em seus primeiros anos era como um aglomerado de pessoas procurando emprego. Segundo ele, “as repúblicas de operários viviam lotadas, a tal ponto de a referência para aluguel ser a cama, não o quarto. Um dormia tantas horas e ia trabalhar, o outro vinha, dormia na cama e pagava por ela. No começo isso era normal” (FREITAS, 2008, p. 179, grifo nosso).

Porém, situações como essa faziam com que, na região, fosse elevado o número de pessoas internadas por problemas mentais, como revela Marcos Noronha, que também foi padre em Ipatinga.

Naquele tempo, registrava-se em Ipatinga e João Monlevade um louco por semana. Dados impressionantes de migração do mundo rural para o mundo do trabalho. Depois, isso foi aumentando e a estatística me assustava por causa da diferença da zona rural pra o mundo operário. No mundo operário, dava um louco por semana. No mundo rural, um louco por mês, além de problemas mentais, eram comuns o alcoolismo e a prostituição (FREITAS, 2008, P.179).

Ora, ao tomarmos o corpo conceitual que veio nos sustentando até aqui, podemos afirmar que toda organização possui um elemento comum, ou seja, o processo de territorialização. Também é possível dizer que nem sempre é possível prever todos os reflexos positivos ou negativos que os tons e ritmos ditos acima provocam nas estruturas das redes que sustentam tais territorialidades, já que há na sua essência um potencial de complexidade que normalmente pode afetar de alguma maneira as concepções de tempo e de espaço.

Juntando-se a essa imprevisibilidade a complexidade das redes, vemos eclodir essas reações adversas contadas pelos padres Miranda e Noronha, pois assim aconteceu com um grande número de pessoas que vieram para o Distrito de Ipatinga em busca da oportunidade de fazer-se empregado diretamente ou não da Usiminas. Estes, ao saírem do seu habitat natural, quase todos da zona rural, onde a noção social de tempo, espaço e propriedade eram tomados por princípios e valores que lhes permitiam identificar-se, e, ao chegarem incluídos ou não nos canteiros de obra, deparavam-se com uma realidade completamente adversa e desconhecida.

Tanto no depoimento do Padre Miranda quanto no de Marcos Noronha, verifica-se uma dura realidade implantada sem qualquer cuidado, apoio social, psicológico ou sequer um plano urbanístico que deveriam ter sido providenciados paralelamente às transformações e necessidades impostas pela Usiminas. Vários desses cidadãos não suportaram, já que foram intensas as pressões causadas por um redimensionamento brutal nas duas variáveis antropológicas que os norteavam: o tempo e espaço. Consequentemente justifica-se o grande surto de loucura relatado, pois naquele contexto a variável em questão era o poder econômico, e não preocupações com o social, o cultural e muito menos com as questões de salubridade.

Evidentemente que esse contexto acabou gerando movimentos diversos que buscavam amenizar os efeitos de um crescimento abrupto. Sem nenhuma resposta de apoio da Sede, o

senhor Anatólio Barbosa e sua esposa Maria Weber de Oliveira, “a popular Dona Bizuca”, dão início aos primeiros movimentos de criação da Associação de Amigos de Ipatinga (AAI). Segundo eles a primeira reunião pró-emancipação aconteceu em 1960, reunindo José Drumond Horta, José Anatólio Barbosa e João Cláudio Teixeira, funcionário da Usiminas. O senhor Anatólio e dona Bizuca eram donos de uma das maiores extensões de terra da cidade, onde hoje encontram-se os bairros Bethânia, Canaã, Vila Militar, Canaãzinho e Vagalume. Essas terras foram vendidas para o senhor Selim de Sales, imigrante libanês que aqui residia, cujo filho se tornou o primeiro Prefeito eleito de Ipatinga, pela UDN.

Paralelo a esse movimento avassalador e por vezes desordenado (com um aumento demográfico acelerado), ocorre um outro movimento, o da Usiminas, preocupada em planejar partes da cidade, sem o suporte do Poder Público de Coronel Fabriciano. Em meio ao caos, estabelece-se um “cosmos artificial” com uma rígida hierarquia que almejava determinar o lugar de cada indivíduo, realidade que pode ser assim descrita:

Uma gama de relações humanas foram se estabelecendo em um compasso de tempo bem diferente do ritmo que seria introduzido pela construção da Usiminas. À época que se criou a ideia de cidade não se vivia numa cidade e depois de vinte anos de emancipação a palavra “cidade” consegue reverter a ordem das relações.

Estava ocorrendo uma desproporcionalidade de interesses, a sede Coronel Fabriciano queria os lucros gerados pelas futuras arrecadações da usina, mas não tinha como fornecer melhorias a realidade que estabelecia no ambiente Usiminas – Vila de Ipatinga já que permanecia como um lugar onde se vive de carvão, pequeno comércio ou acolher quem não conseguiu se estabelecer mais próximo da usina.

Da parte dos interesses da Usina ela queria somente seus bairros operários construídos distantes dos barracos da vila, exatamente do outro lado da linha do trem. Os interesses dos dois setores se esbarraram na lógica que entre a primeira estaçãozinha de trem no Horto de Nossa Senhora e a última no local da antiga Vila existia um terço ou quase a metade da população total do município, esta parte tinha uma medida que não parava de crescer uma necessidade maior e maior interesse na emancipação, formou uma associação para defender esse projeto. Mas tinha dois interesses opostos em relação tripla, o projeto de hierarquização da Usina não queria o que existia no centro, mas lógica geográfica conduziria ao encontro dessas duas cidades mesmo que seja com a cerca e trilho da ferrovia dividindo ao meio. (RIBEIRO FREITAS, 2011, p.105).

A divisão hierárquica dos bairros de Ipatinga atesta mais uma tipologia de caráter separatista no qual a empresa isolou os trabalhadores de menor remuneração. Essa hierarquia pode ser presenciada até hoje nas festas sociais ou carnavalescas, ocasiões nas quais se distingue com clareza o engenheiro do operário, o médico do técnico e assim por diante (PEREIRA, 1984, p. 45).

Separados, no lado da cidade espontânea, nas palavras de Pereira (1984), os retirantes do campo, segregados pelo poder territorializador da Usina e pela pouca atenção da sede, dão uma outra forma visual e social à periferia da cidade contrastando favelas com as belas mansões dos chefes, a pobreza com a riqueza produzida pela Usiminas. Como comentam alguns operários, Ipatinga teria sido dividida pela circunstância social em duas partes: Ipatinga-Ipatinga e Ipatinga-Usiminas.

A foto 01, a seguir, é a verdadeira ilustração do caos urbano, de um ambiente inóspito e altamente insalubre. Porém, era a realidade reservada aos migrantes que chegavam a Ipatinga, e a maioria desses migrantes eram oriundos de zonas rurais, característica que se traduzia em mais uma expressiva dificuldade de adaptação e sobrevivência naquele território que marcou a história local com um alto surto de loucura.

Não obstante, como relatamos acima, na área central do Distrito houve a formação das primeiras favelas margeando o ribeirão Ipanema, e como se não bastasse tudo isso, havia o terror que ciclicamente se fazia presente com a proximidade do tempo de chuva, pois suas cheias chegavam ceifando vidas, revelando a ausência dos representantes públicos diante de uma das mais horríveis aglomerações de pessoas, que buscavam sem nenhuma perspectiva de sucesso um lugar para trabalhar, no que podemos chamar de “oásis do outro lado da linha”.

A matéria abaixo representa bem o que falamos:

Todo ano, durante as chuvas, as águas aumentam consideravelmente, ceifando vidas, principalmente de inocentes, e não é preciso “Tromba d’água”.

É criminoso a omissão das autoridades, permitindo aquelas construções que dia-a-dia cresce em Ipatinga, às margens e até dentro do ribeirão, ocupando toda a extensão onde se encontram amontoados milhares de barracos, feitos de tábuas e até de sacos vazios de cimento, um verdadeiro labirinto.

Quem visitar aquele próspero distrito verá a mais horrível das favelas, onde a promiscuidade e a falta de higiene predominam, sem limite (Jornal “CANAA”, ano 4, 26 ago. 1962, n. 91, p.1).

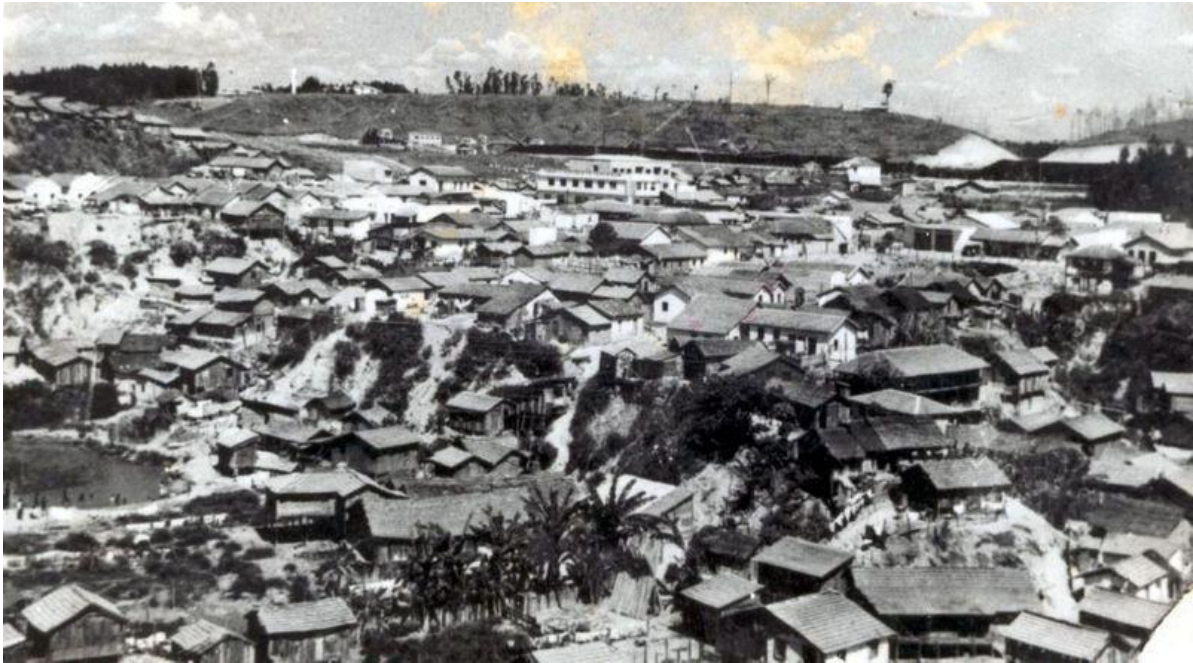


Foto01 -centro de Ipatinga – década de 60-70

Fonte: (SILVA & CUNHA, p.04)

A foto 07 é uma representação da seguinte versão que se segue, pois a empresa construiu nove bairros, inicialmente concluídos até meados da década de 60, e com áreas de extensão urbana entre eles; três deles seriam para funcionários especializados, os outros para operários não especializados e seis tipos de residências. Assim os bairros obedeceriam a uma hierarquia de funções profissionais.

Na mais alta escala, o bairro Castelo (em cima de um morro) teria residências para chefes (com área de 185m², 2 varandas, abrigo, sala de estar, sala de refeição, escritório, cozinha, serviço, quarto de empregada, 3 quartos e 2 banheiros) e engenheiros (área de 201,90 m², mesmo equipamentos com disposição diferente). Casa para técnicos e operários nos bairros Cariru (foto 02) e Horto, e mais 3 tipos de casas para “empregados não especializados” nos outros bairros (área de 84,2 m², sala, 3 quartos, banheiros, cozinha, coberta) (PEREIRA, 1984, p. 45).

Assim, o plano do Distrito, elaborado pelo arquiteto Rafael Hardy Filho, aprovado em junho de 1958 (apreciado e aprovado sem restrições pelo arquiteto Lúcio Costa), na verdade é um projeto “funcional” e “hierárquico” e adaptado às exigências da fábrica (PEREIRA, 1984, p. 46). Para tanto, a usina se estenderia num plano de 7 km² e, em volta dela, entre os morros, e, bem afastados um do outro, se localizariam os bairros da outra cidade, como bem expressa o já mencionado mapa 06. Os habitantes destes bairros seriam empregados da usina, que

construiriam também o “suporte operacional da cidade”: comércio, administração, serviços públicos, segurança, diversão, etc.

Cada um desses bairros foi tratado como uma “unidade de vizinhança autônoma”, equipados com educação, saúde, comércio, esporte e diversões. Em dois bairros, Horto e Cariru, em posição diametralmente oposta em relação à usina, as atividades comunitárias de maior porte (*shopping-center*, atividades terciárias em geral) foram centralizados para evitar o excessivo aglomeramento que fatalmente se daria num único “centro de atração”.

Cabe-nos destacar que, segundo o Dr. Gil Guatimosim, além do arquiteto Rafael Hardy Filho, um dos engenheiros que trabalhou na construção de Brasília e foi convidado para trabalhar na construção do Distrito de Ipatinga, com especial participação, foi o senhor Moacir Lott. Esta informação nos permite entender a organização e dispersão social empregada na cidade, construída sob o domínio do poder do Estado, ou seja, ruas largas, poucas esquinas, poucos pontos de aglomerações de trabalhadores, locais vigiados, pessoas separadas (FJP, Depoimento de Gil Guatimosim Júnior, 1987, p.5).

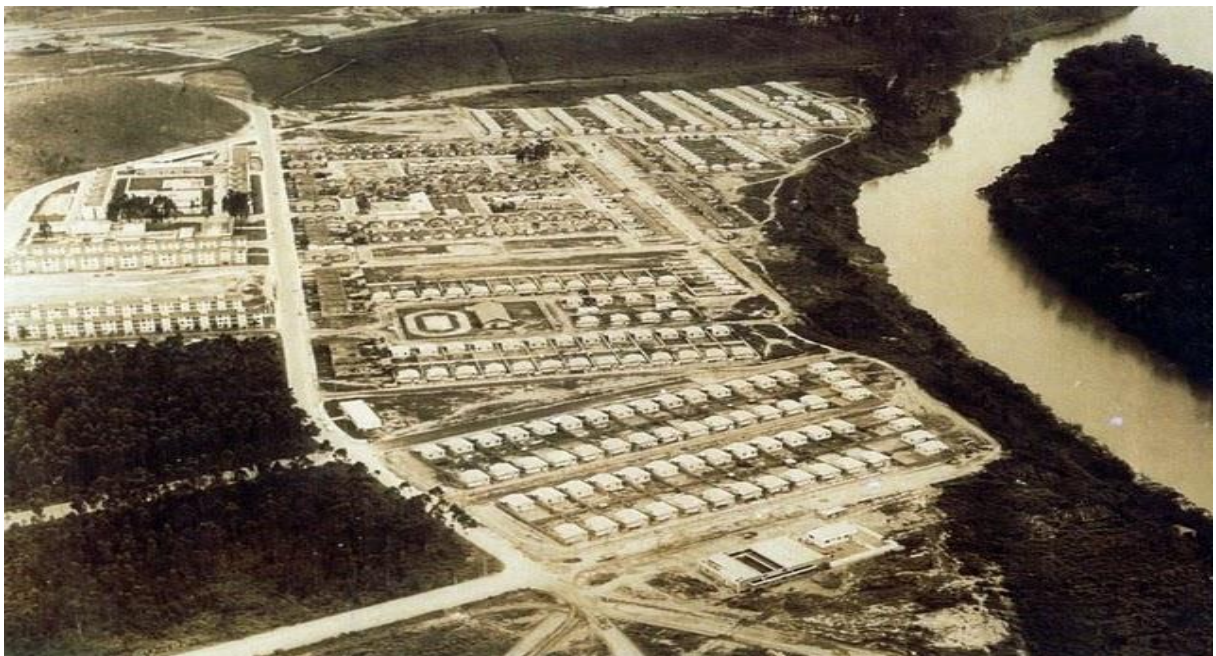


Foto02- Bairro Cariru – década de 60/70

Fonte: (SILVA & CUNHA, p.04)

Ao que nos parece, havia uma preocupação, por parte da Usiminas, de numa escala urbana dar certa autonomia aos bairros por ela construídos, separando-os entre si, induzindo

artificialmente o estabelecimento de relações entre um grupo de pessoas por ela formado, com estreitos limites entre o chão de fábrica e seus domicílios, quase que numa perfeita mesclagem dos ambientes. Pois existe uma ordem natural das pessoas que é a de estabelecer relações tão logo são ligadas umas às outras pelos fios invisíveis da vizinhança, passando a se ver e serem vistas numa profusão de associações pessoais entre os indivíduos implicados e as tensões inerentes a essas distinções. (ELIAS, 2000, p.166).

Essa era uma demanda estreitamente próxima do seu processo de territorialização, pois qualquer manifestação de alguma insatisfação fora do chão-de-fábrica, por princípio já exigiria um grande esforço logístico se houvesse a intenção da participação de um número maior de pessoas, já que na base de formação dos habitantes de cada bairro havia o fato de que sempre perto de você, como vizinho, teria alguém cujo posto na empresa seria hierarquicamente superior ao seu (RUEDA & NAHAS JUNIOR 1991; Jornal CANAÃ; Jornal Verdade Imprensa; BENEDITO JR, 1999).

Outro grande poder de segregação a ser considerado foi a estrutura de autonomia criada em cada bairro desde o primeiro momento de sua ocupação, havia uma certa distância de isolamento entre eles. Isolada, a rede de relações de cada grupo de habitantes se tornaria muito forte, originando muitos laços entre famílias. De fato, ainda hoje em Ipatinga, em quase todas as famílias encontramos alguém que trabalha diretamente ou não para a Usiminas, e esta situação pode ser considerada como um dos fios invisíveis do poder territorializador da Usiminas.

Entretanto, paralelo ao esforço de urbanização, a Usiminas não se limitou à segregação dos seus bairros como descrito acima. De acordo com depoimentos, a Usina promoveu invasões e anexações de terras alheias às suas propriedades. Segundo o depoimento de dona Bizuca, essa atitude da empresa gerou a necessidade de uma reunião pois, “(...) a cerca que a Usiminas estendeu bem no meio da cidade invadiu o quintal de muitas casas que já existiam no antigo Arraial há muitos anos. Dessa forma, até a própria casa do senhor Anatólio foi invadida, por ordem do Sargento Saturnino” (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.39-43).

Esta invasão provocou grande revolta entre os moradores e alguns deles foram a Coronel Fabriciano pedir providências do então Prefeito Raimundo Alves, eleito pelo PTN. Nessa situação, o prefeito, como os anteriores, não deu nenhum apoio. Assim, um grupo de pessoas, constituído quase que exclusivamente por partidários ligados à UDN, procurou João Cláudio Teixeira para discutir sobre o descontentamento provocado pela atitude da Usiminas,

foi então que ele lhes recomendou: “Vocês são totalmente independentes agora com a Usiminas, porque vocês não emancipam ‘esse troço?’” (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p.08).

João Cláudio Teixeira, além de fazer parte dessas reuniões pró-emancipação, pertencia ao alto escalão de funcionários da Usiminas. Por conseguinte, face aos referenciais articulados até o momento, podemos, a seguir, nos aproximar de forma especial do processo que culminou com a emancipação do distrito de Ipatinga.

4 A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE IPATINGA – AAI E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

A partir das fontes e dados levantados até o momento, pudemos reconstituir parte da história de um arraial que, num curtíssimo espaço de tempo, passou de um pequeno povoado a distrito, e deste a uma cidade detentora do maior complexo siderúrgico da América Latina. Porém, este recurso de reconstituição da história daquele pequeno arraial nos leva a um intenso processo de transformação social. É neste contexto que buscaremos compreender o surgimento da AAI e sua participação no movimento emancipacionista de Ipatinga.

Assim, desde a construção de alguns bairros pela Usiminas, entre um pleito e outro, encontramos o distrito de Ipatinga numa clara divisão aos olhos dos seus moradores, ou seja, a “cidade” à esquerda da linha férrea e a “cidade” à direita da mesma ferrovia, como bem representa o mapa 06 e as fotos 01 e 02; de um lado os bairros construídos pela Usiminas, e, do outro, um aglomerado construído por uma massa de pessoas que chegavam a todo momento das mais diversas regiões.

Para termos uma ideia, a população de Ipatinga, em regra estava sendo formada por uma migração permanente dos habitantes circundantes. Esse fluxo intensificou-se em 1956. O distrito de Ipatinga inicia uma fase de desenvolvimento com a marca industrial e requer pessoal qualificado para suas tarefas específicas. O distrito não fugiu à regra geral. Assim, apresentamos abaixo os seguintes dados percentuais, fruto de um censo local, mostrando que a grande maioria dos imigrantes que aqui se estabeleciam portava alguma experiência profissional.

Segundo os dados, essa qualificação profissional estava assim distribuída: na área industrial, 34%; comercial, 21%, outros serviços 19%, totalizando 74%. Este censo mostrou que só 26% dos imigrantes provêm diretamente da zona rural. Os 74% restantes traziam para a cidade alguma habilidade e prática das atividades dos setores secundários e terciários (Memorial da Câmara de Ipatinga, 1986).

Os profissionais que afluíram para Ipatinga foram trazidos pelas empreiteiras. Vinham, principalmente, de Governador Valadares, Caratinga e Belo Horizonte. Aqueles que chegavam sem empregos eram, em sua maioria, da Bahia e Recife, mas havia imigrantes de todo o nordeste. Outros vinham com a família, a princípio aceitos pelas empreiteiras, mas chegou-se a um certo ponto em que não havia onde colocar mais pessoas, gerando assim um

grande problema social, já que a região não estava preparada para receber e acomodar tamanho aumento populacional (FJP, Depoimento de Raimundo Anício Alves, 1987, p.9).

Como já foi dito anteriormente, em 1963 ainda não havia luz elétrica para os moradores do distrito. A partir dessa data a Usiminas, que possuía seu próprio sistema de energia, passou a abastecer não só suas necessidades internas, mas a servir aos diversos bairros que ela mesma construiu para abrigar seus milhares de funcionários, deixando à revelia os outros bairros do distrito, evidenciando mais ainda o descrédito que lhes era dirigido por parte da empresa e do Poder Público Municipal (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 05).

O prefeito de Coronel Fabriciano, Raimundo Alves de Carvalho, continuava negando qualquer atenção ao distrito, dizendo aos ipatinguenses que eles eram “feudos” (sic) da Usiminas e a ela deveriam recorrer. Pode-se deduzir que diante de uma realidade como esta aumentavam as demandas sociais por infraestrutura e, ao que parece, a intenção separatista dos moradores do distrito. “O movimento emancipacionista já estava formado, a insatisfação era geral, e crescia a consciência de que as divisas geradas pela Usiminas deveriam se voltar para a manutenção do novo município” (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 05).

O surgimento de um grupo capaz de aglutinar as demandas sociais e de infraestrutura inaugura uma nova territorialidade, demarcada sob a denominação de Associação dos Amigos de Ipatinga, recortando, a partir de um território funcional e simbólico, seu próprio território. A dinâmica do processo foi dada pela polifonia de grupos e de pessoas com variadas representações e poderes, que se agruparam para fazer acontecer a emancipação do distrito de Ipatinga. Não nos será possível cruzar os dados de todos os que passaram por esta Associação; porém, entre os emancipacionistas, faremos destaques por suas atividades de comando e importância para a formação dessa nova rede cujo propósito territorializador era a emancipação.

Destacamos, pela representatividade social e o poder que assumiram na AAI, os senhores Raimundo Anício Alves, Jair Gonçalves, Walter de Lima Salles, João Lamego Neto, José Carvalho e José Orozimbo da Silva. Começamos, portanto, por uma visão de conjunto, levantando as atividades em comum. Não há registros nas fontes pesquisadas se José Orozimbo da Silva, Jair Gonçalves e Walter de Lima Salles tiveram participação direta na fundação de algum partido em Ipatinga. Num breve esforço biográfico podemos apontar: Raimundo Anício Alves e José Orozimbo da Silva foram Juizes de Paz, e, tirando o nome de José Orozimbo, todos os outros citados eram ou tornaram-se empresários de sucesso, assim

como traziam experiência política, pois foram ou tornaram-se vereadores, com exceção de Walter Salles.

Raimundo Anício, natural da cidade de Ferros – MG, estabeleceu-se no Arraial de Ipatinga em 1953, época em que já estava envolvido com a política e trabalhava para Magalhães Pinto eleger-se deputado. É o fundador da UDN em Ipatinga (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 05). José Carvalho se estabelece no Arraial de Ipatinga em 1959, oriundo de Braúnas, teve sua mudança por causa de desentendimento político, tornando-se, no Distrito de Ipatinga, o fundador do PSD local. Nesse período ele já desfrutava de influência política com Israel Pinheiro, que em 1965 era o governador de Minas Gerais. Com o golpe de 1964, acabaram-se os partidos, e tão logo Castelo Branco assumiu, nomeou comissões provisórias em todo o país para organizar a ARENA. Então, Raimundo Anício, presidente da UDN, José Anatólio, presidente da UDN no Distrito de Barra Alegre e José Carvalho, presidente do PSD, são nomeados para organizar a comissão na região (MORAES, 2006, p. 257).

João Lamego Neto, nascido em Faria Lemos, MG, que veio para Ipatinga em 1949, foi fundador e presidente do PTB local. Com o golpe de 1964, João Lamego, por influência do Senador Camilo Nogueira da Gama, passa a filiado do MDB, fundando 49 diretórios nas regiões vizinhas. João Lamego sempre se considerou um homem de esquerda, e assim, dentro da política municipal onde o jogo de interesses era maior, ele sempre dava apoio (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.53).

Raimundo Anício Alves foi empreiteiro da Belgo Mineira fazendo carvão, e ao abandonar a carvoaria tornou-se proprietário do único bar da região, um tipo de venda de secos e molhados, uma espécie de armazém. Proprietário de uma fábrica de geradores de energia elétrica, ele comprou a concessão do fornecimento de energia elétrica da Prefeitura de Coronel Fabriciano, e foi o único fornecedor de eletricidade para os moradores do Distrito durante 12 anos, até a chegada da Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG). Com a chegada das empreiteiras para atender à Usiminas, por ser proprietário do armazém de maior porte, tornou-se fornecedor de alimentos para dez dessas empreiteiras, além de dar créditos para que esses operários comprassem no seu armazém (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 05).

José Carvalho era comerciante no ramo de mercearia e fornecia suprimentos para as empreiteiras recém-chegadas para atenderem à Usiminas (MORAES, 2006, p. 257). João Lamego Neto, em 1949, logo que chegou, reconheceu nos carvoeiros um potencial de

consumo e abriu a primeira farmácia da região, e, como comerciante, mais adiante participou do surto de progresso comercial trazido pela Usiminas (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.53).

Walter de Lima Salles, mineiro de Tarumirim, vem para o Arraial de Ipatinga em 1959. Ele conta que “Ipatinga era um formigueiro humano, muita gente, carroças e uma poeira terrível” (MORAES, 2006, p. 327). Ao ver tanta gente, ele alugou um ponto comercial intitulado-o “Casa das Máquinas – a Pioneira”. No ano seguinte ele participou de uma concorrência para instalação de um terminal rodoviário. Quem ganhasse a concorrência teria que se responsabilizar pela aquisição do terreno e toda a estrutura, exigindo grande investimento. Por essa razão quase ninguém se interessou e ele foi o vencedor. Assim, comerciante de sucesso amplia sua base de relacionamento social nas várias camadas dos habitantes do local (MORAES, 2006, p. 327).

Jair Gonçalves, residente no Arraial de Ipatinga desde 1934, figura como um dos mais respeitados empresários da região. Ele foi o primeiro em Ipatinga a prestar serviço para a Companhia Belgo Mineira, na função de administrador dos operários que aqui atuavam produzindo carvão vegetal para os seus altos-fornos. Proprietário de uma fazenda onde hoje se localiza o bairro Cidade Nobre, teve seus terrenos loteados e valorizados (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p.3).

Contudo, se no âmbito político e empresarial estes cidadãos eram expoentes de destaque, eram também notórias a sua representatividade social em Ipatinga, como é o caso de Raimundo Anício, Jair Gonçalves e José Orozimbo. Raimundo Anício foi Sócio-fundador do Lions Clube Coronel Fabriciano, fundando em 1963, do Lions Clube de Acesita, e em 1965 do Lions Clube de Ipatinga. Tendo uma sólida rede de relacionamento com as pessoas que formavam a direção da Usiminas, ele nunca teve problemas com a usina e sempre teve seus pedidos atendidos pela empresa. Em 1953, ele foi convidado por Raimundo Nonato Vieira, Jair Gonçalves e José Anatólio Barbosa para fazer parte da comissão para a criação do distrito de Ipatinga, convite feito por causa da relação que ele tinha com a política e com Magalhães Pinto. Nos anos 1950 e 1960, um dos graves problemas sociais era a falta de escolas. A primeira a funcionar no distrito estava sediada numa casa da Belgo Mineira. Foi no governo de Magalhães Pinto que a comissão de Raimundo Anício conseguiu a construção de uma escola, visto que a Usiminas já cuidava de estruturar escolas nos bairros por ela construídos (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 05).

Jair Gonçalves foi o responsável pela organização da comissão cujo propósito era o de

transformar Ipatinga em distrito, convidando os Senhores Manoel Valadares, Manuel Ribeiro Drumond e Sebastião Barbosa. Foi ele também que encabeçou a segunda comissão pró-emancipação de Ipatinga, passando a liderança dessa comissão para o Deputado Estadual Geraldo Quintão. Em 1950, usando da prerrogativa de vereador em Coronel Fabriciano retirou o caráter de particular da única escola construída pela Companhia Belgo Mineira, que atendia às crianças pobres de Ipatinga, passando-a à categoria de municipal, por decisão do então prefeito Rubem Siqueira Maia (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p.3). A comunidade de Ipatinga lhe tributa respeito e admiração por sua postura filantrópica, pois ele encabeçou todas as listas beneficentes, doando terrenos para construção de obras sociais. Em 1942 ele integrou a comissão que trabalhou no processo de criação do distrito de Ipatinga (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p.3).

José Orozimbo teve participação ativa no processo de criação do distrito de Ipatinga, tornando-se vereador. Ele é ainda hoje muito lembrado na cidade, pois teve participação ativa nos principais eventos políticos e sociais que envolveram interesses da comunidade (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p.4).

Ao apresentarmos essa interpolação de nomes e dados biográficos, objetivamos entender a solidez dos nós que sustentaram as redes de poderes que constituíram a territorialidade exercida pela AAI frente ao processo de emancipação de Ipatinga. Pela composição dos entrecruzamentos dos dados, podemos perceber que a AAI se constituíram de uma vivência concomitante de representações de territórios e de territorialidades, e que para atingir a emancipação, no âmbito da política e de sua representação social, passa a influenciar na mobilidade dos fluxos e, conseqüentemente, das conexões, pois na sede a densidade já estabelecida do Poder Político fechava qualquer possibilidade de aproximação, negociação e representatividade dos interesses do distrito de Ipatinga, onde a situação não era diferente, já que o Poder apresentava uma face econômica significativa, por detrás do imenso parque industrial que se edificava alheio às carências da população.

Entretanto, muito embora o poder econômico fosse o motor que instigava o crescimento populacional e urbano um tanto quanto desordenado, ao mesmo tempo ele não se mostrava suficiente para angariar a atenção devida ao distrito. Era necessária a junção de vários poderes socialmente representados pelas pessoas que geriam as organizações formadoras do distrito de Ipatinga. Juntas, essas pessoas trazem consigo seus territórios, redes e nós, com todo o potencial de mobilização que lhes é inerente, o que nos permite dizer que as multiterritorialidades exercidas pela AAI passa então, gradativamente, de um território ou de

controle de áreas para um território-rede, ou de controle de redes, onde o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2007, p.28).

Quanto à representação do Poder Político agregado pela AAI, veremos que ela foi acolhida por partidários dos principais partidos do cenário nacional, tais como o PSD, PTB e UDN, com destaque para as respectivas proximidades dos emancipacionistas como no caso do senhor Raimundo Anício com o senhor Magalhães Pinto, e de José Carvalho com Israel Pinheiro. Resumindo, os líderes emancipacionistas eram pessoas de destaque social, político, comercial e principalmente de bom relacionamento com a Usiminas. Não encontramos registros de que a Usiminas fizesse parte da comissão, mas quando a comissão necessitava usar os seus meios de comunicação para contatar seus representantes em Belo Horizonte era prontamente atendida pela Empresa, que nunca lhes negou nenhum apoio. Restava ao grupo, portanto, estabelecer-se formalmente no poder político instituído na sede.

4.1 O PLEITO MUNICIPAL DE 1962: A AAI E O ACESSO À POLÍTICA

Até aqui, o acesso às fontes nos apresentou um distrito à procura de organização e equilíbrio social, reclamados desde sua anexação à cidade de Coronel Fabriciano, e intensificados principalmente pela instalação da Usiminas.

O distrito de Ipatinga, com os parcos proventos sócio-políticos e culturais recebidos da sede, se encontrava, portanto, por uma decisão dos entes federativos de instância superiores, como o destinatário de um gigantesco empreendimento siderúrgico em fase de instalação. Era de se esperar que do meio desse turbilhão, se desenvolvesse a necessidade imanente dos grupos de fabricar novos territórios, e um novo vir a ser, por vias de novas redes, ligando-se nos novos itinerários e mobilidades desse novo lugar que nascia, como mostramos nos entrelaçamentos das representações que em prol de um mesmo objetivo se territorializaram na AAI (BONNEMAISON, 2002, p. 83-132).

Por isso, a partir dos estudos territoriais, trabalhando com os conceitos e autores escolhidos, propomos uma imagem da estruturação e articulação de um novo território-rede que surge sob a denominação de AAI, via partidos e organizações políticas.

Para ajudar na compreensão dessa nova realidade que se instituiu no distrito e fazer as devidas correlações com o processo de emancipação, utilizamos as entrevistas editadas nos seguintes acervos: revistas *Homens em Série*, material estruturado a pedido da Prefeitura Municipal de Ipatinga, na gestão do Partido dos Trabalhadores, na década de 1990; Fundação João Pinheiro: Projeto Usiminas 25 anos, material encomendado pela Usiminas na década de 1980, e; *IPATINGA – ano 20*, material encomendado pela Prefeitura na década de 1980, na gestão de Jamil Selim de Sales, político de direita, e a *Revista Vale do Aço 2000: um século de história*. Esse processo de compreensão teve como eixo de sustentação as publicações dos jornais “O Canaã” e a “Verdade Impressa”, cujos registros e fatos datam do mesmo período do nosso recorte temporal.

Ao fazermos uso das entrevistas contidas nos fascículos do Projeto Usiminas 25 anos, consideramos que este material fora produzido pela Fundação João Pinheiro e editado a pedido da Usiminas. Os entrevistados são os primeiros dirigentes da empresa, ou pessoas estritamente selecionadas por ela; portanto, é a história do ponto de vista da Siderúrgica. São discursos de especialistas, e, em especial, de pessoas formadas numa mesma escola, a Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, cuja visão dos fatos demonstra uma racionalidade linear, de poder, e de pessoas pertencentes ao alto escalão industrial, social e político no cenário nacional, porém, altamente capacitados frente aos propósitos que os fizeram inseridos na história de Ipatinga, e, por conseguinte na construção da fábrica de aço instalada no distrito. Eles falam do contexto a partir de uma perspectiva diferenciada. Nela, o distrito é dado a conhecer por relatórios, plantas topográficas, planos urbanos, censos analisados e avaliados a partir de um gabinete (SCOTT, 1998).

Os volumes 01 e 02 da *Revista Homens em Série*, organizados pela historiadora Lenira Rueda, também foi uma importante fonte utilizada e, assim como a *Série Usiminas 25 anos*, este material foi produzido a partir de uma encomenda da Prefeitura Municipal de Ipatinga, no ano de 1992. Verifica-se uma certa similaridade com o material produzido pela Fundação João Pinheiro, pois ele também se presta a contar parte da mesma história. Porém, os personagens estão longe do perfil descrito acima. São cidadãos comuns, alguns da elite também, o que nos permite perceber uma intenção subliminar de contraposição à história contada pela Usiminas. A contratação desse serviço foi feita durante a gestão do prefeito Chico Ferramenta, ex-funcionário da Usiminas, líder sindical demitido da empresa em 1985.

Embora não seja o ponto central da nossa análise, não podemos deixar de considerar uma disputa pela “verdadeira memória” e a escrita da história de Ipatinga.

Outro discurso sobre a história de Ipatinga foi a produção da Revista Ipatinga ano 20. Esta foi editada em 1984, com o propósito de marcar o 20º ano de emancipação de Ipatinga, a pedido do Prefeito Jamil Selim de Sales, cujo pai era o Senhor Salim José de Sales, já mencionado no capítulo 01, como um dos primeiros a desbravar esse território, tornando-se um dos grandes proprietários de terras. Neste caso a revista traz a história segundo as concepções de uma empresa que possui a quase totalidade do monopólio do jornalismo impresso das três cidades: Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo. Essa mesma empresa produz, também, em caráter particular, a Revista Vale do Aço 2000: um século de história, definindo no seu editorial que o objetivo foi o de reunir os fatos e informações mais importantes da história regional no decorrer do século XX, num momento especialmente marcante que foi a virada da década, do século e o limiar de um milênio.

Porém, considerado que entre os vários discursos que citamos acima o mais próximo do nosso recorte temporal foi editado 20 anos depois, fizemos um esforço de aproximação da realidade local por via das matérias editadas nos jornais CANAÃ e A VERDADE IMPRESSA. Ao que tudo indica, não havia jornal circulando na região nos idos de 1959, e o principal jornal passa a ser o Canaã, fundado por dois rotarianos sob os auspícios de outros sócios do Rotary Club. Esse jornal começou a circular vinte e oito dias após o Rotary Club de Coronel Fabriciano-Acesita festejar o recebimento da Carta Constitutiva do Rotary Internacional, em 04 de julho de 1959 (LACERDA, 2007, p. 132-4).

O Jornal Canaã teve cento e quatro edições e o centésimo quinto começou a ser preparado, mas não foi concluído. Os jornais de um a quarenta foram quinzenais, somente a partir de 14 de maio de 1961 que passou à publicação semanal, extinguindo-se em junho de 1963. No seu primeiro número há a explicação sobre o título “Canaã”. Segundo a Bíblia, a “Terra Prometida” de que os Israelitas se tinham apossado sob o comando de Josué. Canaã era uma terra onde emanava leite e mel, era o lugar da esperança e da felicidade. O nome do jornal evocava a grandeza do fabuloso Vale do Rio Doce, onde desponta, “como uma promessa de glórias fascinantes, a cidade de Coronel Fabriciano”, numa região na qual despontava a promessa de progresso (LACERDA, 2007, p.90).

Conforme acreditavam seus fundadores, o jornal foi legitimado como um instrumento para alcançar os objetivos de criar uma espécie de terra prometida: “O Canaã será o porta-voz

da ‘Terra Prometida’ e um instrumento de lutas em função do progresso [...] Canaã ajudará a construir a ‘Terra Prometida’ [...] Canaã é apenas a sua trombeta [...]” (LACERDA, 2007, p.91). Em outros casos deixava-se claro o empenho em prol do desenvolvimento local: “Lutaremos pela grandeza do Vale e pelas glórias de Coronel Fabriciano sob a bandeira de Canaã” (LACERDA, 2007, p.91).

Além dos colaboradores do Jornal, o nome de Euclides Diogo Sabará se destaca com textos críticos, combativos e como um forte atrativo popular. Outro colaborador, o senhor José Petronilho dos Reis declara que Euclides Diogo Sabará ajudou a projetar o Jornal Canaã porque seu jeito de escrever agradava à massa popular, mas ao mesmo tempo o Canaã projetou Sabará (LACERDA, 2007, p.90).

A vocação jornalística de Sabará pode ser percebida quando, em agosto de 1962, não mais trabalhando no Canaã, fundou o Jornal A Verdade Impressa, tendo o seu primeiro número saído em 19 de agosto de 1962. Esse jornal circulou até 1964, quando Sabará foi preso pelos militares da Ditadura (LACERDA, 2007, p.136). Sobre o Verdade Impressa, Sabará declarou:

Este desprezioso jornal está sendo feito com pouco dinheiro. Um pouquinho que nos sobrou da indenização que a CAEI [Companhia Aços Especiais Itabira] nos deu quando atendendo a pedidos do deputado Vidigal, e também de alguns ‘mineirinhos’ e ‘nenéns ruços’ (sic) nos demitiu daquela Empresa. Estamos hoje na rua com um jornal que poderia ser melhor, que poderia vir com outro tamanho e cheio de clichês. Poderíamos fazer um jornal bem melhor, mas para isso teríamos que nos ligar a grupos econômicos do município. Poderíamos ter aceitado dinheiro de anunciantes que por meio de publicidade querem controlar o Jornal. Poderíamos fazer uma ‘imprensa sadia’ assim ao estilo de Chatô e Roberto Marinho e mesmo de alguns jornais do interior de Minas... (LACERDA, 2007, p.139).

Em 1964 Sabará foi preso pelos militares e acusado de subversão à ordem local. Ele foi levado para Ribeirão das Neves, onde ficou detido por alguns meses, e, ao ser liberado da prisão, retornou para a cidade de Timóteo.

Isto posto, destacaremos artigos e matérias que revelam nuances do processo emancipatório de Ipatinga. De início, destacamos uma matéria que fala sobre o aumento significativo do número do eleitorado de Coronel Fabriciano, colocando-o na lista das cidades mineiras com os maiores índices de crescimento percentual do Estado na época. Segundo o jornal Canaã, esse número estava assim registrado:

Em dezembro de 1961 o Município com apenas 7260 eleitores no último censo, contabiliza agora 12700, verificando um crescimento na ordem de aproximadamente

5000 eleitores, contando ainda com mais de 100 processos de transferência ainda em tramitação, esse aumento se dá entre os anos de 1958 a 1962 (Canaã, 26 out. 1962).

Sobre os dados do eleitorado cabe uma breve reflexão quanto às pressões que essa massa de trabalhadores poderia exercer, especialmente sobre uma associação que pretendia acolher as demandas sociais que emergiam do avassalador crescimento populacional registrado em Ipatinga. Outros fatores poderiam estar contribuindo para essa pressão se acrescentássemos a este cenário a existência de barreiras geográficas que dificultavam o acesso entre o distrito e a sede e a própria organização urbana que marcava, de forma cada vez mais evidente, quem chegava desfrutando de privilégios e quem estava entregue ao caos urbano da denominada ‘cidade espontânea’, conforme as fontes consultadas até o momento. O fato que cabe destacar é que tanto altos funcionários quanto trabalhadores sem formação qualificada, ao fixarem suas moradias, passavam a dimensionar o novo espaço, a recortar seus territórios e estabelecer suas redes embasados nos referenciais simbólicos e funcionais que circulavam no distrito de Ipatinga, sem estabelecer conexão territorial direta com a sede.

É possível inferir, também, que a intensidade da chegada desses imigrantes, num curto espaço de tempo, dificultava uma participação ativa desses novos cidadãos no processo político do distrito e tornava ainda mais difícil uma inserção no universo da política de Coronel Fabriciano, o que reforçava o papel da AAI. Aliás, um papel bem sustentado em termos de representação político-partidária já que em sua rede aparecem num mesmo plano UDN, PTB e PSD.

Sob este ponto de vista, essa representação partidária, por si só, conferia à AAI uma representação popular e, por que não dizer, territorial, cujas redes acabaram chegando até à Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, para que seus ideais e determinações tivessem ressonância diante do Poder Executivo Municipal e Estadual. É assim que, a partir do ano de 1960, visualizamos uma nova definição do sistema político em termos democráticos para o distrito, no qual esse movimento político-partidário da AAI ocorre num novo cenário.

Assim, tomando como referência os pleitos de 1949, 1958 e 1962, veremos que a UDN apresenta-se como a maior vencedora na eleição para o Poder Executivo. Em suas edições do ano de 1962, o jornal Canaã veiculava as articulações dos partidos, e como se enfrentariam naquele pleito eleitoral. Talvez o pleito mais concorrido da história de Coronel Fabriciano, tamanho o vulto das transformações político-sociais por que passava. Tomando como base essas edições, configuramos, para melhor visualização do resultado final do pleito de 1962, a tabela abaixo:

Tabela – 01: Comparativo da composição da Câmara dos Vereadores

ELEIÇÃO DO ANO DE 1962		
PARTIDOS	VEREADORES	VÍNCULO DISTRITAL
UDN	Geraldo de Araújo Moraes	Acesita
	Rosalina Moreira das Mercês	Melo Viana
	José Anatólio Barbosa	Barra Alegre
	Raimundo Anício	Ipatinga
	Geraldo Inácio da Silva	Melo Viana
	Paulo Almir Antunes	Sede
PSD	Dr. Maurício de Barros	Usiminas
	Wellington Martins Ferreira	Timóteo
	Amilar Pinto de Lima	Sede
MTR	João Batista Gonçalves	Sede
	João Carlos de Oliveira	Sede
PTB	José Cícero de Lima	Acesita
	Antonio Silva	Acesita
PST	Joaquim de Assis Torres	Acesita
PR	Antonio José Almeida	Acesita

Elaboração: VALADARES, Vagner Bravos. out. 2012. – Fonte: Jornal CANAÃ – 1962

Obs.: Embora apareçam as distinções de Acesita e Timóteo como territórios separados, aqui essa concepção não prevalecerá, já que o distrito é o mesmo. E, para não causar confusão nos leitores entre Acesita-empresa, e Acesita-lugar, ao fazermos referência ao distrito usaremos apenas o nome Timóteo.

Como nos anos anteriores, no que concerne ao executivo, a UDN apresentou-se novamente como a maior vencedora também em 1962. Porém, como já mencionado, destacamos que uma das grandes estratégias da AAI era conseguir um lugar na Câmara Legislativa, e entre os nomes dos vereadores eleitos aparecem os de Raimundo Anício e Dr. Maurício de Barros, este representante da Usiminas. Mas aparecem também os nomes de 06 vereadores eleitos por Acesita/Timóteo, e somente 04 eleitos pela Sede.

Retornando ao pleito, a AAI, com representação na Câmara dos Vereadores, se depara com um resultado expressivamente positivo, pois o distrito de Timóteo também tramitava paralelamente com o de Ipatinga a sua emancipação de Coronel Fabriciano. A tabela acima demonstra que dos doze vereadores eleitos, apenas quatro representavam os interesses da

sede, ficando assim distribuídos: a UDN fez 6 vereadores, o PTB – 2, o PSD – 3, PST – 1, PR – 1 e MTR – 2. Para a AAI já era de suma importância a eleição do senhor Raimundo Anício, e, como a UDN chega como a legenda com o maior número de representantes, aumentam mais ainda as chances emancipacionistas, pois Raimundo Anício se torna o presidente da Câmara Legislativa, sem falar que ele foi o fundador e presidente da UDN regional.

Diante dessa composição a situação política da sede fica ainda mais precária, pois um dos seus quatro representantes pertencia à UDN, e esta tinha como presidente o senhor Raimundo Anício, que era também o presidente da Câmara Legislativa. Contra os interesses de Coronel Fabriciano, ainda podemos destacar que houve uma forte inversão de intenção de votos se comparado com o pleito do ano de 1958, que tinha sete representações pró-sede, assim, configurada: Antônio Roque – PTN, José Vitor Ferreira – PTN, Rafael Olímpio da Cunha – PTB, Geraldo Araújo Moraes – UDN, Marcio Aquino Macedo de Souza – UDN, Ramiro Camargo – UDN e João Rodrigues da Silveira – PSP. Enfim, a representação que caracterizou o pleito de 1958 caiu para apenas três representantes em 1962, já que um dos seus quatro eleitos, como dito, eram da UDN, que não seguia a sede devido ao presidente do partido que era do senhor Raimundo Anício (Jornais CANAÃ, 1962).

As fontes não nos permitem uma relação direta entre os movimentos emancipacionistas dos distritos de Timóteo e Ipatinga e a baixa abstenção no pleito de 1962, mas o Jornal Canaã noticiou que dos 12700 eleitores, 10500 votaram (CANAÃ, 26 out. 1962). Todavia, é certo que como resultado final os distritos conquistaram um espaço na Câmara Municipal de Coronel Fabriciano e a eleição de Raimundo Anício abriu canais cujas redes lhe permitiam trânsito com Magalhães Pinto, a UDN, a Usiminas e seus operários, e à população de forma geral, por via dos seus empreendimentos no distrito; além do fato de estar junto, no Legislativo Municipal, de outros 06 vereadores cujo território, como dito, também buscava sua emancipação.

Enfim, a UDN se consolida como a grande força política do município. Elege mais uma vez o governante do executivo municipal, assim como obtém a maioria dos vereadores na casa legislativa. Porém, não podemos nos esquecer de que o ambiente tanto social como o operariado ainda era tenso, cheio de potenciais conflitos prestes a eclodirem. Em meio ao processo de acesso à política de Coronel Fabriciano, outra frente já trabalhava nos primeiros passos para a emancipação.

4.2 O PRIMEIRO PASSO PARA A EMANCIPAÇÃO: AS ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS

Desde a chegada dos responsáveis pela construção da Usiminas e o efetivo início das obras da sua construção, o que se viu foi uma forte concentração de forças em prol de uma ordem maior: ser construída o mais rápido possível. “A minha preocupação era fazer aquilo o mais rápido possível, porque eu sabia que não bastava ter o recurso. É preciso fazer depressa porque juros durante a construção são um veneno”, dizia o senhor Amaro Lanari Jr., então presidente da Usina (IEVE, 2009, p.57).

Assim, a empresa passa a ser construída num ambiente de hostilidades no convívio com os múltiplos territórios que ali já se encontravam, o que fere um dos princípios basilares de Haesbaert sobre o conceito de formação de territórios. Segundo ele: “toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que se almeja” (HAESBAERT, 2007, p.42).

E, de fato, tudo aconteceu de forma tão avassaladora que somente depois do episódio que vitimou trabalhadores e pessoas da população em geral, assunto que veremos em detalhe mais à frente, é que os órgãos governamentais saíram da impessoalidade e silêncio que adotaram frente aos vários tipos de sofrimento e descasos que a Usiminas e o prefeito de Coronel Fabriciano impuseram aos moradores do distrito de Ipatinga.

É fato, também, que as transformações às quais o distrito de Ipatinga foi submetido foram intensas, tudo mudava muito rápido e profundamente. Contudo, outra grande mudança vinha sendo articulada pela AAI, e, para tanto, em termos de política a chegada do ano de 1962 era bastante desejada por todos os que ansiavam por suas emancipações, como era o caso do distrito de Ipatinga, pois neste ano o Governador faria nova revisão administrativa, como era de costume a cada quatro anos, emancipando as comunidades que apresentassem as condições necessárias para assumirem o controle de sua própria vida (FREITAS, 2008, p. 143-145).

Segundo o jornal A Verdade Impressa, é para estas comunidades que os líderes de bancadas da Assembleia Legislativa Estadual estudaram uma proposta feita pelo Deputado Altair Chagas, da UDN, no sentido da fixação das normas para aprovação do projeto de

revisão administrativa do Estado. A aprovação das normas sugeridas significava um acordo entre todas as bancadas, inclusive as da oposição, cujo líder, o senhor Manuel Costa, disse que o seu partido seria inteiramente favorável à medida e que reuniria os seus liderados para estudar a proposta do Senhor Altair Chagas.

Os critérios sugeridos pelo representante udenista são os seguintes:

Somente será concedida emancipação ao distrito que reúna pelo menos dois dos três requisitos exigidos pelo artigo 5º da Lei nº 28 respeitando-se as divisas dos atuais Distritos, salvo acordo expresso entre os municípios interessados. O número de habitantes não poderá ser inferior a 4 mil. A anexação de Distritos, para efeito de emancipação, somente será efetuada mediante prévia manifestação das populações interessadas, em memoriais com firma reconhecida, com indicação de residência e profissão dos signatários. A criação dos Distritos será feita com atendimento de dois, dos três requisitos do artigo 8º da Lei nº 28 assim como retificação de divisas intermunicipais só se fará com anuência das Câmaras Municipais interessadas, diante de manifestações das populações (A Verdade Impressa, 08 nov. 1963, p.5).

Portanto, se por um lado havia um movimento de âmbito estadual envolvendo os líderes de bancada, por outro, também, se encontravam em configuração as redes locais em prol da emancipação do distrito. Em síntese, as fontes nos revelaram os diversos problemas vividos pela população no distrito de Ipatinga, conforme visto nos capítulos 2 e 3. E como se não bastasse, com o avanço da construção da Usiminas, a população se via dividida entre os que moravam nos bairros construídos pela empresa, com toda e melhor infraestrutura que se pode imaginar, contrastando com a miséria total daqueles que residiam nos lugares não servidos pela Usina. Por tudo isso é que a população do distrito de Ipatinga, desde 1960 representada pela AAI, já vinha estruturando suas vias políticas para a emancipação, devido aos graves problemas sociais que enfrentava.

Essa tentativa de busca por condições básicas de sobrevivência e de reconhecimento dos seus direitos constitucionais cria um choque nas relações entre estabelecidos e *outsiders*, pois a meta destes últimos é de saciar sua fome, de atender às suas necessidades fisiológicas ou materiais mais elementares, além de se defenderem do abandono imposto pela sede.

No depoimento do senhor João Lamego Neto, percebe-se a indiferença do Prefeito de Coronel Fabriciano para com o distrito de Ipatinga. Esta residia no fato de que era interesse dele que a Usiminas fosse implantada lá na sede, já que o terreno plano e a proximidade com o Rio Doce e Piracicaba oferecia melhores condições. E assim os japoneses acabaram definindo-se por Ipatinga (RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1991, n. 2, p.18). Entretanto, o *corpus*

documental que utilizamos nos indica que as três últimas gestões públicas de Coronel Fabriciano criaram certa indiferença estigmatizada pelo distrito de Ipatinga; porém, sabemos que o estigma social de um grupo sobre outro associa-se muitas vezes a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido, transformando-se em sua imaginação num estigma material – coisificado, eximindo, dessa maneira, o grupo estigmatizador de qualquer responsabilidade (ELIAS, 2000, p.35).

Esta demonstração pública de abandono, exposta no capítulo 3, por parte dos Prefeitos de Coronel Fabriciano, favoreceu que AAI catalisasse o sentimento emancipacionista da população, pois, já era possível perceber que o distrito se enquadrava nas normas exigidas pelo projeto de revisão administrativa do Estado. Somado a esse enquadramento legal, no ano de 1962 a Usiminas já contava com uma grande estocagem de matéria-prima e estava pronta para dar início ao seu processo de produção, o que aumentava mais ainda os sentimentos da AAI de que as divisas geradas pela empresa seriam suficientes para que o distrito pudesse se sustentar econômica e financeiramente (RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1991, n. 2, p.18).

O Jornal Canaã noticiava que em 1962 importantes figuras políticas deslocaram-se para prestigiarem as primeiras atividades produtivas da Siderúrgica:

O Presidente João Goulart, o Governador Magalhães Pinto, o Sr. Yukichi Sugihara, presidente da parte japonesa da Usiminas, já foram convidados para participarem das solenidades de inauguração do primeiro alto-forno da Usiminas no dia 26 de outubro de 1962, quando se iniciará a produção de 500 mil toneladas de ferro anualmente, transformando o Distrito de Ipatinga e conseqüentemente, Coronel Fabriciano no mais importante centro siderúrgico brasileiro com o início de funcionamento da Usina Intendente Câmara (CANAÃ, 11 nov. 1962, n.99).

Em meio a todo este contexto, não podemos deixar de citar que o ano de 1962 também foi um ano de eleições municipais, e entre os nomes dos vereadores eleitos aparece o de Raimundo Anício, e de outros 06 vereadores do Distrito de Timóteo, que também lutavam pela sua emancipação face a Coronel Fabriciano. Em outras palavras, é a conquista da Câmara Municipal pelos dois distritos que possuíam ideais emancipacionistas. Os *outsiders* encontram-se em franco processo de reterritorialização, e, por isso, buscavam um novo rearranjo no equilíbrio de poderes em relação aos estabelecidos da sede. Com o pleito de 1962, eles se tornam maioria na defesa de ideais emancipacionistas.

Diante de tantos indicadores propícios para um movimento separatista, o PSD dá início a uma série de reuniões com todos os políticos de Ipatinga para discutirem a viabilidade

e os rumos que se poderia traçar para o avanço do processo de emancipação do Distrito. Dessas reuniões, surge a oficialização da AAI por uma comissão da qual participaram o senhor Raimundo Anício, José Anatólio Barbosa Silva, José Carvalho, João Lamego Neto, José Drumond Horta, Walter Sales, Romero dos Santos Vale, João Padre, Edgar Boy Rossi, Maurício de Barros, engenheiro da Usiminas, e outras pessoas cujos nomes não aparecem nas fontes consultadas (RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1991, n. 2, p.30).

Consta que dessas reuniões emancipacionistas surgiu a necessidade de organizar um fundo para custear o acesso aos documentos necessários, e essa parte do processo ficou sob responsabilidade dos senhores Raimundo Anício e José Anatólio. E Raimundo Alves de Carvalho, então prefeito de Coronel Fabriciano, dificultava o máximo possível os avanços dessa comissão, pois era ligado a um movimento totalmente contrário aos interesses do prefeito que, por uma questão lógica, também tinha que representar os comerciantes e industriais estabelecidos (RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1991, n. 2, p.30).

A partir desse momento, começamos a identificar em nossas fontes o início de reações contrárias ao movimento emancipacionista. É como se pela primeira vez o distrito de Ipatinga começasse a ser visto pela sede. O primeiro manifesto que temos é uma reunião dos comerciantes e industriais de Coronel Fabriciano, momento em que eles expõem o seu descontentamento e indignação com a proposta separatista de Ipatinga e Timóteo. Esses empreendedores não escondem os seus temores pelas consequências que advirão para a economia de Coronel Fabriciano. “Se agora estamos completamente abandonados pelos Governos Estadual e Federal, com ambos os governos correndo todos os recursos para o distrito de Ipatinga, como será então se vier a emancipação?” (A Verdade Impressa, 10 ago. 1963, p.1). Esse grupo buscou o apoio do Arcebispo de Mariana, na época responsável pelas diretrizes diocesanas dessa localidade, sendo que o mesmo já havia procurado o Governador Magalhães Pinto, pedindo pela não emancipação (A Verdade Impressa, 10 ago. 1963, p.1).

Podemos ver nessas primeiras manifestações que de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, esses comerciantes e industriais percebem a existência de grupos com interesses diferentes a se estabelecerem em uma rede que manifesta uma multiterritorialidade que, por sua vez, condensa-se num ideal emancipacionista. Em outras palavras, através da configuração de novas redes de circulação e de comunicação, estes grupos iniciam uma nova ordem que se apresenta cada vez mais capaz de impor ao grupo de

estabelecidos de Coronel Fabriciano a reconfiguração de uma dada ordem, promovida pela Sede.

Em entrevista ao Jornal A Verdade Impressa, o senhor Prefeito de Coronel Fabriciano Cyro Poggiali, assim se manifesta sobre a possibilidade de emancipação de Ipatinga:

Será um desastre para Coronel Fabriciano, este município será reduzido à Sede e ao Distrito de Melo Viana, com uma arrecadação pequena e que muito dificultaria o meu programa de trabalho. Ficar sem as fontes da Usiminas e da Acesita é qualquer coisa de muito sério, que deve preocupar não apenas o prefeito, mas a todos de nossa terra. As emancipações são contrárias aos interesses do Município que administro. Reconheço que o trabalho que seus filhos e moradores vem fazendo, é plenamente justificável, pois um e outro município sempre foram relegados ao abandono e continuam sendo mal atendidos em meu governo, pois ainda não tive tempo nem recurso para atender a todas as reivindicações. Já empreguei em ambos, posso afirmar, mais ou tanto quanto arrecadei, e os estudos que estamos fazendo, com a inestimável cooperação da Usiminas, são daqueles de transformar Ipatinga radicalmente. Daí por que sou contrário (A Verdade Impressa, 10, ago. p.4).

No decorrer desse trabalho, uma constante que se faz presente é a questão do abandono em que o distrito se encontrava. Porém, na fala acima, é o próprio Prefeito Cyro Poggiali que expressa sua preocupação e posição contrária à emancipação, mas diz que reconhece que ‘um e outro município sempre foram relegados ao abandono e continuam sendo mal atendidos no governo dele’. Ele fala, também, que irá transformar Ipatinga radicalmente. Entretanto, exatamente um ano antes, o Jornal Canaã trazia uma matéria que, embora não expressasse números, nos dá uma visão sobre a arrecadação da Prefeitura de Coronel Fabriciano, e aumenta mais ainda a polêmica sobre o abandono de alguns distritos, como o próprio prefeito assumiu:

A pujança eleitoral de uma comuna não anda de braços dados com a unidade eleitoral: coronelismo, demagogismo, verde amarelismo, etc. é contrastador ver-se, a todo momento, cidades de pouquíssimas rendas, minúsculas de cabeças pensantes, ou quase nenhum índice cultural, técnico, industrial, baixo (numericamente) quadro eleitoral representar-se, politicamente, como expressão maior junto ao Governo ... o Governo os tem aquinhado com favores imerecidos e com atenções desnecessárias, simplesmente porque têm seus 1200, ou 1500 eleitores coesos, com o PSD, com o PTB, ou com a UDN. **A força politizada e livre de um eleitorado de 12000 cidadãos pouco vale, ainda mesmo quando a receita seja de 90 vezes as despesas!** ... A Secretaria das Finanças publicou, recentemente que 98% das Coletorias Estaduais necessitam recorrer ao herário (sic) estadual para pagar seu funcionalismo, **Coronel Fabriciano, portanto, está entre os 2% que mandam dinheiro para o Governo satisfazendo suas obrigações com o Estado**, e mesmo assim, não constava na lista da Secretaria do Estado, entre os Municípios que seriam contemplados com escolas primárias ... (Jornal o Canaã, 08 ago. 1962, n. 89, p.1, grifo nosso).

Também causa estranheza que uma listagem dessas seja publicada num período de eleições municipais, e mais estranho ainda é a ausência do nome de Coronel Fabriciano, elegendo cidades com pouquíssima renda e quase nenhuma representação de grande força eleitoral. Entretanto, é de uma delas, Jaquaraçu, que sairá o nome do Deputado Geraldo Quintão, pessoa que, como veremos a seguir, assumiu os trâmites do processo de emancipação de Ipatinga junto ao Governador Magalhães Pinto. Embora não seja objeto da nossa pesquisa, a matéria denuncia que as cidades envolvidas neste pleito tinham em comum o fato de serem todas elas administradas pela velha guarda dos coronéis, ainda tão comum naquela época.

Numa perspectiva ampla, podemos entrever que os acertos da política econômica de Juscelino Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política. Fato é que nas eleições de novembro do mesmo ano Geraldo Quintão é eleito a deputado estadual:

Para satisfação dos fabricianenses, com o resultado final da apuração mineira, ficou confirmada a eleição do dr. Geraldo de Moraes Quintão para deputado estadual, colocado no 2º lugar em seu partido (PSP) e no 51º em todo o Estado. A Assembleia Estadual terá 82 deputados (Jornal CANAÁ, 25 nov. 1962, n.100, p.1).

Este agrupamento de informações nos permite ver um momento propício para a AAI, ou seja, a maioria dos vereadores eleitos pertenciam aos dois distritos que ansiavam pela sua emancipação e a região elege com grande quantidade de votos um deputado estadual. Mas, apesar da representação do novo quadro eleitoral, Coronel Fabriciano não é ‘agraciada’ com as escolas primárias estaduais, uma das grandes reivindicações dos moradores do distrito de Ipatinga. Por essa época, a Usiminas já dava à economia local um grande impulso, sem falar no enorme potencial de atração de novos empreendimentos que surgiriam juntamente com a implantação das novas fases que se integravam à Usiminas.

Diante desse quadro favorável, a AAI se organiza para conseguir as condições mínimas necessárias para atender ao projeto de revisão administrativa aprovado em 30 de dezembro de 1962 pela Assembleia Legislativa, que criou 237 novos municípios. Para manter-se nesse projeto, a AAI previa como principais prerrogativas promover iniciativas pela melhoria das condições de habitação e melhoramento do comércio. A estratégia também incluía a confecção de todo acervo documental que daria corpo ao pedido de emancipação a ser enviado para o Governador Magalhães Pinto.

4.3 O VETO DO GOVERNADOR: IPATINGA IMERSA NO CENÁRIO NACIONAL

Estruturada, a proposição de emancipação de Ipatinga foi para o Governador. Entre todas as proposições encaminhadas, Magalhães Pinto vetou as de João Monlevade, Bela Vista de Minas, Timóteo e Ipatinga. O veto causou grande insatisfação nessas comunidades. No dia 07 de janeiro de 1963, o Governador enviou uma carta às comissões pró-emancipação de Ipatinga e Timóteo (ANEXO 06), explicando as razões do veto. Ele afirmava que pretendia manter a unidade política, administrativa, econômica e financeira desse polo siderúrgico, ao mesmo tempo admitindo que na próxima divisão administrativa, a realizar-se no ano de 1963, seria possível a reabertura da questão, com exame de documentação mais concreta e melhor instruída (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 06).

Pela carta enviada, os argumentos do Governador foram:

- a) Consenso contrário às emancipações emitido pelas entidades de classe locais, às quais o processo foi submetido. São elas: entidades dos empregados e trabalhadores; Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Associação Comercial;
- b) Se desmembrado e repartido o centro populacional dos dois parques siderúrgicos, Ipatinga e Timóteo, quebrar-se-ia a unidade política, administrativa, econômica e financeira que constitui fator precípuo na formação da comunidade harmônica que nos cumpre constituir, ampliar e preservar;
- c) Segundo o Governador, essa unidade era indispensável para criar e acelerar, ordenadamente, o desenvolvimento de toda a vasta região circunvizinha. A unidade, segundo ele, era essencial, sob os aspectos social e humano, para prevenir-se contra a multiplicidade de sindicatos e a consequente dificuldade nos entendimentos entre as empresas e os dirigentes sindicais, quer evitando a formação de cidades desiguais e a insatisfação provocada pelos desníveis nas condições de vida e moradia dos operários.

Os argumentos são questionáveis. Afinal a autonomia seria concedida a comunidades já independentes e sem unidade administrativa ou financeira. Ipatinga se enquadrava perfeitamente nessas condições. Assim, a carta não apresentava respostas plausíveis para o veto à emancipação de quatro cidades, entre outras 237.

A primeira questão que levantamos é o trecho da carta em que o Governador fala de um determinado consenso contrário às emancipações. Ele diz ter ouvido, sem discriminar, as entidades de empregados e trabalhadores; porém, ainda não encontramos registros que comprovem este acontecido, principalmente quais foram essas entidades e onde elas se localizavam. Quanto ao Sindicato, sabemos que só havia um, e na sua responsabilidade estava a Acesita e a Usiminas, o que nos leva a questionar até que ponto seria interesse deles uma divisão de território, já que, com a emancipação, automaticamente seria criado um Sindicato que passaria a cuidar dos interesses dos trabalhadores da Usiminas. Por fim, o Governador fala que ouviu a Associação Comercial. Ora, essa seria a representação mais seriamente afetada com a divisão do município, já que naturalmente Timóteo e Ipatinga, detentores da maior fonte de renda de Coronel Fabriciano, iriam promover no seu território um polo comercial.

O Governador, ao citar os malefícios de uma quebra da unidade política, administrativa, econômica e financeira nos permite indagar sobre qual formação harmônica de comunidade ele se referia, pois, no que tange ao distrito de Ipatinga, o que as fontes nos revelaram é que tudo foi desarmônico, desde o processo de anexação a Coronel Fabriciano, passando pela total desconsideração do Poder Público Municipal e a pouco ortodoxa condução dos canteiros de obra adotada pela Usiminas e imposta aos trabalhadores e aos cidadãos em geral.

As justificativas do Governador, também, nos direcionam para a percepção da força das redes instaladas na sede, pois, quando Magalhães Pinto se posiciona contrário à possibilidade de multiplicidade de sindicatos, dizendo prever, conseqüentemente, dificuldades nos entendimentos entre as empresas e os dirigentes sindicais, indagamos até que ponto realmente esse discurso era realmente dele.

Outra parte da carta com muito pouca argumentação, diz respeito a vetar para que não haja a formação de cidades desiguais e insatisfação provocada pelos desníveis nas condições de vida e moradia dos operários. Nos capítulos e itens anteriores, já demonstramos o grau de insatisfação da população do distrito de Ipatinga pelo total abandono em que se encontravam, por diversas vezes sendo maltratados pelo Prefeito de Coronel Fabriciano quando iam pedir alguma ajuda, que por direito não precisavam nem pedir.

José Carvalho relata que, em 1962, o Presidente da República João Goulart sobrevoou a região com Magalhães Pinto. Eles viram as grandes usinas que aqui se instalavam e as agitadas massas de operários que se concentravam próximo à Companhia Belgo-Mineira, em João Monlevade, e à Acesita e Usiminas, em Timóteo e Ipatinga respectivamente. Ele adverte, também, que foi nessa viagem que o Presidente teria convencido Magalhães Pinto a não emancipar essas cidades, pois elas se tornariam um “segundo ABC paulista” gerando conflitos constantes entre empresas e operários via diversidade de sindicatos, como acontecia em São Paulo (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 07).

Com a finalidade de corroborar com o relato de José Carvalho, faremos uso de uma segunda fonte:

Ainda governador de Minas, JK escolheu o Vale do Aço como Centro industrial Mineiro, em seu binômio Energia e Transporte, no governo Estadual, brindou nossa região com a construção da hidroelétrica de Salto Grande no Rio Santo Antônio no município de Braúnas, preparando o Vale do Aço para receber a Usiminas.

Eleito presidente Juscelino estabeleceu metas com relação ao Vale do Rio Doce a ser cumprida em dois mandatos. No primeiro a construção de um parque industrial com uma usina siderúrgica e 105 indústrias auxiliares, para transformação dos produtos fabricados e os sub-produtos e a fabricação de apoio e manutenção da siderúrgica.

A Usiminas maior siderúrgica da América Latina foi fundada no dia 25 de abril de 1956 com um capital de CR\$5.850,00⁸ (cinco mil oitocentos e cinquenta cruzeiros) subscritos por empresas privadas brasileiras e foi consolidada em 13 de julho de 1957 através de um acordo Nipo-Brasileiro que ficou conhecido como acordo Lanari-Horikoshi. E começou a operar em 26 de outubro de 1962 com a presença do Presidente João Goulart.

Das indústrias auxiliares apenas a Policarbono instalou-se, as demais foram desestimuladas pelo Presidente João Belchor Marques Goulart, que temendo a transformação do Vale num novo ABC paulista “um permanente foco de agitação”, no que parece ter concordado os Generais da revolução.

Apesar desta influência negativa a Usiminas por si só, foi capaz de promover o progresso.

Outro projeto não executado de JK foi a construção da Hidrovia do rio doce (DIAS, 2007, p.15).

E por último, José Carvalho diz que em favor do veto o Prefeito de Coronel Fabriciano Cyro Poggiali havia prometido ao Governador apoio político nas eleições presidenciais que se realizariam em 1965 (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 07).

⁸De acordo com o sitio http://www.soleis.com.br/salario_minimo.htm em 1956 um salário mínimo valia Cr\$3.800,00. Assim, percebemos que o valor inicial foi apenas simbólico.

Ou seja, entendemos que a Sede sustentou seu território com base no poder de suas redes efetivadas simultaneamente como relações políticas. Cada entidade, (o Sindicato e a Associação Comercial citados pelo Governador na carta) tornava-se a imagem do Poder e materializava os diferentes tipos de territorialidades a partir de redes de comando combinadas à lógica do capital comercial e político local, regional e nacional.

Depois desse desapontamento a AAI se restabelece com mais vigor e ímpeto no intuito de conquistar o objetivo emancipacionista de Ipatinga. Agora eles passam a relacionar-se mais com os políticos da capital e representantes dos poderes local, e em novembro de 1963 o senhor Raimundo Anício, na posição de Vereador, apresenta a Indicação N^o 26/1963 para a Usiminas construir casas para os seus servidores que moravam em favelas de Ipatinga. Não sabemos se nesse gesto havia alguma intenção de jogar o prefeito contra a Usiminas, mas é certo que pela Lei das emancipações um dos maiores problemas que a AAI enfrentava era o de demonstrar a capacidade do distrito de promover iniciativa pela melhoria das condições de habitação e comércio.

4.4 EM MEIO ÀS TENTATIVAS DE EMANCIPAÇÃO, UM MASSACRE: CAOS E VIOLÊNCIA NO DISTRITO

Em agosto de 1963 o jornal A Verdade Imprensa publicou uma reportagem sobre maus tratos a operários na Usiminas, relatando desde notícias de escravidão no canteiro de obras, até uma assembleia formada por funcionários da empresa. Segundo a matéria, os maus tratos foram tantos que os empregados estavam dispostos a dirigirem-se ao Presidente da República para entregar-lhe uma lista, um abaixo-assinado dos funcionários da usina pedindo a retirada imediata dos senhores Gil Guatimosim e João Cláudio Teixeira da direção da empresa, como mostra o anexo V.

Com a construção da usina, os problemas se agravaram e evidenciaram uma trajetória de tensões sociais. Dessas tensões surgiram muitos conflitos no canteiro de obras da Usiminas, território cujo comando, ao representar os interesses do Governo Federal, parecia obedecer a uma única ordem, construir a Usiminas. Nas palavras do então presidente de

operações da Usiminas na época, o senhor Gil Guatimosim, existia um impasse: ou se constrói uma cidade ou se constrói uma siderúrgica, para depois se preocupar com as pessoas que manteriam essa siderúrgica e a forma como estas pessoas poderiam residir (TULER, 2007, p. 45).

Contraditoriamente essas palavras vieram da pessoa cujo encargo era o de administrar o bem-estar dos operários e tudo o que se relacionava a eles, desde segurança, medicina do trabalho, seleção e recrutamento, pois era dele a chefia de Relações Industriais da Usiminas. Isso torna surpreendente a possibilidade de pensar que, chancelado pelos Poderes da União, do Estado e do Município, esse enorme empreendimento tenha sido iniciado sem que existisse a menor estrutura urbanística para receber o volumoso número de pessoas que edificaria a Usiminas em suas complexas e variadas necessidades, e que num período de menos de três anos, direta ou indiretamente, fez convergir para este pequeno distrito mais de dez mil pessoas, revelando, num mesmo espaço, as imagens territoriais dos três poderes numa descoordenada relação de comunicação e interação.

As palavras do Senhor Gil Guatimosim acima, trazem consigo a expressão de um potencial e grande conflito por vir; porém, mesmo diante de uma crescente intolerância e forte tensão entre os operários da Usiminas e a sua vigilância, os Poderes não se manifestavam, como se não quisessem para si a responsabilidade do caos que havia se instalado. Adiciona-se que fora do canteiro de obras havia uma outra realidade torturante, pois:

... essa imensa quantidade de homens, quando no seu período de ociosidade, além muros da empresa, desencadeava um clima de terror à ala social feminina. Elas mesmas tinham por lema não sair sozinha, pois se assim acontecesse com frequência eram chamadas de cambriaxos⁹: “aqui era uma loucura, mulher num podia andar aqui não, sabe por que, andar sim, mas tinha que ficar calada, porque era muita gente e desordenada, peões estranhos, de outros...outros Estados que vieram trabalhar aqui, pegava a gente aqui a qualquer hora, até com o sol quente...” (RIBEIRO FREITAS, 2011, p8)

O Clima de tensão imperava naquele contexto social, e no centro de toda a questão, não era difícil esbarrar com manifestações contrárias à forma de ação dos vigilantes da Usiminas. Os funcionários e os moradores da região reclamavam junto ao poder público sobre a agressividade deles, tanto que os vereadores se organizaram para que a própria Câmara tomasse providências contra a vigilância e a Polícia Militar da Usiminas. Soa estranho falar, mas era assim que a Polícia Militar era conhecida no distrito de Ipatinga. O Governador

⁹ Entende-se cambriaxos mulheres que fazem sexo em troca de dinheiro (nota do autor).

Magalhães Pinto enviou uma comissão de Militares para o distrito de Ipatinga, com o propósito de estruturar um relatório que lhe desse a visão exata do que realmente acontecia. Como resultado, o relatório sustenta que o baixo salário pago aos militares e o alto valor dos aluguéis majorados na localidade levava grande parte dos seus salários, tornando-os dependentes de favores da Usiminas (Jornal A Verdade Impressa, 16 out. 1963, nº 31).

Todos esses relatos sobre a Polícia Militar da Usiminas também podem ser apreciados no anexo V, em que o Jornal A Verdade Impressa registra o alto grau de descontentamento da população e, em especial dos operários da empresa. Podemos observar com detalhes a soberania da Usina sob o alto comando do destacamento que servia Coronel Fabriciano, e em particular o distrito de Ipatinga, assim, como a preocupação do Jornal em registrar que tudo acontecia com o conhecimento do Governador Magalhães Pinto.

Nesta mesma matéria veicula-se que a alta nos preços dos aluguéis correspondeu na verdade a uma especulação imobiliária na região próxima do local da construção da fábrica. Assim, mais uma vez a falta de planejamento por parte do Poder Público na montagem da siderúrgica, sem calcular os reflexos sociais, permitiu mais essa desestruturação na vida daquela população que se constituiu por causa da Usiminas.

Somado à falta de segurança que envolvia o dia a dia das mulheres no distrito de Ipatinga por causa de um contingente essencialmente masculino, envolvido na construção da Usiminas, o despreparo dos vigilantes que faziam a segurança no canteiro de obras e a presença de uma polícia que devia favores à empresa, ainda tinha o problema do transporte. Este também era outro ponto de descaso da empresa, que impunha aos trabalhadores condições insalubres devido à falta de segurança e conforto, num longo percurso que chegava a custar 50 cruzeiros¹⁰ a cada oito quilômetros de transporte, pagos pela M. Pires.

¹⁰ De acordo com o sitio http://www.soleis.com.br/salario_minimo.htm em 1956 um salário mínimo valia Cr\$13.400,00 o que nos permite inferir o quanto alto no final do mês era o impacto desse gasto no orçamento dos militares.

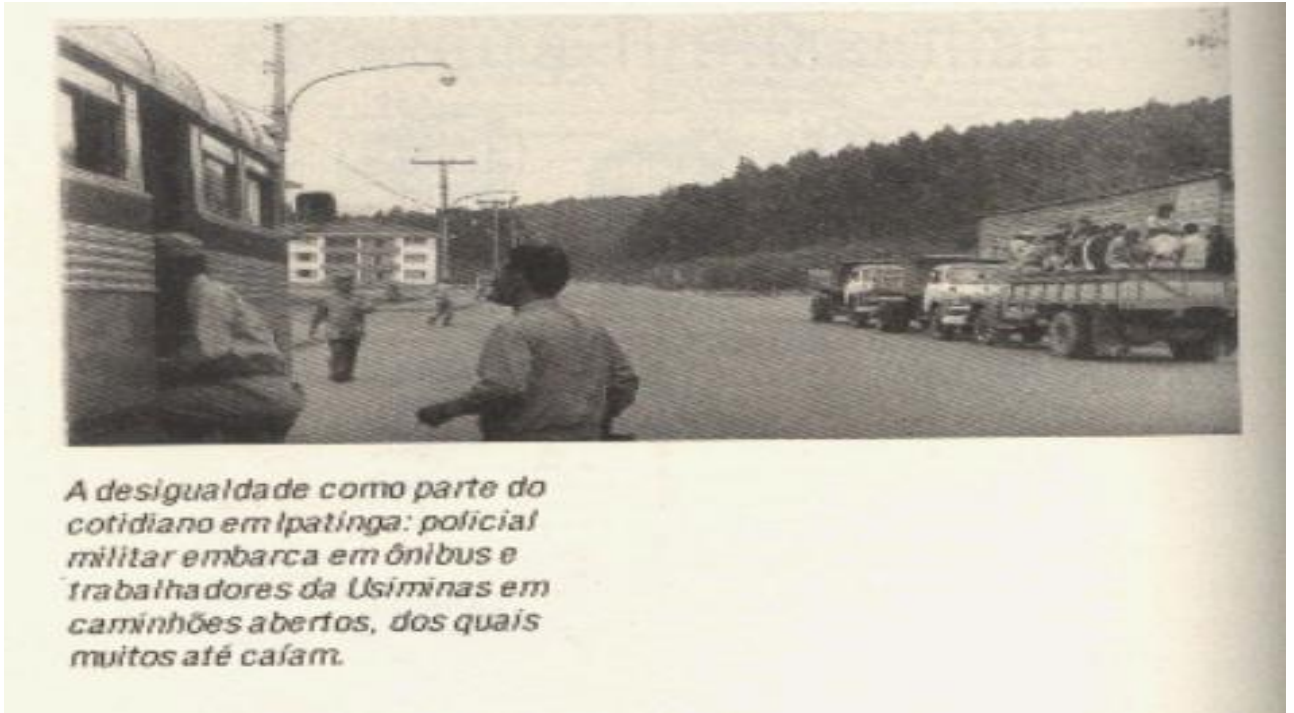


Foto03–Ilustrando transporte em Ipatinga em 1963

Fonte: (FREITAS, 2008, p. 215)

A este conjunto de descasos e maus tratos que a Usiminas impunha à população do distrito de Ipatinga e seus trabalhadores, ainda podemos adicionar as condições subumanas impostas aos trabalhadores que chegavam ao canteiro de obras por via de uma sublocação de mão-de-obra feita pela Empreiteira do senhor Altino Bezerra Cavalcante, a A.B. Cavalcante, cujos contratos eram temporários, algo que a legislação da época não previa.

A Empreiteira A. B. Cavalcante fornecia para a Usiminas trabalhadores para a realização de tarefas braçais, como capina e varrição ou serviços gerais. Ou seja, para funções que não constituíam a atividade-fim da Usiminas, a empreiteira contratada recebia, como remuneração, 40% sobre o bruto da folha, como revelou em depoimento à Assembleia Legislativa Gil Guatimosim. É necessário destacar que naquela época em que prevaleciam os rígidos padrões de contratação de mão-de-obra fixados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a terceirização era vista como uma atividade antiética e moralmente condenável, não sendo raros os casos em que era considerada como aluguel de mão-de-obra escrava (FREITAS, 2008, p. 210).

Além dessa prática ilegal de locação de mão-de-obra, a previsão orçamentária da união para 1963 previa que a Usiminas poderia conceder, a partir de setembro, um aumento de 111%. Nenhum aumento fora dado e ainda havia um déficit na Usiminas. Uma investigação feita pelos deputados da Frente Parlamentar nacionalista demonstrou um desfalque de 1(um) bilhão de cruzeiros. Esse desfalque constava em um relatório de 200 páginas – existente nos arquivos – elaborado pelo Grupo de Coordenação Geral da Usiminas, sendo que o rombo continuou sem esclarecimentos. O gráfico salarial feito por esse mesmo grupo mostra que os funcionários da Usiminas ganhavam menos que os da COSIPA, BNDE, CEMIG, FRIMISA e outras empresas mistas (A Verdade Impressa, ano II, n. 31, 16 out. 1963).

Outro fato gerador de tensão relacionava-se com a qualidade da alimentação fornecida pela empresa. Fornecendo onze mil refeições diárias, a Usiminas não contava com um nutricionista e os quatro assistentes sociais não conseguiram ficar, alegando que não aguentavam a vida em Ipatinga. As consequências dessa irresponsabilidade da empresa se refletiu nos vários registros existentes. A comida servida não chegava a mil calorias, quando na verdade o trabalhador necessitava de no mínimo duas mil e quinhentas calorias diárias (A Verdade Impressa, ano II, n. 31, 16 out. 1963).

Por tudo isso, havia um acirramento dos ânimos e um clima de tensão que tomava conta da porta da fábrica da Usiminas nos períodos de entrada e saída dos turnos dos funcionários, os quais agitavam não só os portões, mas a vida do distrito. Esses momentos tão particulares antecederam o grave confronto entre funcionários da Usiminas, vigilantes e polícia militar no dia 7 de outubro de 1963.

Contudo, nos jornais e revistas pesquisados não encontramos nenhuma ação sistematizada de algum órgão representativo que realmente tivesse entrado em confronto com os gestores da empresa, nem mesmo da AAI, o que justifica que as narrativas expressas nestas fontes apontam para um bom relacionamento que os seus diretores possuíam com a Siderúrgica. Todavia, nos registros do Padre Abdala, e em várias matérias do Jornal A Verdade Impressa, temos uma forte oposição e claras tentativas de frear um mal maior que estava prestes a acontecer. Eles clamavam pelo fim de tantos desmandos aos mais básicos direitos de um ser humano, dando publicidade ao terror que imperava no distrito.

Outra irregularidade, que também servira de elemento motivador para o conflito, era o aperfeiçoamento do sistema de barracão existente desde o século XIX, no qual os empregados das grandes fazendas só poderiam comprar na venda de seu senhor, comprando sempre fiado e a um preço muito mais alto que o de mercado. O salário dos empregados no final do mês não pagava todas as compras feitas para a manutenção das famílias; assim, os colonos estavam sempre a dever, não podendo nunca abandonar o trabalho ou mudar de fazenda sem pagar todas as suas dívidas.¹¹

Havia um supermercado da empresa, o qual era chamado de “Cooperativa”, que mesmo recebendo isenções de impostos sobre os produtos comercializados, os vendia mais caros que os outros dois armazéns particulares (A Verdade Impressa, ano II, n. 31, 16 out. 1963). Marilene Tuler, ao entrevistar o Padre Avelino, recebe dele o seguinte comentário:

... Era trabalho escravo mesmo ... O sujeito chegava lá sem nenhuma qualificação, para o que desse e viesse. Ele aceitava ... Para escavar chão, capinar, qualquer coisa. Ele (Altino Bezerra Cavalcante) tinha, também, um armazém, vendia tudo superfaturado... O sujeito comprava 30 ‘reais’ e ele punha a dívida dele de 65 ‘reais’ (TULER, 2007, P.37)

Essa demonstração de desequilíbrio entre as forças da territorialidade imposta pela Usiminas face aos outros poderes mostra que realmente “os territórios são formas construídas socialmente de relações espaciais e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para que propósitos” (SACK, 1986, p.278).

Em todos os casos de tensões que elencamos acima, provocados pela administração da Usiminas, havia forças hierárquicas e assimétricas de territorialidades dos Poderes Municipal, Estadual e Sindical que usavam o silêncio e a impessoalidade frente a uma pseudoconfusão de fronteiras e limites de poderes dentro de um mesmo território.

Porém, se pelo lado dos administradores públicos não havia uma ação coordenada e firme contra as ações de desrespeito aos direitos humanos, e, principalmente, os trabalhistas por parte da Usiminas, relatamos que outras vozes já se faziam ouvir, como a do Padre Abdala, a dos jornais e dos vereadores e sindicato, em menor escala, forçando a Empresa a perceber que estava chegando a hora de fazer concessões. E mais uma vez é o Senhor Gil Guatimosim que nos oferece subsídio para compreendermos quão acima a empresa se colocava em relação ao sindicato e às outras vozes:

¹¹ Ver, entre outros, MARTINS, José de Souza **O Cativo da Terra**. 2ª ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1981. STOLCKE, Verena **Cafecultura – Homens, Mulheres e Capital**. Brasiliense. São Paulo, 1986.

Com o avanço das construções da usina, a parte operacional já se encontrava em atividade e com isso o Dr. Luiz Verano que era vice-diretor da Usiminas e chefe de construção tinha problema de todo os lados. Dr. Gil diz que veio para auxiliá-lo no Departamento de Relações Industriais, que tinha, além de outros, o problema do sindicato.

O sindicato era o da Acesita, uma usina siderúrgica integrada, perfeitamente funcionando com seu quadro de pessoal. Era o mesmo sindicato que tinha que zelar pelos interesses do pessoal da Usiminas, que tinha uma parte em operação inicial e uma outra grande parte em construção civil.

Esse sindicato era o Metasita, e estava solicitando dos Diretores da Usiminas uma reunião para que fosse atendida uma reclamação salarial, que de acordo com o Dr. Gil não se adequava à realidade da Usiminas, pois a reivindicação era pautada nos moldes da Acesita, que tinha seus funcionários num nível ainda não encontrado na Usiminas, razão pela qual a empresa sempre se contrapunha ao sugerido pelo sindicato. Diante das pressões que o sindicato vinha exercendo o Dr. Luis Verano disse ao Dr. Gil que atendesse às solicitações, houve uma reunião num dia de sábado, e a Usiminas fez sua proposta que foi aceita pelo sindicato (USIMINAS, 1987, p.10-20 – Depoimento de Gil Guatimozim).

Mas já era tarde demais, nem mesmo esse acordo foi suficiente para impedir a matança que estava por vir e, na noite do dia 06 de outubro, todo esse cenário de maus tratos e as diversas tensões entre a Polícia Militar da Usiminas, os seguranças da empresa, os trabalhadores e a população, de forma geral, se vê transformado numa explosão de ódio que marcou a história dessa cidade.

Seguindo uma rotina diária, às 22 horas deu-se por encerrado mais um turno de trabalho, com os operários se dirigindo para o portão de saída da empresa, onde do lado de fora já se encontravam os caminhões que os transportariam para os seus respectivos alojamentos, todavia, parte dessa rotina parecia não seguir, nesta noite, o seu decurso normal. Nesse dia o incidente que daria causa ao massacre foi provocado pela Vigilância da Usiminas. Na saída dos operários da Usina, um pequeno incidente foi registrado e a Vigilância da Usiminas chamou os soldados de cavalaria para espancarem os operários (A Verdade Impressa, 06 de out. 1962).

As informações são de que uma enorme fila foi formada na portaria e o tratamento dos vigilantes, naquela noite, teria sido mais desumano que antes, e que ninguém tinha o direito de sair antes que fossem revistados e que o leite servido para eles e não bebido não poderia

mais ser levado para a casa como antes, tendo os trabalhadores que jogá-los no latão de lixo da portaria. Porém:

Lá fora, os caminhões se movimentam para sair, e mesmo assim, os vigilantes impediam a saída dos trabalhadores, deixando que uma grande tensão começasse a tomar conta da massa de trabalhadores aglutinada na portaria. Um dos operários decide levar o leite de qualquer jeito, e passa a ser observado por um vigilante que ficava num canto da guarita, que sacando da arma dispara um tiro certo contra o litro de leite do trabalhador (PEREIRA, 1984, p.64).

Se a relação entre os vigilantes, a polícia e os operários já era tensa, é de se esperar que a atitude dos vigilantes naquela noite fizesse aflorar uma espécie de reação em massa, motivando aqueles trabalhadores ao enfrentamento direto, já que além da ira somava-se o fato de um tiro ter sido disparado contra um dos seus pares, ficando impossível para os vigilantes dominarem os operários, momento em que a Cavalaria Montada da Polícia Militar é chamada pelo chefe dos vigilantes.

Já relatamos que mesmo sob o regime capitalista, e em plena segunda metade do século XX, no Distrito de Ipatinga havia o emprego de mão-de-obra com característica de trabalho escravo, assim como um expressivo silêncio dos representantes públicos frente aos desmandos e autoritarismo dos vigilantes e da Polícia Militar dentro e fora dos canteiros de obras da Usiminas. Em outras palavras, existia um ambiente favorável às atitudes da Polícia Militar que, se antes já espalhava o pânico entre os cidadãos e operários, com o episódio acima citado sai num processo de captura, como se estivessem num contexto de guerra declarada. A Polícia chega ao alojamento com toque de cornetas, espancamento de pessoas e a cavalaria montada demonstra um grande desejo de enfrentamento (A Verdade Impressa, 06 de out. 1962).

Quando a Cavalaria chegou à portaria, vários operários já tinham saído e a maioria já estava no alojamento, deitados. O destacamento recebeu ordem para ir para o alojamento e, ao chegarem, os policiais começam a quebrar os dormitórios de Santa Mônica e prendem 120 trabalhadores que foram levados em caminhões cedidos pela Usiminas, presos no quartel de cavalaria, onde foram humilhados, pisoteados e alvo de urina dos soldados (A Verdade Impressa, 06 de out. 1962). Em seguida ao evento,

Os operários que ficaram no alojamento levaram para as ruas armários, guarda-roupas e outros móveis que pudessem servir de barricada, aqueles que possuíam armas se prepararam para o enfrentamento com a polícia.

Horas depois, após buscarem reforços, a cavalaria volta disposta a enfrentar a “guerra”, e depois de uma longa troca de tiros, os policiais reconhecem que suas

forças são insuficientes e recuam novamente. Enfurecidos, os soldados da cavalaria atacam diretamente um outro acampamento, o Chicago Blitz, acampamento de madeira coberto por zinco que tinha sido usado por empregados das empreiteiras. Os policiais quebraram portas, janelas, espancaram impiedosamente os operários que lá se encontravam.

Era uma fúria desenfreada, um desejo desenfreado de vingança, de tortura. Menos um operário que foi morto, os outros foram presos e arrastados gravemente feridos (PEREIRA, 1984, p.64-66).

O Dr. Gil Guatimozim esteve no quartel e teve conhecimento de tudo e nada fez para impedir esta humilhação por parte da Polícia. Os senhores Cavalcante e Moraes fugiram apavorados na manhã do dia, ficando escondidos em Antônio Dias, só aparecendo na Usiminas na manhã do dia 09. Esta mesma reação foi seguida por outros chefes da empresa, “que fugiram apavorados, pois também vinham fazendo misérias contra os pobres e indefesos peões, já que quando os peões reagiam eles mandavam a polícia meter o pau” (A Verdade Impressa, 06 de out. 1962).

Toda essa produção de fúria fora proporcionada por um grupo mal preparado que fazia a vigilância da Usiminas, que trocava favores com a Polícia Militar. A ilicitude desses atos já tinha chegado ao conhecimento do Governador do Estado e ao Presidente. Depois de serem submetidos a maus tratos, terem sido presos e libertados, já em alta madrugada, os operários se dirigiram para o alojamento Santa Mônica, onde relataram os acontecimentos do quartel aos demais companheiros. Esses já se encontravam reunidos na rua principal do acampamento e a cada relato a massa ficava cada vez mais inflamada (PEREIRA, 1984, p. 64).

Diante de todos esses acontecimentos, as reivindicações deixaram de ser apenas econômicas ou por melhores condições de moradia, mas pela retirada da polícia e a substituição do corpo de vigilância. Vários discursos foram feitos madrugada adentro, acompanhados de várias propostas e todos firmes numa só decisão: greve geral. Por volta das cinco horas da manhã do dia sete de outubro, os cerca de dois mil rapazes dos alojamentos Santa Mônica e Chicago foram postar-se em frente ao portão de entrada principal da Usiminas, perto da garagem. Ali eram explicados, a cada grupo de operários que vinha chegando para o trabalho, os acontecimentos da noite anterior (A Verdade Impressa, 06 de out. 1962).

Novamente a polícia entra em ação, gerando protesto por parte das pessoas que se acumulavam, já que era hora de início de um novo turno de trabalho. A intervenção do Padre Avelino não estava sendo suficiente para acalmar policiais e a massa operária. Foi pleiteada a

presença do Senhor Gil Guatimozim, para ver se colocava fim naquela situação que se tornava perigosa.

O tenente Jurandir Gomes de Carvalho ameaça atirar se a massa não entrar para o trabalho, como se nada tivesse acontecido na noite anterior. Disse ainda que tinha ordens de mandar seu pelotão abrir fogo, se necessário, para obrigar todos a entrar em serviço. O relatório da própria polícia dizia que a ordem era para atirar para cima e para baixo, como aviso.

Em protesto, a multidão começou a vaiar a polícia militar pelos seus atos desumanos. O Padre Avelino, vigário pacificador que tentava acalmar os ânimos, sugeriu que se buscassem membros da diretoria da Usiminas, inclusive o Dr. Gil Guatimozim que se encontrava no escritório da empresa, para que se pudesse dialogar. A resposta que tiveram era que a autoridade policial competente poderia fazer o que julgasse conveniente para os trabalhadores retornarem ao trabalho, ou pelo menos, deixassem a aglomeração, e que não se rebaixaria a conversar com grevistas (PEREIRA, 1984, p. 64-66).

Em meio a toda essa situação de conflito e de falta de trato com as palavras o senhor Gil Guatimozim, uma comissão de operários e o Capitão Robson Zamprogno, que no momento comandava a Cavalaria, se retiram para uma reunião, mas antes mesmo que a reunião acabasse o tenente Jurandir dá um sinal para os seus comandados e a tragédia acontece.

Conta-se que em meio ao corre-corre, esse comandante (capitão Robson Zamprogno) passou um papel para o tenente Jurandir, sendo que ninguém, a não ser eles, ficaram sabendo do conteúdo desse bilhete.

Mas, após um sinal do tenente Jurandir, os dezoito policiais subiram em cima da carroceria do caminhão onde já se encontrava uma metralhadora de tripé sendo domada por um soldado, e se prepararam para o ataque. O Padre Avelino tentou falar num palanque improvisado à beira da ferrovia, mas não conseguiu dizer muita coisa, percebendo que os policiais se colocavam em posição de ataque, sob as ordens do tenente Jurandir.

Começa o tiroteio e o Padre Avelino ainda conseguira pedir que todos se abajassem entre os trilhos da ferrovia para evitarem o alcance das balas, mas foi ouvido o apito do trem que fazia o trajeto Nova Era à Vitória no Espírito Santo, e os policiais apontaram as armas para os corpos dos operários que tentavam agora se proteger em outro lugar (PEREIRA, 1984, p. 64-66).

Foram quase vinte minutos de tiroteio até a retirada dos policiais, que pelo caminho ainda metralharam uma garotinha, Eliane Martins, de três anos de idade, que estava nos braços de sua mãe Antonieta Martins. Até mesmo a ambulância da Usiminas que socorria os feridos foi metralhada, deixando um saldo parcial de trinta e três trabalhadores mortos. Posteriormente, entre os hospitais de Coronel Fabriciano, Acesita, Antônio Dias, Nova Era e Governador Valadares, foram contabilizados aproximadamente cem mortos pela chacina.

Há uma reportagem no Jornal Em Tempo de 1978, onde um funcionário da Usiminas, o qual pedia anonimato disse que o tenente Jurandir fora preciso ao dizer em público que recebeu ordens diretas do Dr. Gil Guatimozim e do Governador Magalhães Pinto para abrir fogo caso os operários não evacuassem o local. Assim, ele o fez.

Após a fuga, a polícia entrincheirou-se nos morros ao redor da cidade, com medo da reação dos operários, só se entregando à prisão à noite, viajando para Belo Horizonte pela madrugada, quando foram recolhidos aos quartéis da polícia militar (PEREIRA, 1984, p.64-66).

Tornou-se crescente entre a população do Distrito um clima de hostilidade em relação à Polícia Militar, por isso o Tenente Jurandir recolheu para o destacamento dos seus soldados, fato que forçou o prefeito Cyro Poglialli e o Senhor Gil Guatimozim a reivindicar o retorno dos policiais às ruas. Em contraposição, os moradores do alojamento do Santa Mônica rumaram para a delegacia, soltaram as pessoas que se encontravam presas, colocaram fogo no prédio, cortaram a energia elétrica e se prepararam para incendiar o restaurante terceirizado pela Usiminas, “O Rei do Salgado”, e o armazém da A. B. Cavalcante (FJP, 1987, p.29 – Depoimento de Raimundo Anício Alves).

Percebendo o que estava por acontecer o Sr. Raimundo Anício pegou sua rural e fora até a delegacia comunicar o fato ao tenente Jurandir, o qual num jeep da Usiminas chamara os doze soldados de plantão. Quando chegaram à Rua do Comércio havia mais ou menos cem homens, os policiais começaram a bater os fuzis no chão, fazendo barulho e com isso conseguiram dispersar todo mundo, conseguindo evitar os outros incêndios (FJP, 1987, p. 29 – Depoimento de Raimundo Anício Alves).

Novamente os operários reagem, e ao passarem pelo caminhão que conduzia alimentação para os soldados, começaram a chamá-lo de “caminhão assassino”. Eles o tombaram e o incendiaram. Além desse fato, é importante ressaltar que foi esse caminhão que havia servido, na véspera, para transportar os soldados que metralharam as pessoas.

Não havia jeito de fornecer alimentação aos soldados e o tenente Jurandir relatou ao Sr. Raimundo Anício que iria recolher o pessoal, porque não conseguiria continuar daquele jeito. Os operários ameaçavam que se alguém fornecesse comida aos militares, eles colocariam fogo no estabelecimento. Nesse ínterim, o Sr. Raimundo Anício, na condição de vereador, combinara com o Rei do Salgado o fornecimento da alimentação, que seria feito com o acompanhamento da polícia militar, que já contava com vinte soldados, e posteriormente com o tenente Xavier, substituto do tenente Jurandir (FJP, 1987, p. 29 – Depoimento de Raimundo Anício Alves).

Desde que chegou, esse novo tenente vem prendendo muita gente, incluindo vários operários da usina, fichou alguns investigadores na Usiminas, e passou a divulgar a presença de um arsenal muito grande no alojamento do bairro Santa Mônica, dando para lotar uma caminhonete de armas que foram mandadas para Belo Horizonte (FJP, 1987, p.29 - Depoimento de Rimundo Anício Alves).

Então, depois de todos esses eventos de caos em que se configuraram as relações sociais, políticas e trabalhistas a Usiminas, o Sindicato e os governantes firmaram o primeiro acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano. Nesse acordo se pôs fim ao movimento de greve. A Usiminas se comprometia a rever o seu quadro de vigilantes, organizando-o segundo os exemplos de outras grandes empresas como a Petrobrás, admitindo para a função pessoas com idoneidade moral e elevado grau de escolaridade. “Ficou também definido que a Empresa se comprometia a realizar inquérito administrativo por uma comissão da qual faça parte três representantes dos funcionários, indicados pelo Sindicato” (A Verdade Impressa, 16 out. 1963).

Ficou acordado, também, que a política salarial atenderia ao mercado de trabalho e respeitaria os princípios da igualdade na remuneração para funções idênticas. O acordo estabelecia, ainda, que seria exercido humanamente o controle de entrada (sic) e saída dos funcionários da usina, e que, entre representantes da empresa e do sindicato, promover-se-iam entendimentos relacionados à alimentação, moradia, transporte e a construção da sede do Sindicato. Dessa forma, foi estabelecido que a empresa não usaria de represália contra qualquer funcionário que tenha participado direta ou indiretamente do movimento. A Usiminas se responsabilizara também pela assistência às famílias enlutadas e aos feridos do movimento do dia sete de outubro (A Verdade Impressa, 16 out. 1963).

O acordo foi feito. Usiminas e Sindicato passam a conversar, mas o crescimento da região e a conseqüente construção da Usiminas registram um preço muito alto para aqueles que lá buscaram a oportunidade de transformação de suas vidas. Os relatos dão conta dos tipos de relações que eram travados naquele ambiente. Em geral, todos os operários chamados a depor relatavam as arbitrariedades e barbaridades cotidianas da vida no lugar, mas a condução do inquérito sempre direcionava as questões para o acontecimento em si, não permitindo que as testemunhas alongassem em detalhes de suas vivências anteriores (SOUZA(a), s/d, p.8).

Dessa forma, entendemos que o evento do dia 07 de outubro de 1963 foi, sim, um triste episódio que ceifou a vida de trabalhadores, uma criança e outros cidadãos que não tinham relação direta com a empresa. Todavia, não podemos deixar de expressar que aquela noite representou um somatório de várias outras formas de desrespeito à população do distrito de Ipatinga, de uma grande passividade dos órgãos representativos às atrocidades da Usiminas no contexto do dia-a-dia de uma massa de pessoas que não tinham o reconhecimento do mínimo que necessitavam, diante do grande empreendimento que ajudavam a construir.

Mas por ora, de forma geral, as marcas e as tensões que o massacre deixou, afetaram diretamente todas as multiterritorialidades que temos trabalhado até o momento. Elas se redimensionam, e, por influência direta, causam uma reestruturação nas redes de poder local, tanto no nível regional como nacional, pois a exposição aos verdadeiros motivos dos conflitos entre os estabelecidos e os *outsiders* modificaram as relações que equilibravam os Poderes entre Usiminas, prefeitura, Estado, União e a AAI.

Todo esse cenário, produziu um plano histórico de estratégias entre a detenção do poder e seus consequentes revezamentos, ou seja:

Muitas questões diferentes podem expor às claras as tensões e conflitos entre estabelecidos e outsiders. No fundo, porém, todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder; como tal, podem ir desde os cabos-de-guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pelas mudanças do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder e as desigualdades que lhes são concomitantes. Seja qual for o caso, os grupos outsiders (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, no passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais (ELIAS, 2000, p.37).

Porém, se podemos tirar algo de positivo de todo esse evento, é que a Usiminas e o distrito tinham uma nova realidade diante dos propósitos dos emancipacionistas que desejavam a autonomia em relação aos comandos de Coronel Fabriciano, como consta no item seguinte.

4.5 REESTRUTURAÇÃO DAS REDES DE PODER: ENFIM, A EMANCIPAÇÃO

Os emancipacionistas, por via da AAI e com intenso trabalho reuniram o farto material que necessitavam para formar o processo de emancipação que, novamente estruturado, foi encaminhado para o Departamento de Assistência aos Municípios em Belo Horizonte, com o qual foi mantido um constante relacionamento. Muitas foram as viagens à capital para acompanhar o processo que desta vez a Associação entregou a sua guarda ao Deputado Estadual Geraldo Quintão. Este fora bem votado na região e assumiu publicamente o compromisso de ajudar a AAI no processo de emancipação de Ipatinga (RUEDA & NAHAS JUNIOR, 1991, p.27-31).

Estrategicamente, a AAI adiciona uma blindagem aos seus propósitos. Assim, se antes o poder econômico e comercial dos líderes emancipacionistas no território do distrito de Ipatinga era representativo, agora se torna mais forte, já que conta com o senhor Raimundo Anício na condição de vereador e presidente da Câmara, além do prestígio político do senhor Geraldo Quintão.

Sobre o Senhor Geraldo Quintão, temos:

Filho de Jaguaraçu, notabilizou-se, primeiro, no desempenho da advocacia, profissão pela qual se apaixonara ainda moço, como instrumento de luta pela dignidade, pela justiça e pela cidadania a que todo ser humano tem direito. Advogado de reconhecidos méritos, granjeou a confiança da sociedade pela sabedoria, correção e pelo desinteresse pessoal com que sempre abrilhantou as ciências jurídicas.

Aos 55 anos de idade, sente manifestar-se o interesse pela política, gosto pela militância partidária, o apelo das urnas, a sedução do voto. Conscientizou-se de que, eleito, continuaria a lutar pelos valores a que dera o melhor de si como advogado, fazendo ecoar uma voz determinada e vibrante, em favor do progresso de Minas Gerais e do desenvolvimento do povo mineiro.

Com a vitória na primeira eleição que disputaria para vereador, se elege para o primeiro dos três mandatos subsequentes que cumpriria, de 1963 a 1975, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Geraldo Quintão era um hábil articulador, um inteligente conciliador, daqueles políticos com o talento incomum para resolver discórdias e somar forças, e como Deputado Estadual, fez-se homem de confiança do então Governador Magalhães Pinto, o que lhe permitiu exercer uma histórica liderança em prol do Vale do Aço.

Geraldo Quintão batalhou pela prosperidade socioeconômica da importante região mineira que representava. A ele se deve a garantia dos recursos que possibilitaram a construção de escolas, de estradas e de pontes, instrumentos de que o Vale do Aço

carecia para desenvolver o grande potencial que sempre tivera (VASCONCELLOS, CÂMARA DOS DEPUTADOS, SESSÃO 041453, mar. 2010).

Uma grande meta é alcançada, a AAI se territorializa na Câmara dos Vereadores e dos Deputados. Agora seus anseios, necessidades, visões e sentidos serão vistos e ouvidos, pois passa a ter foro de voz e mais representação política. Inicia-se a fase em que novas relações sociais e de Poderes são reconstruídos, tornando-se necessária uma nova articulação diante dos novos e múltiplos territórios, e, conseqüentemente das novas redes às quais passa a ter acesso. Neste sentido, a inserção da AAI nessas novas redes de circulação e de comunicação lhe faculta um trânsito mais amplo no espaço onde antes se dava a manutenção e reprodução do poder da classe estabelecida, num novo processo de redimensionamento das territorialidades cotidianas desse grupo.

Enfim, a AAI se vê dentro de um novo movimento de articulação e interação, já que aquele que detém o controle das redes tem o poder, daí a necessidade de estabelecer um certo controle sobre este novo espaço, sobretudo, para adquirir mais amplitude de convivência nessas novas redes, pois nos é dado que as referências espaço-simbólicas dos sujeitos aí inseridos não se constroem somente pelo enraizamento e estabilidade, mas também pela mobilidade, e essas redes configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante das classes estabelecidas (HAESBAERT, 2004, p.279).

Diante desse novo cenário e territorialização o senhor Raimundo Anício informa que Geraldo Quintão, mesmo sem ser do partido de Magalhães Pinto, o apoiaria em seus projetos se ele emancipasse Ipatinga, Bela Vista de Minas, João Monlevade e Timóteo, providenciando em sua base eleitoral a união de várias comissões em prol do Governador (RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1991, n. 2, p.30).

Ganhando a simpatia do Governador, o Deputado traz alívio aos membros da AAI, dizendo a eles que a emancipação sairá desta vez, pois não tem feito segredo do seu voto favorável à emancipação, e com isso tem conseguido um grande número de colegas na Assembleia também favoráveis. Diz ainda que os projetos de emancipações serão votados no dia 15 de agosto (A Verdade Impressa, 28 de jul. 1963).

Porém, houve sucessivos adiamentos de revisão dos processos marcados para o dia 15 de agosto. Em dezembro de 1963, tem-se notícias de mais um adiamento de 90 dias, contados

a partir da reabertura dos trabalhos legislativos no próximo ano, por iniciativa do Deputado Geraldo Grossi. Tal adiamento foi possível por causa de modificações recentes introduzidas na Constituição Estadual, facultando-lhe uma nova organização judiciária em matéria intimamente ligada à revisão administrativa, o que possibilitava aos Deputados um exame mais minucioso dos projetos (A Verdade Impressa, 08 dez. 1963).

Pouco acima, defendemos a ideia de que as multiterritorialidades, principalmente, no plano regional se redimensionaram face à exposição dos conflitos que se estruturam no distrito de Ipatinga, e que tomaram vulto nos noticiários diversos depois da deflagração do massacre já referenciado. Este evento aconteceu no dia 07 de outubro de 1963, e, como em dezembro de 1963 nos deparamos com outro adiamento, Geraldo Quintão redimensiona os comandos na AAI. Frente a esta nova organização judiciária, em relação aos novos processos emancipacionistas, e ao clima de tensão e tristeza que ainda pairava na Região, Geraldo Quintão orienta ao senhor Raimundo Anício, que na posição de vereador articulasse o apoio da Câmara, defendendo que isso facilitaria os encaminhamentos em Belo Horizonte. Nesse sentido, negociações entre bancadas rivais tiveram que ser arquitetadas, e principalmente entre os vereadores dos dois distritos, uns apoiando os outros para conseguirem nesta revisão administrativa a dupla emancipação de Ipatinga e Timóteo. Votaram a favor da emancipação, no ano de 1962, os vereadores Raimundo Anício Alves, Antônio José de Almeida, do PR, mas seguia as orientações da UDN, João Anatólio Barbosa, Wellington Martins, Maurício Barros, Antônio Silva, José Cícero de Lima e Joaquim de Assis Torres. Os votos contrários teriam sido de Geraldo Moraes, Paulo Almir Antunes, Amilar Pinto de Lima e Cezinha (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 07).

Em outras palavras, dos doze vereadores Raimundo Anício recebe oito votos a favor e quatro votos contra a emancipação dos dois Distritos, provocando uma forte neutralização da sede em relação aos anseios de Timóteo e Ipatinga. Impõe-se uma nova ordem em substituição à antiga. É uma nova realidade. Agora o distrito de Ipatinga, politicamente comandado pelos emancipacionistas da AAI, apresenta-se representado em meio às redes que antes caracterizavam o poder da sede.

Acabamos de ver que o Poder não é estático, muda de posições dependendo de como os fluxos passam a se destinar nas redes, e estas, por definição, são móveis dentro de um quadro espaço-temporal. Elas também se mostram inacabadas e se adaptam às variações do

espaço e do tempo, num sistema de fluxos e de circulação. Desse ponto de vista, tais redes estão em perpétua transformação (RAFFETIN, 1993, p.207).

Portanto, se regionalmente Coronel Fabriciano foi neutralizado como dissemos, ainda existia um longo caminho a percorrer, e, segundo os princípios de Raffestin (1993), acima citado, os fluxos e a mobilidade em relação ao Governador precisavam, ainda, de muitas negociações de ordem política e social. Geraldo Quintão sabia de tais dificuldades, pois instruiu aos membros da AAI, que um dos grandes motivos que levou Magalhães Pinto a vetar a emancipação de Ipatinga e Timóteo foi de ordem militar. Segundo ele, havia uma efervescência muito grande na região e uma grande influência militar nas indústrias, mais precisamente em João Monlevade, Timóteo e Ipatinga. Geraldo Quintão fala que Magalhães Pinto seguiu a orientação e que, segundo os militares, a criação desses novos municípios poderiam prejudicar a Revolução (LENIRA RUEDA; NAHAS JR., 1991, n. 1, p.34). Todavia, vemos que a unidade dos distritos de Ipatinga e Timóteo a Coronel Fabriciano foi mantida, coincidentemente ou não até o momento da efetivação do Golpe Militar, efetivando-se as emancipações vinte e nove dias depois.

Sobre a participação dos militares na Usiminas, não temos dúvida, basta reler as várias citações sobre essa realidade no capítulo anterior, e, em relação ao Golpe Militar, não podemos nos esquecer que nos anos de 1962 a 1964 havia uma trama arquitetada para derrubar João Goulart¹². Por isso articulações e conversas sobre a emancipação com o Governo do Estado não eram fáceis. Porém, Geraldo Quintão consegue uma abertura do Governador para defender o processo de emancipação tanto de Ipatinga como de Timóteo. Seu argumento era o de que se não emancipasse esses lugares o PTB voltaria a ficar forte e desta vez dono da região, sem dizer que este partido era hostil ao Golpe Militar que já se articulava e o melhor meio de combatê-lo era dividir os três lugarejos. Dividindo o município dividiria o poder do PTB (LENIRA RUEDA; NAHAS JR., 1991, n. 1, p.34).

Como Geraldo Quintão não era do partido do Governador, Magalhães Pinto expressa preocupação sobre o poder que o deputado arrebataria na região se a emancipação viesse a ocorrer. Em resposta, Geraldo Quintão o tranquiliza dizendo que era um idealista, e que com a emancipação resolveria um problema de consciência e de retribuição ao povo dos dois

¹² Sobre o Governo João Goulart, a HISTORIADORA Marieta de Moraes Ferreira afirma que “o governo Jango foi, assim, um governo sitiado. Não só por inimigos políticos internos – a coalizão conservadora que não aceitava as reformas sociais que poderiam mudar a face do nosso capitalismo excludente e desigual) FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. Entre a Memória e a História. São Paulo: FGV: 2006, p. 104.

distritos. Quintão assumiria com a população ipatinguense a responsabilidade pela luta emancipacionista dos municípios, deixando para o Governador os créditos pela separação. Somente depois dessas arestas acertadas é que o Governador o libera para trabalhar em prol da emancipação dos distritos de Ipatinga e Timóteo (LENIRA RUEDA; NAHAS JR., 1991, n. 1, p.34).

Embora as fontes não tragam informações precisas sobre esse acordo firmado entre Magalhães Pinto e Geraldo Quintão, sabemos que Geraldo Quintão era de Jaquaraçu, uma daquelas cidades contempladas pelo Governador para receber uma escola estadual de ensino fundamental, e não podemos deixar de falar na expressiva quantidade de votos que levou o Deputado a um lugar de honra entre os mais votados do Estado de Minas Gerais.

Se o veto à emancipação de Ipatinga havia sido apostado nos últimos dias de 1962, Geraldo Quintão e a AAI só tiveram onze meses, graças às prorrogações nas datas dos processos administrativos, para articular e providenciar as documentações necessárias pró-emancipação. Tudo tendo que ser preparado, como descrito no capítulo anterior, num tempo de muita agitação em Ipatinga, com a Usiminas prosseguindo seus trabalhos a todo vapor, e, por isso mesmo, sem a emancipação a situação política e social da região exigia tomada de posições e melhoria das condições de vida.

Tanto que na noite do dia 06 do mês de outubro, o massacre ocorrido entre empregados da Usiminas e de muitas empreiteiras, que causou a morte de centenas de pessoas, havia comprovado isso, e poucos meses após, em março de 1964, o país é surpreendido com o golpe militar que depôs João Goulart, e Castelo Branco é ascendido ao alto posto de Presidente do Brasil.

Porém, em meio a essa convulsão social o senhor José Carvalho fala de um plano que foi definitivo para mudar a posição política de Magalhães Pinto em relação ao veto da emancipação de Ipatinga. Em seu relato ele diz: “Jazi Lacerda conseguiu provar que o Prefeito de Coronel Fabriciano, que prometia apoio político ao Governador, na verdade, fazia campanha para Carlos Lacerda, ferrenho adversário de Magalhães Pinto” (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 08). O fato é que o senhor Carlos Lacerda havia sido convidado pelos diretores da Siderúrgica Acesita, no distrito de Timóteo, para fazer uma visita às suas instalações, e nesse ínterim, ele foi fotografado abraçando o Prefeito de Coronel Fabriciano, e de acordo com José Carvalho, Jazi Lacerda mostrou essa foto ao Governador,

dizendo: “Veja a quem o senhor está dando apoio.” (PINTO; ANDRADE; OLIVEIRA, 1984, p. 07). As fontes selecionadas não remetem diretamente a esse episódio, mas o fato é que em 29 de abril Ipatinga é emancipada, coincidentemente 29 nove dias depois do Golpe de 1964 que depôs da Presidência da República o senhor João Goulart, em favor de Castelo Branco.

Porém, com o golpe militar de 1964 o prefeito de Ipatinga não podia ser eleito, e com isso várias pessoas queriam ser indicadas. O Governador convidou o Senhor Raimundo Anício, que por receio de desagradar muita gente, não aceitou o encargo de interventor do Governo na Prefeitura de Ipatinga. Magalhães Pinto nomeia, então, Délio Baeta, pessoa sem relações anteriores com a Usiminas, e ao chegar à cidade de Ipatinga, inicialmente fixou residência num hotel da Usiminas e como ainda não havia prefeitura, Raimundo Anício prontamente lhe cedeu um antigo salão de sinuca para que os trabalhos iniciais pudessem acontecer, até que posteriormente José Carvalho disponibiliza uma de suas casas. É a partir desse momento que Délio Baeta inicia propriamente a organização da cidade (LENIRA RUEDA; NAHAS JR., 1991, n. 1, p.27).

No período imediatamente após a emancipação iniciam-se os preparativos para o primeiro pleito eleitoral. A primeira eleição para prefeito de Ipatinga ocorre em 1965, e pela UDN concorre Jamil Selim de Sales, filho do senhor Selim que, como citado, tornou-se proprietário das terras da família de D. Bizuca, de onde saiu o primeiro bairro de Ipatinga, o Canaã. Jamil concorre com Fernando Coura, do PDS, que é funcionário da Usiminas, o que com certeza pesou muito a favor da UDN, levando Jamil à vitória.

O processo de emancipação chegou ao fim e revelou não só um redimensionamento de múltiplas territorialidades mas também um processo de reterritorialização, ocorrido via AAI e suas novas redes, cuja marca fundamental foi a eleição do primeiro prefeito. Esse processo possibilitou que as relações de poder, antes estabelecidas no Arraial de Ipatinga (que se enfraqueceram substancialmente com a anexação deste território a Coronel Fabriciano) se reconstituísse através das novas articulações com os múltiplos-territórios aos quais a sede não demonstrou condições operativas ou competência administrativa frente às ações da AAI, que se utilizou dos mesmos métodos que Coronel Fabriciano usou quando este arquitetou o seu processo de emancipação.

De forma comparativa, os emancipacionistas de Coronel Fabriciano também formaram uma comissão muito forte e tinham como líder o senhor Rubem Siqueira Maia. Este logo

buscou apoio de pessoas bem relacionadas com a Cia. Belgo Mineira e funcionários da Cia. Acesita, assim como o apoio de industriais e comerciantes da região, Juízes de paz, e até um Padre. Destacamos que Coronel Fabriciano também sofreu uma negativa do seu processo, mas se reestruturaram politicamente com o apoio do então Deputado Tancredo Neves, que os orientou na reformulação do extenso memorial. Em 25 de fevereiro de 1948 a proposta foi enviada à Assembleia e em 27 de dezembro de 1948 a comissão recebeu do Governador Milton Campos o direito à emancipação.

No caso de Ipatinga, uma vez finalizada a missão emancipatória a AAI é dissolvida. As relações sociais, políticas e empresariais em Ipatinga tendem a um curso sem os comandos de Coronel Fabriciano. Nesse sentido, Jair Gonçalves, que era proprietário de uma das maiores extensões de terra de Ipatinga, promove um grande loteamento transformando-as num dos principais bairros da cidade, o bairro Cidade Nobre. Com o crescimento do comércio, Raimundo Anício, José Carvalho, João Lamego e Walter Sales, além de terem sido membros diretores da AAI e do fato de serem empresários muito bem sucedidos na região, construíram a Associação Comercial local, e, de acordo com José Carvalho, a principal função dessa nova Associação Comercial era defender os interesses dos comerciantes e participar da administração pública através de sugestões.

Foram também os senhores Walter Sales e José Carvalho da AAI, que fundaram a primeira companhia telefônica de Ipatinga. Após a emancipação, instalou-se na cidade uma agência do Banco Nacional, que era de propriedade do Governador Magalhães Pinto. Voltando à questão dos grandes proprietários de terras, a Cia. Belgo Mineira teve suas terras desapropriadas, e o senhor Selim seguiu o mesmo exemplo de Jair Gonçalves que, ao lotear suas terras, dá origem ao bairro Iguaçu, um dos mais importantes polos comerciais da cidade.

Por outro lado, na mesma medida em que a Usiminas consolidava o seu setor produtivo e comercial, criava paralelamente toda uma complexa rede de saúde, escolas, clubes recreativos e empréstimos por comodato de terras e propriedades para as mais diversas entidades sociais. Tal procedimento provocou um forte sentimento de dependência social nos cidadãos, o que por derivação levava consigo o Poder Político, já que em nenhum momento a prefeitura e a Usiminas estiveram em sentido contrário no que tange às decisões e aplicações políticas em Ipatinga.

O anteprojeto de urbanização de Ipatinga foi feito pela Usiminas e tinha Moacir Lott, funcionário da Usiminas, como responsável pelos serviços de agrimensura e topografia. A maioria das terras era da Cia. Belgo Mineira e foram desapropriadas, ficando as fazendas dos Selim de Sales e de Jair Gonçalves, que depois de loteadas deram origem a dois dos mais importantes bairros de Ipatinga, respectivamente o Bairro Cidade Nobre e o Iguaçú.

5 CONCLUSÃO

A pergunta central que nos direcionou até aqui foi: Como se deu a formação histórica do território de Ipatinga e quais elementos contribuíram para a sua emancipação? Hoje, quando voltamos o nosso olhar para as fontes que utilizamos, exceto os dois jornais, podemos dizer o quanto fomos tentados a acreditar que a formação histórica do território de Ipatinga tem início com a chegada da Usiminas, fato que não se sustenta. Embora tenhamos, por diversas vezes, encontrado informações de que o arraial de Ipatinga tinha um pequeno povoado com pouco mais de trezentas casas, sem nenhuma estrutura de conforto urbano e saneamentos básicos, vimos que as fontes, primeiramente, remetiam para a direção de uma dependência desse grupo social de algum grande empreendimento industrial, como foi o caso da hidroelétrica em Salto Grande, a Belgo Mineira e a Acesita, e, por último, a Usiminas.

Quase nada foi encontrado nessas fontes que relacionavam esse pequeno povoado a questões como costumes, formação social e a relação com os vizinhos de Barra Alegre. Convivemos, também, com uma quase total ausência de nomes. Era como se antes do processo de elevação de vila a distrito, com os personagens que se destacaram, os outros cidadãos não existissem. Essa situação foi tão incômoda que ao tratarmos da anexação dos distritos de Ipatinga e Barra Alegre ao município de Coronel Fabriciano, chegamos a questionar sobre a falta de registros de algum movimento, por menor que fosse, contrário às manobras do senhor Coronel Fabriciano para que a anexação acontecesse e Coronel Frabriciano se tornasse cidade.

Diante desse quadro foi que surgiu a necessidade de voltarmos à formação inicial do território desde a sua fase de pertencimento a Antônio Dias. Embora não fosse nosso objeto, e, limitados pelo recorte temporal, tivemos o cuidado de marcar os movimentos territoriais como um *continuum* entre o funcional e o simbólico, concomitantemente aos múltiplos territórios aos quais pertenceram tanto os que não tiveram vez, nomes e voz no processo de emancipação que estudamos, quanto os que destacamos pelas suas atitudes de comando nos processos de emancipação de Coronel Fabriciano e depois de Ipatinga.

Na vivência desses diversos territórios, os elementos que contribuíram para a emancipação de Ipatinga configuraram suas bases de territorialidades. Essas bases tiveram dois grandes eventos de tangenciamento, ou seja, a anexação a Coronel Fabriciano e, logo a

seguir, a edificação do complexo siderúrgico Usiminas, pois, como pudemos constatar ao longo do nosso trabalho, esses eventos provocaram uma forte descontinuidade na vida de todas as pessoas que viviam no território de Ipatinga.

Esses dois eventos trazem consigo poderes, e com eles a multiterritorialidade de suas redes, cujos fluxos mudam o status dos estabelecidos do território de Ipatinga para outsiders, pois, embora mantidos no mesmo território, a dinâmica do poder passa a responder aos interesses das territorialidades da Usiminas que se estendem desde uma dimensão regional, segundo os poderes e interesses dos diretores que aqui se estabeleceram, até o alto nível de comando representado pelos governos federal, estadual e municipal, sendo que frente ao governo municipal esse redirecionamento de territorialidade se tornou mais sensível, visto que não era velada a falta de respostas do poder público às demandas de direitos básicos reivindicados por essa população.

Isso posto, o conjunto dos referenciais usados ilustraram um gradativo sentimento de descontentamento pelas condições concretas e funcionais que passaram a dominar a vida daquelas pessoas, sujeitando-os a concepções subjetivas e cultural-simbólicas que lhes eram estranhas. Porém, enquanto *continuum*, dentro dessa multiplicidade de poderes nasce um movimento de resistência e redimensionamento de antigos territórios, formando novas bases políticas e sociais locais, regionais e até estaduais representadas pelas redes da AAI, criada com o propósito de emancipar o distrito de Ipatinga.

A princípio, esse movimento se desenvolve à revelia da Usiminas que não se declarava nem contra nem a favor, mas não negava aos emancipacionistas recursos que às vezes necessitavam. Chamou-nos a atenção o fato desse movimento ter sido estruturado sob os mesmos critérios utilizados pela sede, quando esta pleiteou sua emancipação do município de Antônio Dias no que diz respeito à estruturação dos fluxos e mobilidades das redes criadas e/ou simplesmente redimensionadas.

Contudo, em meio a essa trajetória outros dois eventos de grande significância se interconectaram ao processo de emancipação conduzido pela AAI. O primeiro é o massacre que vitimou centenas de operários e cidadãos comuns no território de Ipatinga. O segundo foi o Golpe Militar de 1964. Todavia, diante das duas negativas do governador a emancipação de Ipatinga, e depois de tudo o que discorreremos sobre esse processo, ainda não podemos afirmar

que sem a presença do massacre e do golpe de 64, as redes que sustentaram os ideias emancipacionista teria alcançado o aval de Magalhães Pinto.

Depois de todas as análises que registramos, temos a clareza de que, decorridos quatro anos, a Usiminas estava prestes a iniciar a sua linha de produção. O massacre deixou uma viva, latente e profunda ferida aberta, que dificilmente seria curada. E o Golpe Militar de 1964 impôs uma nova dinâmica de interesses e participação do governo de Magalhães Pinto e do governo federal na região, sem falar da grande importância da AAI no processo de emancipação do município.

Mas, sob o regime militar e a necessidade de apagar da memória o massacre acontecido, a emancipação pode ter assumido um papel de moeda de troca, já que o próprio Deputado Geraldo Quintão teria convencido Magalhães Pinto de que a emancipação era uma questão de consciência e de retribuição ao povo dos dois distritos, e que deixaria para o governador os créditos da separação, como está exposto, pouco atrás, na citação de Lenira Rueda e Nahas Jr.

Sobre isto, sugerimos que outros pesquisadores trilhem pelo caminho da investigação e da comparação dos registros históricos, de qualquer natureza que sejam, visto que a emancipação de Ipatinga tenha sido um processo complexo, ainda pouco estudado, e restarem lacunas a serem esclarecidas. Nesse sentido, não se pode deixar de lado a grande contribuição dos jornais e revistas locais e regionais, além dos depoimentos dos que viveram ou testemunharam os fatos acontecidos.

Para nós, fica a riqueza deste estudo e o reconhecimento de que o esforço da pesquisa nos tenha trazido um melhor dimensionamento das implicações políticas e sociais dos processos narrados, principalmente por estarem articulados com a configuração de inúmeras territorialidades historicamente importantes e em contínua transformação.

REFERÊNCIAS

FONTES

BENEDITO JR, Fernando. As cidades da região nas primeiras décadas. In: **Vale do Aço 2000**. Ipatinga: Diário do Aço, 1999.

BENEDITO JR., Fernando. A cidade de Ipatinga. In: **Ipatinga: a cidade em pauta**. Ipatinga: Câmara Municipal de Ipatinga, 2005.

FJP – Fundação João Pinheiro: **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1986. Depoimento de Lucas Lopes.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Belo Horizonte, 10 mar. 1987. Depoim. por Luiz Verano.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Ipatinga, 10 out. 1987. A COMUNIDADE. Depoim. por Raimundo Anício Alves.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Belo Horizonte, 10 fev. 1987. A CRIAÇÃO DA USIMINAS. Depoim. por Gabriel A. Janot Pacheco.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Belo Horizonte, 06 abr. 1987. A IDEALIZAÇÃO. Depoim. por Jayme de Andrade Peconick.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1987. A IMPLANTAÇÃO. Depoim. por Gil Guatimosim Júnior.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Brasília, 06 jun. 1988. A ORGANIZAÇÃO. Depoim. por Maurício de Mello.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Brasília, 13 mai. 1987. A REALIZAÇÃO. Depoim. por Amaro Lanari Júnior.

_____. **Projeto Usiminas 25 ANOS**, Belo Horizonte, p. 1-24, 22 abr. 1987. O SÓCIO JAPONÊS – Depoim. por Hirokazu Kato.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FERREIRA, Jurandir Pires). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XXXIV, Minas Gerais. Belo Horizonte: IBGE, 1959.

Jornal CANAÃ. Coronel Fabriciano, ano 4, 26 ago. 1962, n. 91.

_____. Coronel Fabriciano, ano 4, 08 ago. 1962, n. 89.

_____. Coronel Fabriciano, ano 4, 11 nov. 1962, n. 99.

Jornal Verdade Impressa. Coronel Fabriciano, ano 1, ago. 1962.

_____. Coronel Fabriciano, ano II, n. 25, 10 ago. 1963.

_____. Coronel Fabriciano, ano II, n. 34, 20 fev. 1964.

_____. Coronel Fabriciano, ano II, n. 40, 20 fev. 1964.

MEMORIAL – CRIAÇÃO DA COMARCA DE IPATINGA. Publicação da Câmara Municipal de Ipatinga. **Ipatinga: A Cidade em Pauta**. 1986

PINTO, Luiz Carlos; ANDRADE, Alencar Linhares; OLIVEIRA, Wilton Rodrigues de. Título do Artigo. In: **Ipatinga – Ano 20**. Ipatinga: Diário do Aço, 1984.

RUEDA, Lenira & NAHAS Júnior, Antônio (coord). **Homens em série. A história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. v.1, Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991.

VASCONCELLOS, José Santana. **Pronunciamento do discurso sobre o Dep. Geraldo Quintão**. Câmara dos Deputados de Minas Gerais: Sessão – 041453, 16 de março de 2010.

ARTIGOS, MONOGRAFIAS E DISSERTAÇÕES

A Escola de Minas de Ouro Preto. 1876-1966. Ouro Preto: Imprensa da Escola de Minas de Ouro Preto, 1966.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo – mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia/USP**, v. 16, n. 2, nov. 2004.

Antônio Dias 1706-2008. **300 anos de História: O Vale do Aço começa aqui**. Disponível em: <www.integradias.com.br/antonioidias>. Acesso em: 17 ago. 2008.

BARBOSA, Lidiany Silva; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Engenheiros Mineiros na era Vargas: uma contribuição sobre a atuação do corpo técnico, as políticas públicas e o processo de desenvolvimento regional de Minas Gerais**. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A069.pdf Acessado em: 02 dez. 2010.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Desenvolvimento econômico e pensamento desenvolvimentista: O caso de Minas Gerais (1933-1968)**. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

COSTA, Renato Agostinho. **A formação do núcleo urbano de Ipatinga: ocupação do espaço e seus reflexos no uso do solo**. Dissertação. (Mestrado em meio ambiente e sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, 2007.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1960)**. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/9.1/d7.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

_____; GOUVEIA, Patrícia. **Desejo de modernidade e vontade de poder: o sonho desenvolvimentista e o projeto de criação da cidade-indústria de Ipatinga**. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/URB/URB-5-JESUS-CHRYSOSTOMO.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

DULCI, Otávio Soares. Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.50, São Paulo, out. 2002.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **Controle do Tempo: a percepção dos atores gerenciais da Unsiminas S.A.** (Dissertação Mestrado) Curso de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GOMES, João Carlos. **O Estado e o Chão-de-Fábrica: a identidade operária na siderurgia brasileira**. PUC – SP, Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra26/siderurgicas.htm> Acessado em 20 nov. 2009.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Espaço, Território e Lugares: tensões multidisciplinares.** Disponível em: www.sinffaz.org.br/arquivos_up/Editais_e_Avisos_6.doc. Acessado em 10 jan. 2011.

GUATTARI. Entrevista de Claire Parnet. Youtube. Disponibilizada no sitio: <http://www.youtube.com/watch?v=v1CkAdgdSw&feature=related>. Acessada em julho de 2012.

HAESBAERT, Rogério, LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc... etc, espaço, tempo e crítica: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas.** UFF, disponível em <[HTTP://www.uff.br/etc](http://www.uff.br/etc), n. 2(4), vol. 1, 15 ago., 2007, acessado em 03 jan. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. Universidade Federal Fluminense - *GEOfographia* - Ano IX - No 17 – 2007.

LACERDA, Renato Santos. **Rotary Club – Poder Invisível na Terra Prometida (1959 – 1967).** Dissertação – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

MILHÔLO, Roberta. **O processo de emancipação de Coronel Fabriciano.** 2007. 93 f. Monografia (Licenciatura em História) - Faculdade de História, Unileste, Coronel Fabriciano, MG, 2007.

MONKEN, Maurício, et al. **O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/ArtCient/21.pdf>. Acessado em 03 jan. 2011.

MURTA, Sandra. **Ipatinga: uma cidade em movimento. Estudo dos Impactos do Projeto Novo Centro na remoção e no reassentamento de população.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UNEC, Caratinga, MG, 2004.

PUC-SÃO PAULO. **O EIXO DO SISTEMA.** Disponível em: http://www.pucsp.br/artecidade/mg_es/pesquisa/parte02_MG_ES1.pdf, acessado em 16 dez. 2012.

RIBEIRO FREITAS, Geraldo Vinícius. **Ipatinga (1950-64): Apontamentos sobre a constituição de uma cidade siderúrgica.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

RIBEIRO FREITAS, Geraldo Vinícius. **Entre divisas, divisores e um massacre: a emancipação da não construída cidade de Ipatinga-MG.** 2011, Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação do Instituto em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2011.

SÁ, Ana Maria Carvalho Miranda. **Entre santos, coroas e fitas: a tradição por um fio. O congado em Ipatinga – século XIX até a atualidade.** 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Mestrado em História Social, Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2006.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v.4, n.6, jan./jun. 1999.

SILVA, Medelin Lourena da, CUNHA, Virginia Geralda. **O nascimento da cidade industrial: Ipatinga, Usiminas e o poder sobre o espaço – 1966 a 1969.**

SOUZA(a), Paulo R. **O massacre nosso de cada dia: Sete de outubro de 1963 em Ipatinga-MG e as disputas de memórias.** s/d. Universidade Federal de Uberlândia.

SOUZA, Paulo R. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60.** Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de Uberlândia: Instituto de História 2007.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. **Territórios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural.** Boletim Goiano de Geografia – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia: Universidade Federal de Goiás (Edição Especial 20 anos), vol. 21, n. 1, jan./jul. 2001.

ZANARDI, Francisco Eduardo (Org.). **Teoria & poder: o poder local.** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Departamento de Ciências Sociais). São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, n. 32-35, dez. 2000.

LIVROS

BOBBIO, Norberto; [et al.]. **Dicionário de Política.** 7. ed., Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século. v.3, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

CARTILHA DO CIDADÃO DO VALE DO AÇO: PERFIL HISTÓRICO, CULTURAL E INFORMATIVO. João Monlevade: Click Assessoria, n. 98, [s.d].

CASTRO, José Nilo de. **Direito Municipal Positivo**. 6. ed. ver. atual. Belo Horizonte: Del Rei, 2006.

DIAS, Itamar Vasconcellos. **Vale do Aço: nasce uma nova metrópole**. Ipatinga: Editora Carijó, 2007.

DULCI, Otávio S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

EDUARDO, Galeano. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, Norbert (b). **O processo civilizador**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. São Paulo: FGV: 2006.

FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso**: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ocupação e Uso do Solo em Ipatinga: Diagnóstico e diretrizes**. Belo Horizonte, FJP, 1998.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GOMES, Ângela M. de Castro. (Org.) **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

Governo do Estado de Minas Gerais. **Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção**. 2 vol. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1947.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUERRA, João Batista. **Vazio Verde: o amanhecer de Ipatinga**. sl.: Edição Editora Nova, sd.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, USP, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. SP, Paz e Terra: 1979.

IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964 – 1985)**. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial. 2009, p. 57.

KINJO, Anna Alves, et al. **Conheça seu Município**. Prefeitura Municipal de Ipatinga: Secretaria Municipal de Educação, (3ª Série do 1º grau), 1987.

MARTINS, José de Souza **O Cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MORAES, José Augusto de. **Ipatinga: cidade jardim – 42 anos**. Ipatinga: Gráfica Nova Impressão, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2.ed. (Sem local e Editora). 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHMIT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945–2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEBRAE. ASPECTOS HISTÓRICOS E INSERÇÃO REGIONAL. In: **Sistema de informações mercadológicas municipais**. Ipatinga: SEBRAE/Diagnóstico Municipal, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930 – 1964)**. 5.ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e Política no Brasil**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 – 1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TULER, Marilene A. Ramalho. **Massacre de Ipatinga Mitos e Verdades**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2007.

ANEXO 01 – FOTOS DE IPATINGA ENTRE 1952 – 1962

(Foto 01)
Fazenda Ipaneminha



Fonte: Revista Caminhos Gerais - de Mário Carvalho. Disponível em:
<http://aceciva.blog.terra.com.br/files/2009/10/bairro-veneza-copy.jpg>

(Foto 02)

Linha férrea no contingente-Ipatinga: 1952



Sobre a linha (de terno), o diretor da EFVM, Mário Carvalho, em visita à construção da 3ª estação, próximo ao Contingente, no centro, Ipatinga, MG, em 1952.

Fonte: Revista Caminhos Gerais - de Mário Carvalho. Disponível em:

<http://aceciva.blog.terra.com.br/files/2009/10/Fotos> antigas de Ipatinga Vale do Aço, Linha no Contingente

(Foto 03)

Presidente Juscelino Kubitschek (ao centro) crava a 1ª estaca da construção da Usiminas, em 1958

Fonte: <http://www.klepsidra.net/klepsidra26/siderurgicas.htm>. Acessado em 01 nov.2009

(Foto 04)

Inauguração do Primeiro Alto Forno da Usiminas



Fonte: O CANAÃ, ano 4, 11 nov. 1962, nº 99

ANEXO 02 – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL: Lei 28/47

Lei nº 28 de 22 de novembro de 1947 de Belo Horizonte

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL (COM AS MODIFICAÇÕES DECORRENTES DA LEI Nº 855, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951).

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Município CAPÍTULO I

Da criação e modificação de Município

Art. 1º - O Estado de Minas Gerais divide-se administrativamente em Municípios. Os Municípios dividem-se em Distritos.

Art. 2º - A divisão administrativa do Estado será fixada em lei quinquenal, nos anos terminados em três e oito, para entrar em vigor a primeiro de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo único - Na fixação das linhas divisórias, intermunicipais e interdistritais, serão observadas as seguintes normas:

I - Em nenhuma hipótese se considerarão incorporados ou a qualquer título subordinados a uma circunscrição, territórios compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas.

II - As superfícies d'água, fluviais ou lacustres, não quebram a continuidade territorial.

III - O município deverá ter configuração regular, evitando-se, quanto possível, formas anômalas, estrangulamentos e alongamentos exagerados.

IV - Dar-se-á preferência, para a delimitação, a linhas naturais, facilmente reconhecíveis.

V - Na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos sejam pontos, naturais ou não, facilmente reconhecíveis e dotados de condições de fixidez.

Art. 3º - (Lei nº 855, de 26 de dezembro de 1951). A denominação da circunscrição será a de sua sede, tendo a sede do município a categoria de cidade, e a do distrito, a de vila.

Art. 4º - (Lei nº 855, de 26 de dezembro de 1951). Na toponímia de municípios e distritos, não se repetirão denominações já existentes na de municípios e distritos de outros Estados, sendo ainda de se evitar a designação de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas e expressões compostas de mais de três palavras, não consideradas palavras, para este efeito, as partículas gramaticais.

Art. 5º - São condições essenciais para a criação do Município:

I - População mínima de dez mil habitantes;

II - Renda anual mínima de cem mil cruzeiros;

III - Existência, na sede, de, pelo menos, duzentas moradias, edifício com capacidade e condições para o Governo Municipal, instrução pública, posto de saúde e matadouro, bem como terreno para cemitério.

Fonte: Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/239105/lei-28-47-belo-horizonte-0>

Acessado em 30 set. 2012

ANEXO 03 - ETABELECIMENTO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ESTADO

Estabelece a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências. (Vide Lei nº 1098, de 22/6/1954.)

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei: Art. 1º - A Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, que vigorará de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, de acordo com o disposto nos arts. 66 e 170 da Constituição Estadual, é a estabelecida nesta lei. (Vide Lei Constitucional nº 6, de 16/11/1961.)

(Vide Lei nº 10704, de 27/4/1992.)

Art. 2º - A presente divisão, no decurso do quinquênio acima fixado, não sofrerá qualquer alteração, não se entendendo, todavia, por alteração, os atos meramente interpretativos, que vierem a se tornar necessários para a mais exata caracterização dos limites, atendendo às conveniências de ordem geográfica ou cartográfica.

§ 1º - Constituem exceções a esta regra, no que se refere à divisão administrativa:

a) a modificação de limites intermunicipais, decorrente de acordo entre os municípios interessados, e mediante aprovação prévia da Assembléia Legislativa, nos termos do art. 96 da Constituição e 14 da lei nº 28, de 22 de novembro de 1947, com as modificações da lei nº 855, de 26 de dezembro de 1951;

b) a anexação de um município ou outro, quando requerida à Assembléia Legislativa pelos municípios interessados, segundo a disposição dos art. 97 da Constituição e 21 da lei nº 28, de 22 novembro de 1947, com as modificações da lei nº 855, de 26 de dezembro de 1951; c) a mudança de topônimo, quando comprovada a existência de outro idêntico ou semelhante no território nacional.

§ 2º - Com relação à divisão judiciária, prevalecerá o princípio da inalterabilidade do quinquênio, salvo quanto às modificações solicitadas pelo Tribunal de Justiça, em proposta fundamentada, de acordo com o art. 66 da Constituição.

§ 3º - Quer nas três hipóteses formuladas nas alíneas "a", "b" e "c" do § 1º, quer na hipótese do § 2], as alterações previstas serão objeto de lei.

Art. 3º - A Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, para o referido quinquênio, compreende 271 Comarcas, 485 Municípios e 1.215 Distritos. O distrito, com categoria única, é a circunscrição primária do território estadual, para fins de administração pública e da organização judiciária.

§ 1º - Nos anexos, que constituem parte integrante desta lei, é feita a relação sistemática e ordenada de todas as circunscrições administrativas e judiciárias da divisão territorial, de acordo com o vencido e aprovado, com indicação da categoria das respectivas sedes que têm a mesma denominação que a própria circunscrição.

§ 2º - Também constitui parte integrante desta lei o Anexo nº 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscricionais, e onde se definem os perímetros municipais e as divisas interdistritais.

Art. 4º - O princípio de inalterabilidade, pelo prazo estabelecido, da divisão territorial, não se aplica ao caso de subdivisão dos distritos em subdistritos, a qual poderá ser feita em qualquer tempo, em lei especial, para atender às necessidades do serviço público.

§ 1º - A subdivisão de um distrito se fará em circunscrições denominadas subdistritos correspondentes a subunidades administrativas e judiciárias.

§ 2º - Os limites dos subdistritos, que não poderão ter sede distinta da sede distrital, serão fixados por linhas que distribuam todo o território do distrito pelos subdistritos considerados necessários, formando área contínua.

§ 3º - Os subdistritos de um distrito serão numerados seguidamente, e designados pela respectiva numeração ordinal.

Art. 5º - O município criado ou aumentado com área desmembrada de outro será responsável pela quota-parte das obrigações do Município desfalcado, quando comprovadamente aplicada na área desmembrada.

§ 1º - A quota-parte será proporcional à média trienal da arrecadação, nos três últimos exercícios, no território

desmembrado, em relação com a média trienal da arrecadação dos três últimos exercícios do município desmembrado.

§ 2º - Para fixação da quota-parte, proceder-se-á ao arbitramento, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da entrada em vigor da lei que determinou a nova divisão administrativa.

§ 3º - O arbitramento obedecerá ao disposto nos artigos 1.031 a 1.040, do Código de Processo Civil, no que lhe for aplicável.

§ 4º - Se não houver acordo entre os peritos, os municípios interessados, dentro de 15 (quinze) dias, procederão à escolha de desempatador.

§ 5º - Findo o prazo referido no parágrafo anterior, sem que se tenha escolhido o perito desempatador, será este designado, dentro de 8 (oito) dias, por solicitação de qualquer dos interessados, pelo Departamento de Assistência aos Municípios.

§ 6º - Da decisão final, caberá recurso para o Tribunal de Contas, interposto dentro de 30 (trinta) dias, pelo credor que se julgar prejudicado.

Art. 7º - Continuam em vigor as disposições de legislação estadual relativas à divisão territorial que, direta ou indiretamente, não colidam com as normas desta lei.

Art. 8º - As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Juizes de Paz, e seus suplentes, nas novas circunscrições criadas por esta lei, coincidirão com as demais eleições do Estado, inaugurando-se administração própria das mesmas a primeiro de fevereiro de 1955, com entrada em exercício dos eleitos.

Art. 9º - Cada novo município, até que se realize eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, e se inaugure administração própria, será administrado por Intendente Municipal, nomeado pelo Governador do Estado.

§ 1º - O Intendente Municipal, cuja função é apenas de representante do Governo do Estado no novo município, iniciará a organização dos serviços públicos locais, podendo contratar até três auxiliares, a título precário, com remuneração arbitrada, e promoverá a arrecadação das rendas municipais, não lhe competindo nenhuma função legislativa.

§ 2º - As funções de Intendente Municipal são consideradas serviço público relevante e serão gratuitas, podendo, todavia, o seu titular receber a ajuda de custo fixa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais, e diárias de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), quando se tratar de servidor público investido nas aludidas funções, sendo aquelas diárias e ajuda de custo pagas pelos cofres municipais.

§ 3º - O Intendente tomará posse perante o Secretário do Interior, ou mediante solicitação deste, perante o Juiz de Direito da Comarca.

§ 4º - Dos atos do Intendente Municipal, caberá recurso para o Governador do Estado, interposto diretamente pelo interessado e dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, notificação ou ciência do ato.

Art. 10 - É declarada em vigor, para os novos municípios, a legislação de caráter geral dos municípios de que se hajam desmembrado, vigente à data de promulgação desta lei.

Art. 11 - As rendas dos novos municípios serão lançadas e arrecadadas de acordo com as leis e regulamentos tributários dos antigos municípios de que se hajam desmembrado, no que for aplicável.

Parágrafo único - Na escrituração dessas rendas, observar-seão as normas estabelecidas para a escrituração das dos antigos municípios, obedecendo-se igualmente às especificações constantes dos orçamentos destes.

Art. 12 - As despesas estritamente necessárias à instalação dos novos municípios e as outras relativas à execução de seus serviços, durante o período de independência, serão realizadas pelo intendente Municipal, e sua escrituração, no que for aplicável, se fará sob os títulos gerais dos orçamentos dos municípios de que se desmembram, vigentes na data desta lei.

Parágrafo único - Os municípios criados por esta lei poderão realizar operação de crédito, por antecipação de receita, até o limite máximo de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), para atendes às despesas de instalação do município e a outros serviços de natureza inadiável, pagando, no máximo, a taxa de 10% (dez por cento) de juros ao ano, devendo tal operação ser resgatada dentro do exercício de 1954.

Art. 13 - As contas do Intendente Municipal serão submetidas à aprovação do Governador do Estado, depois de examinadas pelo Departamento de Assistência aos Municípios; serão prestadas em cada exercício e, no término da intendência, quanto às relativas ao período compreendido entre este e o último exercício.

§ 1º - Até o dia 30 de janeiro de cada ano, e, no término da intendência, quanto às relativas ao período compreendido entre este e o último exercício, o Intendente Municipal enviará ao Departamento de Assistência aos Municípios, para os fins deste artigo, um relatório de sua gestão no exercício anterior, acompanhado dos seguintes documentos: 1) Balanço de receita e despesa;

- 2) demonstração das operações patrimoniais;
- 3) balanço de receita e despesa do Município, por distritos;
- 4) balanço do ativo e passivo;
- 5) demonstração da dívida fundada;
- 6) demonstração discriminada da dívida flutuante;
- 7) demonstração das variações de crédito;
- 8) inventário geral;
- 9) quadro comparativo entre o balanço patrimonial do exercício encerrado e o do exercício anterior.

§ 2º - Com os quadros e demonstrações constantes do parágrafo anterior, o Intendente remeterá ao Departamento de Assistência aos Municípios, em original ou segunda via, os documentos comprovantes da receita arrecadada e da despesa realizada.

Art. 14 - Compete ao Intendente:

I - representar o Município em Juízo ou fora dele;

II - publicar, por editais e pela imprensa local, onde houver, as tabelas de impostos, lançamentos para cada exercício e, mensalmente, o balancete da receita e da despesa e a relação discriminativa dos pagamentos;

III - fazer arrecadar, com a maior vigilância, as rendas municipais, zelando pela sua guarda e exata aplicação;

IV - promover o processo por infração das posturas municipais e impor as multas nelas previstas, ou em contratos;

V - manter em perfeito funcionamento:

a) as repartições da prefeitura, expedindo os respectivos regulamentos;

b) os registros da contabilidade patrimonial e financeira, de

acordo com as normas técnicas aprovadas e as instruções dos órgãos competentes;

VI - manter e zelar o patrimônio do Município e, quanto ao territorial, fazer também afastar os intrusos;

VII - tomar as providências ao seu alcance para remediar as calamidades públicas, solicitando aos poderes públicos os socorros que se fizerem necessários;

VIII - promover a elaboração de projetos e orçamentos das obras de interesse do município;

IX - conservar desimpedidos os caminhos e demais servidões do Município, fazendo remover os embaraços que se verificarem.

[6 X - promover o tombamento e inventário dos bens municipais, mantendo perfeito registro deles;

XI - por em concorrência pública ou administrativa a execução das obras, cujos orçamentos e excederem a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), se não as executar por administração, e os fornecimentos embora parcelados observando as seguintes normas:

a) a concorrência será anunciada, com prazo nunca inferior a trinta dias, por editais e na imprensa local, onde houver sendo obrigatória a publicação no órgão oficial do Estado, quando esta se importa pelo excluídos seus descendentes e ascendentes, cunhados, durante o cunhadio, vulto da obra, serviço e fornecimento;

b) da concorrência serão excluídos seus descendentes e ascendentes, cunhados, durante o cunhadio, irmãos, sogro e genro, bem como seus colaterais, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, e os funcionários ou servidores da Municipalidade;

c) para o fornecimento de material de uso corrente, poderá o Intendente estabelecer o regime de concorrência que for adotado, por lei, pelo Estado;

XII - prestar as informações que, sobre o serviço público, lhe forem solicitadas pelo Governo do Estado e da União, pela Assembléia Legislativa e pelo Tribunal de Contas;

XIII - resolver sobre os requerimentos e reclamações que lhe forem dirigidos;

XIV - determinar sejam expedidas as certidões solicitadas à Intendência por quaisquer interessados, não podendo negá-las, salvo casos excepcionais em que o interesse público impuser sigilo.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e

façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 12 de dezembro de 1953. Juscelino Kubitschek de Oliveira - Governador do Estado.

ANEXO DA LEI Nº 1.039 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1953 QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA DO ESTADO, PARA O QUINQUÊNIO 1954-1958 Nº 43 - MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO

b) Divisas Interdistritais

1 - Entre os distritos de Coronel Fabriciano e Barra Alegre:

Começa no entroncamento do divisor de águas dos rios Santo Antônio e Piracicaba com o divisor de águas dos ribeirões Cocais Pequeno e Ipanema; continua por este último divisor, e, depois, pelo divisor da vertente da margem direita do ribeirão Ipanema, passando pelo morro do Escuro, até ao ponto fronteiro à nascente dos córregos do Bom Jardim e Nossa Senhora.

2 - Entre os distritos do Coronel Fabriciano e Ipatinga:

Começa no divisor de águas entre o rio Piracicaba e o ribeirão Ipanema, defrontando as cabeceiras dos córregos Nossa Senhora e Bom Jardim; segue pelo divisor da vertente da margem direita do Córrego Nossa Senhora até a foz deste córrego no rio Piracicaba.

Fonte: Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/239105/lei-28-47-belo-horizonte-0>

Acessado em 30 set. 2012

ANEXO 04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO DAS CIDADES AQUINHOADAS COM CONVÊNIOS NO GOVERNO DE MAGALHÃES PINTO

Considerações Eleitorais

E. C.

A pujança eleitoral de uma comuna não anda de braços dados com a unidade eleitoral:—coronelismo, demagogismo, verde amarelismo, etc.

E' contristador ver-se, a todo momento, cidades de pouquíssimas rendas, minúsculas de cabeças pensantes, ou quase nenhum índice cultural, técnico, industrial, baixo (numéricamente) quadro eleitoral representar-se, politicamente, como expressão maior junto ao Governo.

E o que é de se admirar: municípios que sabemos fracos sob todos os pontos de vista, e até mesmo em oposição ao Governo, estão sempre aquinhoados com favores imerecidos e com atenções desnecessárias, simplesmente porque têm seus 1 200 ou 1.500 eleitores coesos, com o PSD, com o com o PTB, ou com a UDN.

A força politizada e livre de um eleitorado de 12.000 cidadãos pouco vale, ainda mesmo quando a receita seja de 90 vezes as despesas!

A Secretaria das Finanças publicou, recentemente, a relação das Coletorias Estaduais que carecem de recorrer ao herário para poderem pagar seu funcionalismo: são 98% das Coletorias de Minas! Fabriciano, porém, entre as poucas que mandam dinheiro para o Governo satisfaz tais obrigações do Estado.

E vejam: não decorridos 10 dias daquela publicação e vem a Secretaria da Educação relacionar os nomes das cidades mineiras que foram aquinhoadas com convênios, nos quais se estabelece que o Estado de Minas assume o compromisso de responder pela manutenção das escolas primárias municipais (das referidas cidades) em face dos ditos convênios. E são justamente dos municípios que menos contribuem para os cofres públicos, que menos problemas escolares possuem, que têm menos deficits de matrículas, mas que são dirigidos por coronéis da velha-guarda. Coisas do politiquismo hereditário!

Ainda que as esperanças sejam poucas, é porém o caso de se recomendar ao sr. Prefeito que seja mais exigente do Governo: que cobre mais favores ao políticos locais, que os srs. vereadores exijam mais dos figurões da Capital. Que o chefe político da situação cobre estas coisas dos governantes.

Estamos às vésperas do pleito.

Sr. Prefeito: Sr. Cyro Poggiali; Srs. Vereadores: AÇÃO!

ANEXO 05 – OS MAUS TRATOS A QUE FORAM SUBMETIDOS OS OPERÁRIOS NA ÁREA DA USIMINAS

Tudo sôbre a chacina na Usiminas

Nas páginas 3 e 4 desta edição

Geraldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Cel. Fabriciano

Quis Deus que estivéssemos presentes nos lutuosos acontecimentos da Usiminas, para que agora, desta coluna pudéssemos proclamar a coragem e tenacidade deste sr. Geraldo Ribeiro, tantas vezes criticado por nós.

Deus que sempre nos guiou para que possamos dar um Jornal modesto, mas honesto a população deste município, nos fez testemunha das ações do sr. Geraldo Ribeiro durante dois dias em que demonstrou que de fato está imbuído de propósitos honestos na direção do Sindicato. Expressando-se em linguagem ruda, linguagem que alguns Diretores de Empresas tinham em não aceitar, o sr. Geraldo Ribeiro, mostrou que na frente do Sindicato está um homem honesto e corajoso. Nunca em nossas atividades jornalísticas tínhamos visto um representante dos operários deste município falar com tanta coragem.

O sr. Geraldo Ribeiro foi franco com o sr. Lanari Júnior. Foi ríde com o apelado José Raimundo. Foi enérgico com o sr. Comandante da Polícia Militar. Foi sincero com o sr. Secretário da Segurança de Minas Gerais.

Não teve medo o sr. Geraldo Ribeiro em apontar nos srs. Gil e João Claudio como grandes responsáveis pelos acontecimentos.

Em nenhum momento deixou o sr. Geraldo Ribeiro que políticos inescrupulosos intervissem nas questões do Sindicato.

Mostrou o caminho certo para que as relações entre patrões e empregados não sejam mais estremitadas. Deixamos porém os acontecimentos da Usiminas e passamos a situação do sr. Geraldo Ribeiro em relação a saída do famigerado Alderico da Diretoria Social da Acesita.

Parece que a afirmativa tantas vezes feita destas colunas de que a saída de Alderico dependia das somente de uma atitude enérgica do Presidente do Sindicato, foi confirmada. Foi só o Presidente do Sindicato anunciar em ofício que os operários entrariam em greve caso o dr. Alderico permanecesse no cargo depois do dia 11, para que uma providência fosse tomada pelo Governo para afastar da Diretoria Social o homem responsável pelo mau estar reinante entre os operários da Acesita.

Não temos dúvidas em afirmar que outras medidas serão tomadas pelo sr. Geraldo Ribeiro em prol da grandeza do Sindicato dos Metalúrgicos de Cel. Fabriciano.

O Sindicato dos Metalúrgicos necessitava de quem de fato o dirigisse. Necessitava do apoio dos associados. Parece que esse apoio foi conseguido no caso do dr. Alderico.

O crédito do sr. Geraldo Ribeiro entre os associados é grande agora. Esperamos que aumente.

De nossa parte fica o desejo de que o sr. Geraldo Ribeiro continue trilhando o caminho da honestidade e corajosamente venha às ruas defender os seus colegas. Sem violência e sem demagogia.

Nossos votos e para que continue a ser O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CEL. FABRICIANO. Pois nos acontecimentos acima o sr. Geraldo Ribeiro FOI UM GRANDE PRESIDENTE DO SINDICATO.

Magalhães Pinto manda comissão de militares para estudar policiamento do município

Uma Comissão de Militares esteve em nosso município, ocasião em que foi feito um relatório que será apresentado ao sr. Governador. Foram anotadas diversas sugestões paridas das Autoridades de Fabriciano. Estudamos em contato com os Militares que compõem a Comissão e tivemos boa impressão em relação aos intuídos do Governo. De fato não é possível que o atual estado de coisas persista. É necessária uma ação urgente do Governo para que não se repita os acontecimentos do dia 7. O Governo deve dar condições aos militares para exercerem suas funções aqui no município, sem ligações com Empresas. Casos devem ser construídos para resistências de soldados e oficiais. Não é possível que soldados recebam uma ninharia e tenham que pagar alugueis exorbitantes em Fabriciano.

Operários da Usiminas vão fazer Assembléia dia 26 para tirar Gil e João Claudio

Os operários da Usiminas ainda revoltados com os acontecimentos do dia 7, não descuraram enquanto não vier fora das mãos dos srs. Gil Guatimozin e João Claudio. Uma comissão já foi formada para tratar do assunto. Animados com o sucesso obtido pelos operários da Acesita que colocaram para fora o dr. Alderico, os servidores da Usiminas não são fangos para que esta providência seja tomada. Listas com milhares de assinaturas estão sendo preparadas na Usiminas para serem remetidas ao Presidente da República.

MADRIGAL RENASCENTISTA

ACUARDEM a apresentação do MADRIGAL RENASCENTISTA, um dos melhores conjuntos corais do mundo, no Cine Marrocos de Cel. Fabriciano, dia 26 do corrente.
Soltar: Maria Lúcia Godoy.

Alderico pressionado pelos operários deixou a Diretoria Social da Acesita

Depois de sequeimar todos os cartuchos a fim de permanecer à frente da Diretoria Social da Acesita, o dr. Alderico percebendo a disposição do Sindicato e dos operários em vê-lo fora daquele cargo, recorrendo se necessário até a greve, deixou a Diretoria Social da Acesita para satisfação de todos os homens honestos da Cia Aços Especiais Itabira.

O presidente do Sindicato, interpretando desejo de todos os associados, quer fazer uma verdadeira limpeza no setor onde Alderico funcionava. Se necessário até uma completa devassa será feita na Diretoria Social. Alderico e sua gangue será expurgada de Acesita para voltar dignidade à Cia Aços Especiais Itabira.

A frente do setor social da Acesita será colocado um homem que de fato mereça a confiança dos operários. O Armazém, Hospital e Farmácia deverão voltar a cumprir as suas finalidades. Esses departamentos não foram criados para lucros extorsivos como Alderico desejava.

Deverá voltar a imperar justiça nas distribuições de casas aos servidores da Acesita. Os contratos de algumas casas comerciais e principalmente o Cine Marabá serão revistos. O Sindicato está no firme propósito de acabar com a desenfreada exploração de alguns comerciantes da Acesita, e bem assim com esse grupo que mantém em Acesita um dos piores assalariados que se tem conhecimento. Também o

VERDADE
Impressa

Ano II — Cel. Fabriciano, 16 de Outubro de 1963 — N.º 31
CADA EXEMPLAR CR\$ 20,00

Serviço Social da Acesita merecerá estudos, para que cumpra fielmente a sua função. As pendências de Acesita merecerão por parte do Sindicato um estudo criterioso, pois não é possível que os associados solteiros continuem a sofrer nas mãos de gananciosos, que carriqueiam a cusca da saúde de infelizes operários.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREITEIROS NA INDÚSTRIA EXTRATIVA DE CARVÃO VEGETAL E REFORTEAMENTO DO MEIO RIO DOCE

Edital de Convocação
Pelo presente EDITAL, convocamos os empreiteiros na indústria extrativa de carvão vegetal e reforçamento do Meio Rio Doce e demais áreas colaboradoras para a Assembleia Geral a se realizar às 15:00 horas do dia 27 de outubro corrente na sede da Associação, para apreciação das seguintes assuntes:
a) aprovação das contas da Diretoria Provisória;
b) entrega dos certificados de seguro de vida;
c) entrega dos certificados de seguro de acidentes pessoais;
d) eleição da 1ª Diretoria Efetiva;
e) Prêmio do Conselho Fiscal;
f) assuntos diversos.
Timóteo, 2 de outubro de 1963.

ARRANJE A NOIVA E O JARJAS ARRANJARA OS MOVEIS!

Móveis de todos os tipos desenhados e executados dentro da mais apurada técnica.

Jarjas tem um plano de pagamento para cada cliente. Procure hoje mesmo o Jarjas e ele resolve o seu problema!

Quanto a pagar é só combinar...

DEPÓSITO E PÓS-TO DE VENDA: HOTEL ACESITA (FUNDS) — ACESITA

A PEDIDOS

AOS COMPANHEIROS MILITARES E AO POVO BRASILEIRO

— DENÚNCIA —
No momento em que a Nação brasileira mergulha numa das mais agudas crises institucionais que temos conhecido, que temos perante o povo e a pátria, que juram a defender, resolvemos através deste manifesto, tempore as greves (insubordinadas dos regulamentos militares e das censuras governamentais, trazer ao conhecimento do povo brasileiro, todo o processo anti-democrático e discriminatório que os poderes constituídos vêm desencadeando contra os suboficiais, subtenentes, sargentos, cabos, soldados, marinheiros e as classes trabalhadoras.

O Governo, por não poder graças ao sacrifício dos sargentos e de todo o povo, que juntos se constituíram em insuperável barreira às pretensões ditatoriais de certos chefes militares e políticos, vem dia a dia conciliando com essa tradicional inimiga e servindo, como força de repressão aos anseios populares.

Mantendo fielmente prioritário o Presidente da República, agr de modo unilateral o Ministro da Guerra, aplicando a subalternos, proibições arbitrárias e injustas, coartando e punindo a Generalia pronunciamento político, agravações contra as classes trabalhadoras. Tal posição assume infelizes agraves, quando é público e notório que o Governador de São Paulo, seu comum chefe com o Comandante do II Exército, consagra abertamente, seguindo inclusive em transformar fabricas paulista em um depósito de lixo, para policiar as liberdades democráticas.

3) O clima de insubordinação para com os altos níveis favorecida se aprofunda, negando aos sargentos representatividade política, enquanto ao dano L. pions e Bulhões na Campanha, e instaurando gradiente que em ato cívico de bravura incutida ao exército contra o ditadorismo decaído do Supremo Tribunal Federal. De mesmo que hoje pedem nossa cabeça, foram os primeiros a conceder anistia e privilégios aos golpistas e arrastando a Associação de Funcionários da Associação de Militantes de Cabos e Soldados e amparando os organismos estudantis e sindicais.

Quando as nobres liberdades democráticas são cercadas nos quartéis, bases aéreas e zonas de guerra.
Quando o Poder Judiciário decaído as conveniências políticas e nega ao povo seus mais legítimos direitos.
Quando a Fides Legislativa não vota as reformas de que o povo necessita para a sua emancipação.

Quando o Governo apenas se volta para as conveniências de poucos privilegiados relegando a grande maioria ao descrédito e à fome.
Temos, portanto, que os grupos econômicos, lutam implantar um regime ditatorial para manter a ordem dominante.
A natureza para sua realidade e nos comprometemos de dever para com a ação.

Lamentamos que não podemos legar aos nossos filhos este Brasil de 12 milhões de analfabetos, este Brasil onde morrem 4.000 crianças por dia, este Brasil que abriga legiões de miseráveis, milhões sem teto, este Brasil que, a despeito de suas mais elevadas instituições legislativas, para que outros possam desfrutar os privilégios e vantagens especiais.

Por isso, neste momento, neste país onde cada ordem econômica e social é das mãos injustas, não nos podemos calar.
O mesmo sentimento que nos levaram em Brasília à histórica atitude cívica, certo, legítima e comprometida e o povo brasileiro a uma decisão patriótica.

Participamos conscientes do grão democrático que representa o 12 de outubro em Brasília, esta responsabilidade material e intelectual também assumimos, não temos outro caminho sendo salientado a política a um país amigo, a Bolívia, cujo povo tem uma tradição de lutas libertárias, como não um dole na luta popular.

As encarações não são manifestos-denúncias, conclamamos aos companheiros sargentos, cabos, soldados, marinheiros e as classes trabalhadoras que não permitam ao poderio e crime que se detesta contra os heróis de Brasília, pois de famílias que preferiam liquidar em sua rua a continuar vivendo subjugados e humilhados por decisão autoritária, não temo a morte de um estado discriminatório e injusto dos dias atuais.

José Medeiros D'Alveira
2º Sargento Paulista Naval
José Luro Morais
3º Sargento F.A.B.

Dia do Professor, Uma saudade a mais

Desafinando o fanatismo de outubro, degararamos com o primavera Dia do Professor. Ebaes-mos um sorriso cívico, descendo-nos o que de belo e milanesa ela nos inspira.
Fizemos as datas, passamos as vidas, tudo para... Inapagável poré é a memória de quem viveu contido. Inapagável poré, é para nós a lembrança de quem em um dia 15 de outubro, recebeu justas homenagens de todo o Brasil.
Este ano não é diferente entre os nossos ilustres mestres. A morte, arrebatou o erudito do dia 8 de setembro, rendendo-nos este dedicado mestre e amigo, que deixa entre nós uma grande lição.

Sua porta majestosa, sua fisionomia serena, sua palavra a amada de todos, sempre o mais tímido discípulo de se aproximava. Na festa, desde a de caráter patriótico de muitos júnior, pedimos entrar com este professor de gran cariz.

Na véspera de sua morte o vimos garbosamente participar das manifestações do dia do Professor.

Inúmeras são as reminiscências saudadas, e, desta vez, não são nossas homenagens postumas no Dia do Professor.

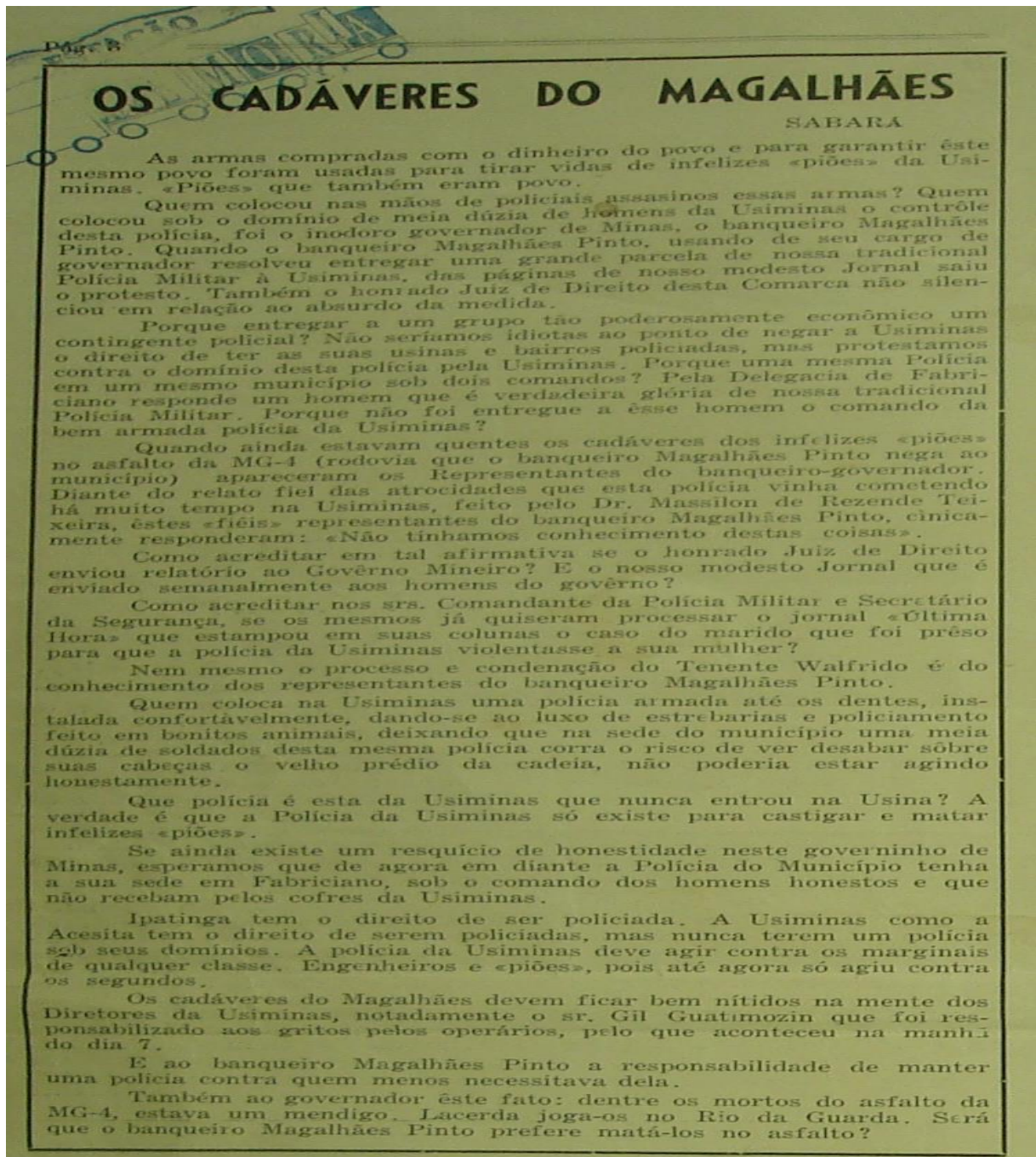
Nesta oportunidade, reiteramos também nossos votos e nosso colega, Joamar, que ainda no vigor das suas ideias lidera a classe, principalmente por ocasião das datas significativas a nos agitantes. Tive de o mesmo fim do Professor Gentil.

Amos partiam no sentido natural, porém sua lembrança consoar-se em cada um do Colégio Marcelo Soares. A dies nos saudada e nossa lição.

Aluno da Segunda Série do Colégio Marcelo Soares

Lyons e VI)

MAIS LIMPEZA E MENOS GASTO ENÉRGICO
Colaboração do Rotary.



Fonte: A Verdade Impressa, ano II, n.31, 16 out. 1963

ANEXO 06 – CARTA ENVIADA ÀS COMISSÕES PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE IPATINGA E TIMÓTEO POR MAGALHÃES PINTO



ESTADO DE MINAS GERAIS
GABINETE DO GOVERNADOR

*At 95.
pre Propostas que
vai ai a copia que
o senhor me pediu
Pinto
03.09.63.*

Belo Horizonte, 7 de janeiro de 1963.

As Comissões Pró-Emancipação de Ipatinga e Timóteo:

Dirigindo-me aos coestaduanos de Ipatinga e Timóteo, venho dizer-lhes os motivos por que, no cumprimento de minhas atribuições, vetei dispositivo que emanciparia essas prósperas e futuras localidades.

As razões do veto estão expostas claramente na Mensagem com que devolvi a Proposição de Lei ao reexame da Egrégia Assembléia Legislativa.

Foram previamente consideradas por entidades de classe locais, de empregados e empregadores, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Associação Comercial, além de fundamentadas em estudos de prestigiosa Sociedade de Análise.

Creio conveniente resumi-las aos meus prezados compatriotas.

Se desmembrado e repartido o centro populacional dos dois parques siderúrgicos, Ipatinga e Timóteo, quebrar-se-ia a unidade política, administrativa, econômica e financeira que constitui fator precioso na formação da comunidade harmônica que nos cumpre construir, ampliar e preservar. Unidade necessária, para solucionar ou, pelo menos, atenuar os múltiplos problemas decorrentes do crescimento dos núcleos industriais. Unidade indispensável, para criar e acelerar, ordenadamente, o desenvolvimento de toda a vasta região circunvizinha. Unidade essencial, sob os aspectos social e humano, para se obter e colher a máxima eficácia na assistência ao trabalho e aos trabalhadores, quer prevenindo a multiplicidade de sindicatos e a conseqüente dificuldade nos entendimentos entre as empresas e os dirigentes sindicais, quer evitando a formação de cidades desiguais e a insatisfação provocada pelos desniveis nas condições de vida e moradias dos operários.

Com essas palavras de esclarecimentos aos prezados amigos de Ipatinga e Timóteo, desejo acentuar-lhes que julgo naturais e legítimas as suas aspirações, como, por certo, o são os anseios de autonomia de qualquer grupo populacional de nosso Estado.

Na próxima divisão administrativa, a realizar-se neste ano, verei, entretanto, com simpatia, reabrir-se a questão. O exame poderá fazer-se mais acuradamente, através de órgãos especializados, à vista de novos processos de emancipação, melhor instruídos com elementos concretos e dados globais e técnicos que visem a dar solução aos problemas apresentados, maiores e mais graves, sem dúvida, quando se originam de aglomerados humanos em torno de indústrias básicas, em que têm Minas e o Brasil instrumento de suma importância, na caminhada para a conquista de melhores dias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a todos os membros das Comissões protestos de admiração e estima.

Jose de Magalhães Pinto

JOSE DE MAGALHÃES PINTO
GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS